



A ECOLOGIA

E O MINISTÉRIO DA RECONCILIAÇÃO

PAULO DE MELO CINTRA DAMIÃO

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Damião, Paulo de Melo Cintra
Ecologia e o mistério da reconciliação /
Paulo de Melo Cintra Damião. -- São Paulo
Editora Pendão Real, 2015.

Bibliografia.
ISBN 978-85-5511-015-3

1. Ecologia - Aspectos sociais 2. Ecologia -
Aspectos religiosos - Cristianismo I. Título.

15-05928

CDD-261.836

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO:

1. Ecologia : Teologia social 261.836

PUBLICADO PELA EDITORA PENDÃO REAL

EDIÇÃO E REVISÃO: Gerson Correia de Lacerda
Paulo de Melo Cintra Damião

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E CAPA: Seivadartes

Pendão Real
WWW.PENDAOREAL.COM.BR

2ª edição, agosto/2016

SUMÁRIO

Dedicatória.....	5
Prefácio.....	9
Apresentação.....	11
Introdução.....	15

CAPÍTULO I | O MANDATO CULTURAL

1. Definições.....	24
2. O Mandato Cultural Nos Relatos da Criação.....	29
3. Características.....	58
4. Ecologia.....	67

CAPÍTULO II | BREVE PERSPECTIVA HISTÓRICO-TEOLÓGICA DO MANDATO CULTURAL

1. Na Teologia Católica Romana.....	78
2. Na Teologia Reformada.....	104
3. Na Teologia Evangélica Latino Americana.....	124

CAPÍTULO III | O MANDATO CULTURAL E A MISSÃO DA IGREJA

1. A Criação e o Mandato Cultural como Pontos de Partida da Missão.....	130
-------------------------------------------------------------------------	-----

2. A Interação da Criação e do Mandato Cultural com o Ministério da Reconciliação	139
3. A Interação Dos Mandatos Cultural e Missional.....	153
Conclusão.....	167
Bibliografia	171

DEDICATÓRIA

Primeiramente dedico este livro a Deus por sua infinita graça e seu maravilhoso amor. Ele, na sua sabedoria, dotou-me de condições intelectuais, dando-me forças e motivação para o desempenho acadêmico e, ao mesmo tempo, sustentou e fortaleceu a minha fé. A Ele toda a glória e honra!

Aos meus pais, Rev. Luthero Cintra Damião (*in memoriam*) e Maria José Damião, D^a Santa, instrumentos de Deus para o meu nascimento, educação na fé e no aprendizado em geral.

À minha esposa Léia Maria e filhos, Tiago e Luthero Neto, às minhas noras Josiane e Mônica e ao neto Lucca, que me apoiaram quando iniciei esta jornada e comigo caminham pelas estradas do Reino de Deus.

À Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), na pessoa do Rev. Abival Pires da Silveira que, então Presidente da Fundação Eduardo Carlos Pereira, aprovou a verba necessária para o início do curso no Centro Evangélico de Missões, em Viçosa, MG.

À Igreja Presbiteriana Independente Central de Presidente Prudente (IPICPP), SP, que me liberou para poder viajar e participar das aulas, sustentando-me espiritual e emocionalmente.

Ao Centro Evangélico de Missões (CEM) em Viçosa, MG, na pessoa do Rev. Elben Lenz César, criador do Centro e apaixonado pela obra missionária, e ao Rev. Timóteo Carriker, pastor, professor, teólogo e companheiro de andanças no Reino.

À Faculdade Teológica Sul Americana, nas pessoas dos amigos e

colegas Revs. Antonio Carlos Barro, fundador da Faculdade e companheiro das caminhadas missiológicas de longa data, e William Lacy Lane, filho do Dr. Eduardo Lane, médico, presbítero, Reitor do Seminário Teológico do Sul e que muitas vezes me atendeu nas contusões produzidas pelo futebol. Billy foi colega de classe no CEM, em Viçosa, e muito me ajudou na conclusão deste trabalho.

Ao amigo, irmão, padrinho e conselheiro, Dr. Dauto de Almeida Campos, Presbítero Emérito da IPICPP, e sua esposa Regina, que sempre me motivaram a aprofundar nos estudos, desde que fui para o Seminário Presbiteriano do Sul, em Campinas, SP.

Ao casal Janderci Balbino Ferreira e Sileide Beni Balbino Ferreira (ela *in memoriam*), que subsidiou o curso e me hospedou, quando me transferi para a Faculdade Teológica Sul Americana, em Londrina, PR.

Aos casais:

Walter e Mathilde Signorini, presbíteros em disponibilidade da IPI de Martinópolis, SP, que têm sido amigos, irmãos, conselheiros e companheiros de lindas aventuras no Reino de Deus;

Paulo e Iaci Nogueira, presbíteros eméritos da IPI de Vila Ipê, Campinas, SP, que me receberam, cuidaram e muito me ajudaram no tempo de seminarista em Campinas, mas, também, inspiraram meu ministério, por ver a dedicação e o zelo com as coisas do Pai;

Francisco (Nenzo) e Julia Oliveira, presbítero em disponibilidade na IPICPP, gente com o coração colocado na obra de Deus e que, em todos os momentos da vida, estiveram ao meu lado;

João e Luciene Ortigosa, membros da IPICPP e que em tempos recentes se tornaram grandes amigos e companheiros para boas conversas regadas a bons vinhos;

Arnaldo (*in memoriam*) e Rosângela Castro e familiares, parceiros em todos os momentos da vida;

Jobel e Marilda Amaral, pessoas queridas desde quando me mudei

para Presidente Prudente, padrinhos de casamento e amigos que guardo no lado esquerdo do peito;

Frank e Hope Arnold, que dedicaram suas vidas ao serviço do Reino no Brasil e foram fundamentais para nossa estadia em Atlanta, em 2010.

Aos tios Ruben, Josué (*in memoriam*) e Paulo, irmãos de meu pai e também pastores, pela contribuição que cada um deu para minha vocação bem como seus familiares, especialmente ao Tio Paulo, que fez a correção ortográfica do Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao Rev. Gerson Correia de Lacerda, amigo e companheiro de direção na IPIB, pastor, professor e escritor, por ter aceito ser o editor desta obra.

À UNICESUMAR (Centro Universitário de Maringá), PR, na pessoa do Reitor e Prof. Wilson de Matos Silva, sua esposa Rose e filhos, pelo apoio em minha vida pastoral num dos momentos mais difíceis pelos quais já passei, por terem acreditado em mim e aberto as portas para revalidação do meu diploma de teologia, terem-me motivado a concluir esta especialização e me convidado para dar aulas no curso de Teologia.

A muitos que não mencionei e desde já peço perdão, mas que foram fundamentais na minha formação como pessoa e cristão.

A todos meus sinceros agradecimentos.

A ECOLOGIA E O MINISTÉRIO DA RECONCILIAÇÃO

PREFÁCIO

Inicialmente, quero manifestar a grande honra que senti em, primeiramente, ler e, então, prefaciar o livro “*A Ecologia e o Ministério da Reconciliação*”, do nobre amigo Rev. Paulo Damiano, um homem que, pela trajetória cristã e pastoral, tem feito diferença na Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, e que traz em seu ser a genética do presbiterianismo, legado deixado pelo seu pai, o Rev. Lutero Cintra Damiano. Paulo Damiano também como professor enriquece os conhecimentos teológicos dos nossos alunos do curso de Teologia.

Este livro do Rev. Paulo Damiano nos coloca em contato com um tema muito importante para todos nós cristãos: **o mandato cultural**, pelo qual Deus dá ao ser humano, logo após o ato da criação, o domínio sobre a terra.

O ser humano, pó da terra e sopro divino, foi criado à imagem e semelhança do Criador que, ao lhe permitir domínio sobre as demais coisas criadas, o coloca em posição de dominador. Porém, não o dominador insequente, mas aquele que, na sua missão de dominar as criaturas, deve, sobretudo, cumprir, como colaborador, a missão de Deus, levando a criação à sua máxima realização.

O mandato cultural nos leva a refletir profundamente sobre a importância da nossa missão neste mundo e a primazia atribuída ao ser humano por Deus. No papel de rei “delegado” por Deus, somos convidados a pensar que somos responsáveis por cooperar, em nossas tarefas diárias, para que a obra do Criador seja perpetuada e prospere.

Homens e mulheres, neste mandato, são convocados a, juntos, administrarem, segundo os princípios deixados por Deus, primeiramente, sua família, núcleo vital de qualquer sociedade e o princípio primordial

de sustentação da dignidade humana, transmitindo a ela os ensinamentos de nosso Criador, cultivando a verdade e difundindo princípios morais e éticos, preservando esta referência como garantia de conservação do ser humano como imagem e semelhança do Criador.

O ser humano ao cumprir a vontade de Deus, que não é arbitrária, mas “é boa, perfeita e agradável”, executa parte do mantado, e se torna, portanto, eficiente, eficaz e efetivo naquilo que executa, pois aquilo que faz, o faz debaixo da bênção de Deus e prosperará. Esse discernimento que Deus é *Adonai*, ou seja, nosso “Senhor Absoluto”, é ponto essencial para professarmos nossa fé cristã, e nos leva a compreender e a crer na Palavra que nos orienta no cumprimento do mandato atribuído a nós, seres humanos, na gênese.

Portanto, o domínio que nos foi dado legitimamente por meio do Mandato Cultural deve ser para cumprir a vontade de Deus para a sua glória e para o bem de todos. Se o ser humano não aceita a ordem divina, ele cria a desordem humana. Nesse sentido, desempenhamos papel decisivo sobre nossa vida, sobre a vida de nosso semelhante e da sociedade, como também a desordem de nosso planeta. E devemos acreditar que há esperança na melhoria de vida de uma sociedade, por meio de mudanças culturais, que se darão promovendo a melhoria da educação formal e de maior compromisso da humanidade com os princípios de Deus.

Nossa responsabilidade, em cumprimento ao Mandato, ocorre também nas dimensões dos recursos naturais, com o meio ambiente, com o conhecimento científico e tecnológico – “*E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará*” (João 18.38), como também com relação ao governo, à legislação e à justiça social.

Acreditamos que esta obra é importante para ampliar a visão de Deus para com o mundo e, portanto, recomendamos sua leitura.

Wilson de Matos Silva,

Reitor da Unicesumar – Centro Universitário Cesumar

APRESENTAÇÃO

A paixão pela missiologia nasceu em minha casa, por meu pai, Rev. Lutero Cintra Damiano, ter assumido em janeiro de 1941 o pastoreio de muitas Igrejas Presbiterianas Independentes no Sul de Minas Gerais, com sede na cidade de Muzambinho, onde nascemos eu e minhas irmãs, desenvolvendo um verdadeiro ministério pastoral-missionário, tendo sido ainda, juntamente com o Rev. Nicola Versari, os proponentes para a criação da Junta de Missões Nacionais na IPIB, em 1951.

Sempre hospedamos em casa missionários de todos os tipos e as leituras de biografias de grandes missionários ajudaram a plantar uma semente missiológica em meu coração.

Em 1978, quando cursava teologia no Seminário Presbiteriano do Sul, li com avidez a obra “*O Totem da Paz*”, de Don Richardson, que, posteriormente se tornaria uma das maiores autoridades missiológicas, com o lançamento do livro “*O Fator Melquisedeque*”.

De 1981 a 1994, tive o privilégio de trabalhar na Junta de Missões Nacionais da IPIB, hoje Secretaria de Evangelização, tendo sido o coordenador e fundador do Departamento de Promoção, entre os anos de 1985 e 1986, localizado nas dependências do então Seminário Teológico de Londrina, PR, onde, juntamente com o colega Rev. Antonio Carlos Barro, implantamos o Departamento de Missiologia que funcionou por muitos anos e no qual fui professor de: Comunicação e Missões, Biografia de Grandes Missionários, História da Igreja e das Missões, de 1986 a 1990.

Em 1991, desejando aprofundar meus conhecimentos em missiologia, fiz parte da segunda turma do curso de mestrado, no Centro Evan-

gético de Missões, obtendo o certificado de Especialização em Missiologia em 1994.

Por uma série de razões, não apresentei a monografia e por isso não obtive o título de Mestre em Missiologia. Quando a Faculdade Teológica Sul Americana se instalou, levando em conta seu foco missiológico e a amizade com o Rev. Antonio Carlos Barro, transferei os créditos do CEM para a Faculdade, cursando as matérias que se fizeram necessárias. Entretanto, uma vez mais, por uma série de razões, não apresentei a monografia.

Estava dando por encerrada esta jornada, quando fui convidado a dar aulas no curso de Teologia do Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) e, recebi o desafio de melhorar a minha titulação. Ao entrar em contato com Faculdade Teológica Sul Americana, descobri que o coordenador de pós graduação era o meu colega de CEM, Rev. William Lane. Nossos contatos foram primorosos. Sua ajuda e apoio foram relevantes para que eu terminasse este trabalho que está há décadas sendo produzido.

Por um lado, foi boa esta experiência, pois não queria produzir um texto apenas como necessidade acadêmica, mas pude ministrá-lo muitas vezes e de muitas maneiras, em congressos, mensagens e palestras, ao longo do ministério.

Desde que tomei conhecimento do termo Mandato Cultural, numa das aulas no CEM, com o amigo e colega Rev. Timóteo Carriker, apaixonei-me pelo tema e comecei a estudá-lo na perspectiva da missão e da evangelização, procurando relacioná-lo com o Mandato Missional e com o Ministério da Reconciliação.

Muitas foram as obras que me ajudaram no aprofundamento do tema, mas faço um destaque especial ao trabalho do Dr. Juan Stam, “*As Boas Novas da Criação*”, que, a meu ver e até onde conheço, é a mais completa sobre o assunto.

Boa parte do conteúdo deste livro está baseado no Trabalho de Con-

clusão de Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Missiologia (*Mdiv – Master of Divinity*), na Faculdade Teológica Sul Americana, que teve como título: “*A Relação Entre os Mandatos Cultural e Missional com o Ministério da Reconciliação*”, em 2013.

Introduzi um capítulo sobre o contexto de 2 Coríntios 2.18-19, texto no qual o trabalho foi baseado, bem como outras citações que se fizeram necessárias, matendo, entretanto, a espinha dorsal do documento original, que procurou destacar o que é o Mandato Cultural e por que ele deve ser a base da missão da Igreja, através do Mandato Missional, e a relação dos dois Mandatos com o Ministério da Reconciliação, com destaque à ecologia, considerando a amplitude da missão da Igreja. Por isso o título deste livro: “**A Ecologia e o Ministério da Reconciliação**”.

Este livro foi preparado durante a maior crise de falta de água na cidade de S. Paulo, bem como em outras cidades brasileiras (2014-2015). Por outro lado, época de rigoroso inverno e nevascas descomuns nos Estados Unidos, revelando o desequilíbrio do nosso planeta e a falta de obediência do ser humano em relação a manter o equilíbrio do sistema e não apenas explorá-lo. O papel da Igreja em obediência à sua missão se faz mais necessário diante dos problemas climáticos e ecológicos que estão atingindo a humanidade como um todo.

Desde quando iniciei a pesquisa em 1991, muita coisa já mudou na Igreja do Senhor Jesus, especialmente, na Igreja Evangélica Brasileira, mas, por mais que os conceitos de Missão Integral estejam presentes em congressos, livros e artigos, me parece que, ainda, o conceito mais amplo sobre o ministério da reconciliação, fazendo a junção dos dois mandatos, o Cultural e o Missional, ainda pode ser aprofundado.

Espero que este trabalho ajude nesta caminhada!

A ECOLOGIA E O MINISTÉRIO DA RECONCILIAÇÃO

INTRODUÇÃO

O conceito da doutrina da salvação tem sido reduzido ao longo dos anos na caminhada da Igreja. Ainda encontramos vestígios da expressão “salvação de almas”, que traz consigo a ênfase na salvação eterna, o que é uma verdade, mas que reduz a compreensão da total obra de Cristo.

O Dr. Aroldo Ruiz de Almeida (*in memoriam*), médico, amigo e irmão em Cristo, me disse, certa vez, que o pregador e o escritor, quando citam um texto bíblico, devem dizê-lo ou escrevê-lo, pois o ouvinte ou o leitor não são obrigados a saberem, de memória, todas as citações.

Partindo deste pressuposto decidi citar, literalmente, os textos bíblicos relacionados com a doutrina da reconciliação em Cristo, demonstrando que, na Palavra de Deus, o conceito é amplo e abarca não somente o ser humano, mas todas as coisas criadas por Ele e que foram atingidas pelo pecado.

“Deus amou o mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16).

“Porque se nós, quando inimigos, fomos reconciliados com Deus mediante a morte de seu Filho, muito mais, estando já reconciliados, seremos salvos pela sua vida; e não isto apenas, mas também nos gloriamos em Deus nosso Senhor Jesus Cristo, por intermédio de quem acabamos agora de receber a reconciliação” (Rm 5.10-11).

“Porque para mim tenho por certo que os sofrimentos do tempo presente não são para comparar com a glória por vir a ser revelada em nós. A ardente expectativa da criação aguarda a revelação dos filhos de Deus. Pois a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação a um só tempo geme e suporta angústias até agora. E não somente ela, mas também nós que temos as primícias do Espírito, igualmente gememos em nosso íntimo, aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo” (Rm 8.18-23).

“Desvendando-nos o ministério da sua vontade, segundo o seu beneplácito que propusera em Cristo, de fazer convergir nele, nas dispensação da plenitude dos tempos, todas as coisas, tanto as do céu como as da terra” (Ef 1.9-10).

“E reconciliasse ambos em um só corpo, com Deus, por intermédio da cruz, destruindo por ela a inimizade” (Ef 2.16).

“Pelo que também Deus o exaltou sobremaneira, que lhe deu o nome que está acima de todo nome, para que ao nome de Jesus se dobre todo joelho, nos céus, na terra e debaixo da terra, e toda a língua confesse que Jesus Cristo é Senhor, para a glória de Deus Pai” (Fp 2.11).

“Ele é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; pois, nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio dele e para ele. Ele é antes de todas as coisas. Nele, tudo subsiste. Ele é a cabeça do corpo, da igreja. Ele é o princípio, o primogênito dentre os mortos, para em todas as coisas ter a primazia, porque aprovou a Deus que, nele, residiu toda a plenitude e que, havendo feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a terra, quer nos céus” (Cl 1.15-20).

E por final o texto base desta reflexão:

“Ora, tudo provém de Deus que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo reconciliando consigo mesmo o mundo, não imputando aos homens as suas transgressões, e nos confiou a palavra da reconciliação. De sorte que somos embaixadores em nome de Cristo, como se Deus exortasse por nosso intermédio. Em nome de Cristo, pois, rogamos que vos reconcilieis com Deus” (2Co 5.18-20).

A palavra grega “*kosmos*” significa mundo e aparece em diferentes contextos, exigindo-se uma boa exegese para que erros não sejam cometidos.

Timóteo Carriker, em seu livro “*Teologia Bíblica da Criação*”, faz esta exegese, com muita sabedoria e equilíbrio:

“Porque Deus amou o mundo de tal maneira que deu seu Filho unigênito...” (Jo 3.16). “Imagino tantas objeções a este raciocínio. Por exemplo, diz em 1 João 2.15: “Não ameis o mundo nem as coisas que há no mundo. Se alguém amar o mundo, o amor do Pai não estará nele”. E, em ambos os casos, a palavra “mundo” traduzida é a mesma palavra grega, *kosmos*. Logo, não se pode explicar a disparidade entre as duas passagens achando que as palavras são diferentes. Somente se pode concluir, e não há outra saída, que as duas passagens, João 3.16 e 1 João 2.15, estão usando “mundo” de maneiras completamente diferentes: a primeira positivamente e a segunda negativamente. Se ambos os usos fossem positivos, teria que concluir que o amor do Pai (1Jo 2.15) não está em Deus (Jo 3.16). E, aprofundando a pesquisa do Evangelho de João um pouco mais, de fato, constatamos que João usa *kosmos* às vezes de modo neutro ou positivo (o mundo de pessoas e o mundo físico) e às vezes de modo negativo (os valores pecaminosos de um mundo sem Deus). No caso de João, o nosso caso, “mundo” claramente se refere aos dois aspectos do mundo criado por Deus: humano e não humano. Mas talvez a conexão entre os dois fique mais clara ainda considerando Romanos 8.18-25, onde a salvação da humanidade e do mundo não humano é interligada (CARRIKER, 2014, 30).

A mim me parece clara esta salvação interligada – humanidade e do mundo não humano – no texto de Paulo aos Coríntios acima citado, onde ele declara que Deus em Cristo reconciliou consigo mesmo a humanidade: “Ora, tudo provém de Deus que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo”, bem como e conjuntamente o mundo não humano: “que Deus estava em Cristo reconciliando consigo mesmo o mundo” e deu à Igreja o ministério dessas reconciliações: “e nos deu o ministério da reconciliação”; “e nos confiou a palavra da reconciliação” e “como embaixadores de Cristo rogamos que vos reconcilieis com Deus”.

O texto nos apresenta três aspectos: temos um ministério, temos um meio e temos uma função.

A palavra grega para ministério é *diaconia*: serviço, servir as mesas, qualquer modalidade de ajuda ou assistência prestadas. Assim, a Igreja tem um grande e importante serviço a prestar à humanidade, à criação e à glória de Deus. Quando a Igreja se preocupa em servir à humanidade tanto para sua sobrevivência como para seu desensolvimento, já que ela tem a incumbência de *dominar*, ela contribui para ambos os casos.

Também, ao prestar esse serviço ela deve fazê-lo preocupada com a outra incumbência, a de *manter o equilíbrio*. Ao fazê-lo, ela contribui para a preservação de algo que testemunha o próprio Deus, conforme Paulo escreve: “*Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das cousas que foram criadas*” (Rm 1.20).

Finalmente, ao realizar o serviço (diaconia) para o qual a Igreja foi incumbida, ela o faz para a glória de Deus. Ao terminar o processo criativo narrado em Gênesis, Ele concluiu: “*E viu Deus que tudo era muito bom*” (Gn 1.31) e Davi exclamou: “*Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos*” (Sl 19.1).

O texto também diz que nos foi dada a *palavra de reconciliação*. Podemos fazer aqui um paralelo com a palavra de Deus ao criar todas as coisas: “*E disse Deus*” (Gn 1), com Jesus Cristo – o Verbo de Deus: “*No princípio era o Verbo, e o Verbo estava com Deus, e o Verbo era Deus. E o Verbo se fez carne e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade, e vimos a sua glória, glória como a do unigênito do Pai* (Jo 1.1 e 14). “*Havendo Deus, outrora, falado muitas vezes, e de muitas maneiras, aos pais, pelos profetas, nestes últimos dias nos falou pelo Filho a quem constituiu herdeiro de todas as coisas, pelo qual também fez o universo* (Hb 1.1-2). Note-se aqui a relação entre as duas Palavras: Deus fez de Cristo a sua Palavra e por ela também, fez o universo.

Ainda se faz necessário falar da Palavra Escrita – a Bíblia – a Revelação Especial de Deus para o ser humano: “*Toda Escritura é inspirada por Deus e útil para o ensino, para a repreensão para a correção, para*

a educação na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito e perfeitamente habilitado para a boa obra (2Tm 3.16) e “Temos assim tanto mais confirmada a palavra profética, e fazeis bem em atendê-la, como a uma candeia que brilha em lugar tenebroso, até que o dia clareie e a estrela da alva nasça em vossos corações; sabendo, primeiramente, isto, que nenhuma profecia da Escritura provém de particular elucidação; porque nunca jamais qualquer profecia foi dada por vontade humana, entretanto homens santos falaram da parte de Deus movidos pelo Espírito Santo (2Pe 1.19-21).

O serviço (*diaconia*) tem um meio muito claro de ser feito: a palavra (*logos*). Mas não é qualquer palavra. Trata-se da palavra baseada na própria ação de Deus, quando usou a palavra, com autoridade, para criar, do nada, todas as coisas, tendo como exemplo a Palavra Viva – Jesus Cristo – e as orientações contidas na Palavra Revelada.

Finalmente, este serviço, que deve ser realizado pelo meio, será feito pela função: embaixadores (*presbeuomai* – na forma verbal) significa: ir como representante ou embaixador, agir em nome de uma autoridade. A raiz desta palavra, no grego, é “*ancião*” (bispos ou presbíteros), devido ao fato de que a maioria dos embaixadores se compunha de homens idosos. Tratava-se do legado de um imperador que dava prestígio à pessoa encarregada. Ainda hoje é assim. Países com um legado maior que os outros possuem suas embaixadas em lugares mais nobres e possuem mais importância que os de legados menores. Paulo não diz que apenas ele era embaixador, mas incluí toda a Igreja, demonstrando nossa função na missão: somos a voz de Deus neste mundo e esta voz deve criar coisas muito boas, como Ele o fez; deve fazê-lo imitando as atitudes de Jesus - da Palavra Encarnada – e, como comissionados por Ele, falar com a autoridade de quem representa o Rei dos reis e Senhor dos senhores! O Poderoso dos poderosos! O único e soberano Deus! Aquele que tem o maior legado dentre todas as demais autoridades. Por isso, entendamos nossa importância na missão de Deus! Somos seus embaixadores! Falamos em seu nome!

Este estudo tem como objetivo refletir sobre a necessidade de compreender a relação entre os Mandatos Cultural e Missional com o Ministério da Reconciliação, apontando como ponto de partida para a missão integral da Igreja o relato da criação. O conceito de Missão Integral no mundo evangélico ganhou destaque com a realização do Congresso de Lausanne, em 1974 e, daí em diante, muito se escreveu e se praticou, reconsiderando uma série de conceitos e princípios da missão da Igreja. Como fruto deste congresso muitos outros foram realizados e um deles, particularmente, o Congresso Latino Americano de Evangelização III (CLADE III), realizado em Quito, Equador, em 1992, trouxe à baila uma importante palestra proferida pelo teólogo latino americano, Dr. Juan Stan, denominada “O Evangelho da Nova Criação”, que lança as bases para a devida compreensão desta perspectiva. Nem sempre os princípios de evangelização incluem e englobam as demandas do Mandato Cultural, reduzindo a missão em muitos aspectos. Ao final, procurei demonstrar que a criação e o mandato cultural devem ser vistos como pontos de partida para a missão integral e que há entre os dois mandatos uma profunda relação com o ministério da reconciliação, já que a obra de Cristo foi a de reconciliar consigo todas as coisas.





1

O MANDATO CULTURAL

I . DEFINIÇÕES

Entende-se como mandato cultural a primeira ordem dada por Deus à raça humana, logo após o ato da criação. Ainda no Éden e bem antes da queda, o ser humano, homem e mulher, criados por Deus, foram envolvidos pelo Criador em algumas tarefas e funções, especialmente a de estabelecer regras para sua sobrevivência nos relacionamentos com Deus, consigo mesmos, com as outras pessoas, com as demais criaturas e com toda a natureza.

C. René Padilha, teólogo latino-americano, assim define o mandato cultural:

O homem é a imagem de Deus, porque o representa e está investido de sua autoridade. O Deus, ao qual o homem se parece, é aquele que cria o universo e os seres vivos por meio de sua palavra, mas, imediatamente, faz uma imagem de si próprio e o coloca no mundo como seu representante. É o Criador que implanta no Homem sua própria criatividade e faz dele seu legítimo representante, confiando-lhe a mordomia de sua criação. Ao Homem, como sua imagem, seu representante, Deus dá faculdade de reproduzir-se e confia a mordomia do mundo. A tarefa humana fundamental é o governo da realidade criada, em representação a Deus e sob sua autoridade. Esse é o Mandato Cultural, em cujo cumprimento o ser humano manifesta, efetivamente, que é Imago Dei. O Homem completo, como ser somático e espiritual, assemelha-se a Deus porque a ele foi confiada a mordomia da criação. Nisso se radica a base da responsabilidade humana no uso e cuidado dos recursos naturais, bem como no desenvolvimento científico e tecnológico (MALDONADO, 1996, p.44).

Para J. Stott, teólogo britânico, o Mandato Cultural se estabelece em três afirmações legítimas:

1. *Deus deu ao homem domínio sobre a terra.* Assim, pois, desde o princípio, os seres humanos foram dotados de uma dupla unicidade: têm a imagem de Deus (que compreende qualidades racionais, morais, sociais e espirituais que tornam possível nosso conhecimento d’Ele), e exercemos domínio sobre a terra e suas criaturas. De fato, o caráter único do domínio sobre a terra se deve ao caráter único da nossa relação com Deus.

2. *Este domínio é corporativo.* Ao exercer o domínio recebido de Deus, não se criam os processos da natureza, senão que se coopera com eles. Neste sentido é um *senhor*, de acordo com o propósito de Deus e seu mandato. Porém, também, é um *filho* em sua dependência última da providência paterna de Deus, que é quem lhe dá a luz do sol, a chuva e estações frutíferas do ano.

3. *Este domínio é delegado e, portanto, responsável.* O domínio que exercemos sobre a terra não nos pertence por direito, senão, somente, por favor. A terra nos “pertence” não porque a criamos nem porque somos seus proprietários, senão, porque seu Criador no-la tem confiado para dela cuidar (STOTT, 1991, p.131).

Já para Enzo Romano, a releitura adequada do texto de Gênesis nos levaria a delinear não uma *antropologia na cosmologia*, mas uma *antropologia cosmológica*, fazendo da vida uma alavanca, uma engrenagem ideológica (cultura), que unifica a matéria inerte e a energia, mundo e homem; evolução finalística e exigida (*apud* SILVA, 1996, p.147).

Timóteo Carriker, missionário e missiólogo no Brasil, assim define o mandato cultural:

A imagem de Deus imputada no homem, a de “reinar” ou “dominar”, que é constatada em Gênesis 1.26, é elaborada logo depois nos versículos 27 e 28. O versículo 27 esclarece que esta tarefa pertence ao homem no sentido genérico, isto é, ao homem e à mulher. Somente os dois juntos realizam a primeira ordenança de Deus, e nenhum dos dois só é capaz de realizá-la (CARRIKER, 1992, p.23).

No comentário de rodapé, da Nova Bíblia dos Capuchinhos, sobre este mandato, podemos ler:

A solenidade com que o ser humano (isto é, a Humanidade) é criado manifesta que ele é o vértice da criação e a imagem de Deus sobre a terra. Não uma imagem de pedra ou de barro, como os deuses pagãos, mas uma imagem viva. A ideia de semelhança com Deus não reforça, mas atenua o termo imagem. Ser imagem e semelhança de Deus é a vocação essencial do homem, criado para aperfeiçoar o mundo, para fazer dele um paraíso (1ª Edição – 1998, p.25).

Derek Kidner, no seu comentário sobre Gênesis, assim se expressa:

O domínio sobre todas as criaturas é “não o conteúdo, mas a consequência” da imagem divina (citando Delitzsch). Tiago 3.7,8 assinala que, em grande parte, ainda o exercemos – com uma exceção fatal. Hebreus 2.6-10 e 1 Coríntios 6.3 prometem a exaltação do homem redimido a uma posição superior à dos anjos (cf. Ap 4.4). Em doloroso contraste, o

nosso recorde humano de exploração daquilo que está à nossa mercê prova a inaptidão dos seres decaídos para governar, estando nós mesmos desgovernados (cf. o tom sinistro de 9.2) (KIDNER, 1997, p.49).

Na versão em português da Bíblia de Genebra, nos comentários de rodapé, encontramos a seguinte definição:

Deus deu aos seres humanos o mandato cultural de dominar a criação como reis benevolentes (9.2; Sl 8.5-8; Hb 2.5-9). O homem natural pode dominar os reinos animal (v.28) e vegetal (v.29), mas não pode dominar os poderes espirituais, especialmente Satanás (cap. 3; Ef 6.10-12).

Já para Cimosa o mandato é assim definido:

1. O homem é rei “delegado” de Deus e tem a missão de dominar as criaturas, mas, sobretudo, a missão de colaborar com Deus para levar a criação à sua máxima realização.
2. O homem é “filho de Deus”, ele está para Deus como Set está para Adão, isto é, num relacionamento de filiação. Há, portanto, uma ligação entre o aspecto real de ser imagem de Deus e o aspecto de filiação. Basta pensar no mundo semita, onde o rei é chamado “filho de Deus” (veja Sl 2.7-8; 110.8-4: filho, rei e sacerdote).
3. O homem é “sacerdote” por seu relacionamento com o “sábado”, que é criado imediatamente depois dele. Na criação, o homem é o representante de Deus e seu principal colaborador (CIMOSA, 1987, p.82-83).

Quando se estuda o papel da raça humana no mundo, nunca devemos fazê-lo partindo só do ponto de vista de um teólogo, mas, também, observar como os cientistas analisam a sua função, no projeto de Deus. Um bom exemplo dessa visão é o trabalho do engenheiro Paulo José F. de Oliveira, em seu livro: “*Uma Sinfonia para a vida*”. Assim ele se expressa:

Não há como ocultar a intenção do texto: o homem foi colocado sobre a terra para exercer domínio e controle sobre todas as formas de vida! É interessante notar que o texto não diz que o homem tem o domínio sobre a Natureza, no sentido de que a ele foram entregues os rios, os mares, as terras e a atmosfera, mas, ao homem foi dado, tão somente, o domínio sobre a vida, permanecendo a Natureza, diretamente ligada ao Criador, enquanto base de apoio da vida. Sabemos que, para a tradição judaica, o nome de qualquer coisa significa a essência dessa mesma coisa, de modo que o nome traduz o que a coisa é. Por isso, havia o cuidado em dar aos filhos nomes que tivessem um sentido bem determinado, em geral, ligado às circunstâncias do nascimento da criança. Também, dar o nome é um direito dos pais, o que significa uma confirmação de sua autoridade paterna. Portanto, ao permitir que o homem denomine o que foi criado, Deus reafirma a primazia do homem sobre a vida criada e os seus direitos de dominador. No versículo 5 de Gênesis 2, lemos que não havia, ainda, nenhum arbusto e nenhuma erva na Terra, em parte porque, até então, não havia chovido, mas também, porque “não havia homem para cultivar o solo”. Arbustos, ervas, árvores, sementes, frutos, chuva, enfim, toda a criação só se justifica se nela existir o homem para quem essas coisas foram criadas! Talvez, nenhuma outra passagem desta narrativa da criação seja tão marcante quanto esta, em sua capacidade de

mostrar a intencionalidade da criação e a primazia atribuída ao ser humano. De forma concisa e extremamente clara, temos aqui indicadas as atividades básicas do ser humano: trabalhar e conservar a Natureza. Trabalhar para prover o sustento material de que carece para preservar a sua existência, produzindo toda a gama de serviços e bens que o estilo de vida de sua época indique como necessários. (OLIVEIRA, 1994, ps.47, 51 e 57).

O Dr. Ernest Lucas, cientista e teólogo, pós-graduado em Química pelas universidades de Carolina do Norte e Oxford, nos Estados Unidos, fazendo uma leitura teológico-científica do livro de Gênesis, em seu oportuno livro: “*Gênesis Hoje*”, define assim o Mandato Cultural:

As ordens de dominar a terra, em Gênesis 1.28, e de cuidar do jardim do Éden, em Gênesis 2.15, forneceram um estímulo religioso para o estudo científico da natureza. Isso era visto como uma forma de cumprir esses mandamentos. Aliás, alguns entendiam que era uma forma de cooperar com Deus (LUCAS, p.23, 1994).

Entretanto, nossa compreensão do que é o Mandato Cultural não fica restrita, apenas, às definições acima, mas, e sobretudo, pelo que nos é revelado nos relatos da criação, encontrados no primeiro livro da Bíblia, Gênesis, o *Livro dos Começos!* É o que veremos a seguir.

2. O MANDATO CULTURAL NOS RELATOS DA CRIAÇÃO

Percebamos alguns detalhes deste mandato, no relato da criação:

Também disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; tenha ele domínio sobre os peixes do mar; sobre as aves dos céus, sobre os animais

domésticos, sobre toda a terra e sobre todos os répteis que rastejam pela terra. Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e lhes disse: sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu e sobre todo animal que rasteja pela terra. E disse Deus, ainda: eis que vos tenho dado todas as ervas que dão semente e se acham na superfície da terra e todas as árvores em que há fruto que dê semente. Isso vos será para mantimento. Então, formou o Senhor Deus ao homem do pó da terra e lhe soprou nas narinas o fôlego de vida, e o homem passou a ser alma vivente. E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, na direção do Oriente, e pôs nele o homem que havia formado. Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no jardim para o cultivar e o guardar. Havendo, pois, o Senhor Deus formado da terra todos os animais do campo e todas as aves dos céus, trouxe-os ao homem para ver como este lhes chamaria; e o nome que o homem desse a todos os seres viventes, esse seria o nome deles. Deu nome o homem a todos os animais domésticos, às aves dos céus e a todos os animais selváticos. (Gn1.26-29; 2.7-8, 15, 19-20).

É importante notar que o presente conjunto de ordens foi dado logo após a formação da raça humana:

Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou: homem e mulher os criou (Gn 1.27).

Este mandato, desde o seu início, implica nas principais áreas da vida humana, nas quais seria necessário estabelecer uma cultura ou, até, culturas, que projetassem um modo de vida. O homem e a mulher deveriam juntos administrar a experiência familiar e social que tinham diante de si

(*multiplicar, encher, dar nome*); a responsabilidade econômica e ecológica (*sujeitar, cultivar, guardar*) e de governo (*dominar*).

Deste modo, afirma Carriker:

Deus chama a humanidade para o papel de vice-regente sobre o mundo; todos devem participar, responsavelmente, nesta tarefa (CARRIKER, 1992, p.24).

O Congresso Latino Americano de Evangelização III, CLADE III, promovido pela Fraternidade Teológica Latino-Americana, em Quito, Equador, em 1992, teve como tema: *Todo o Evangelho para o Homem todo e todo Homem, a partir da América Latina*, e apresentou uma dinâmica de muita interação entre os preletores e os participantes. Os preletores, um ano antes, enviaram suas *Ponências*, ao escritório central, que as distribuiu, aleatoriamente, entre os congressistas, a fim de reagirem às colocações, sugerirem alterações, fazerem observações, etc. Como um dos congressistas, tive o prazer de reagir à palestra elaborada por Juan Stam, um dos grandes teólogos contemporâneos, cujo conteúdo, estava relacionado com a criação e o tema era: *O Evangelho da Nova Criação*.

Além de reagir à sua *ponência*, pude ouvi-lo com muita atenção, por ocasião do Congresso. Logo após a apresentação da palestra, iniciava-se outro momento de interação: uma comissão, previamente convocada, reagia publicamente, apontando pontos fortes e fracos. Em seguida, era aberto para o plenário apresentar suas perguntas. Deste modo, Stam teve muito material para melhorar ainda mais sua palestra, transformando-a no livro: “*O Evangelho da Nova Criação*”, que foi de fundamental importância para a elaboração deste trabalho e precisa ser lido por aqueles que desejam entender, com mais profundidade, a íntima relação entre a criação e a redenção. Assim, o trabalho exegético e hermenêutico, elaborado por Stam, sobre os textos de Gênesis 2 e 3,

é extremamente necessário que seja citado, para destacar o que estamos procurando demonstrar:

Gênesis 2 e 3, descrevem Yahvé Elohim como uma espécie de “Deus trabalhador”. Deus “formou” (*yatsar*) a Adão, “plantou” (*natac*) o jardim e “construiu” (*banah*) a Eva do osso de Adão. São três termos os mais humanos possíveis, usados constantemente para os ofícios correspondentes a oleiro ou escultor (Is.45:9; 64:8), agricultor e carpinteiro. Em particular, o verbo *yatsar* é usado para numerosos aspectos da ação salvífica de Deus: Deus “formou” a Israel (Is 43.21; 44.1s,24; cf.27.11). Também *natac* pode ter sentido salvífico: Deus “plantou” a Israel (Jr 2.21; 11.17; 31:28). Em outras passagens, o verbo *banah* se aplica à Israel. Deus promete a Davi construir uma casa e um trono (2Sm 7.27; Sl 89.3s.); depois, promete reconstruir o povo no seu retorno do cativeiro (Sl 102.16; 147.2). Este relato, no hebraico original, se caracteriza por uma série de jogos de palavras, tão simpáticos como significativos. Destes, três são especialmente importantes, segundo a evidente intenção do autor: 1.- Em 2.7, o autor diz que, da terra (*adamah*), Deus fez *adam*; o jogo *adamah/adam* destaca, fortemente, a inseparável e essencial vinculação entre o ser humano e a terra, entre *homos e humus*. Aqui, temos uma forma muito diferente da do capítulo 1º. Uma nova e dramática insistência na materialidade que, depois, vai caracterizar todo o plano da salvação; 2.- O segundo jogo de palavras destaca a solidariedade misteriosa e profunda entre *ish (varão) e ishah (varoa)* (2:23), conforme homem/mulher, unidos, inseparavelmente, numa vida comum; 3.- Do nome “Eva” se faz um jogo com a palavra “viver” (Gn 3.20 – Eva, *javah*; viver, *jayah*) (STAM, 1994, p.26).

Além da experiência acima citada do Dr. J. Stam, durante a elabo-

ração deste trabalho, corripondi-me com ele, através desta ferramenta incrível, que é a Internet. Pronta e bondosamente, ele se dispôs a acompanhar nossa caminhada e, numa de suas mensagens, ele assim se expressou:

“Tu tema me parece muy importante y el bosquejo, bastante completo. Realmente, no tengo mucho que agregar, aparte de lo que está en mi libro, que mencionas (Las Buenas Nuevas de La Creación). Del mismo mandato, en Gen 1, me parece que has hecho una interpretación bastante buena. En Gen 2, me llama la atención que, cuando Dios permite a Adán, nombre de todo lo viviente, Dios le hace co-creador com él, porque, en Gen 1, la función de nombrar era esencial a sua acción creadora. El nombrar, da a la cosa su sentido, y en esse aspecto, la creación no está completa, hasta que, lo creado está nombrado. Me parece que, esto implica, en cierto sentido, una creatio continua; la tarea civilizadora nuestra, va completando la creación divina. Eso también, es mandato cultural”. (Correspondência pessoal datada de 14/01/2002)

É ponto fundamental da fé cristã confessar o mesmo que o autor da Carta aos Hebreus, quando declara, introduzindo o maravilhoso texto dos *Heróis da Fé*: “*Pela fé, entendemos que foi o universo formado pela palavra de Deus, de maneira que o visível veio a existir das coisas que não aparecem*” (Hb 11.3).

É com esta convicção que Morris afirma:

“No princípio criou Deus os céus e a terra” (Gn 1.1). Quando cremos de fato neste versículo, temos pouca dificuldade de crer em todo o restante da Palavra de Deus. Este único versículo refuta a todas as diversas pseudoteorias

inventadas pelos homens, acerca das origens. O ateísmo, inequívoca negação da existência de Deus, é falso porque Deus é. O materialismo, que pretende explicar todas as experiências da vida em termos de leis físicas e nega a necessidade de crer em Deus, como Causa eficiente de todas as coisas, é falso porque aqui se vê que a matéria, um dia, começou a existir. O dualismo, ensinando que há dois princípios eternos, até mesmo dois seres divinos - um mau e outro bom - em oposição mútua, é falso porque, no princípio, havia Deus somente. O panteísmo, que afirma que tudo é Deus e Deus é tudo, identificando Deus e a natureza, insistindo na eternidade da matéria e asseverando que a matéria pode de si própria originar vida é falso porque Deus estava fora de Sua criação. O politeísmo, que é culto a muitos deuses, é falso porque só havia um Deus criando. O evolucionismo, definido como a teoria de que, mediante processos naturais e por transformação gradual, todas as coisas derivam de materiais pré-existentes, é falso porque céus e terra foram criados (MORRIS, 1984, p.9).

A confiança no relato da criação determina nossa convicção no presente e, também, com perspectivas no futuro, pois, sempre quando Deus cria, Ele o faz com algum propósito bem definido. Biéler chega a afirmar que esta confiança é que poderá levar o ser humano a alguma melhoria de vida:

Quem é este estranho ser que se chama homem? Donde vem e para onde vai? Por que meios ele pode conhecer-se a si mesmo com segurança? Se não sei quem sou, não há amor possível, o homem e a mulher se buscam sem jamais se encontrarem, o trabalho torna-se estupidez, a sociedade humana não pode ser edificada, não há nenhuma esperança

em nenhum lugar (BIÉLER, 1970, p.9).

É curioso notar que, por mais que cientistas queiram desatrelar ou afastar o relato da criação do seu mundo, fica mais difícil de atender às demandas da sociedade atual. A própria racionalidade humana só pode ser explicada pela crença de que há uma *mente infinita*, por detrás da natureza.

Ernest Lucas, citando a afirmação do filósofo Prof. J. Mac-Murray, nos aponta para o fato de que somente a mentalidade cristã pode gerar o nascimento da ciência como tal: *a ciência é o filho legítimo de um grande movimento religioso e sua genealogia remonta a Jesus*.

De maneira categórica, para expressar a importância de se crer nos relatos da criação e que o pensamento cristão foi fundamental para o progresso da ciência, como tal a conhecemos, o mesmo Lucas afirma:

Com todas as grandes civilizações conhecidas no mundo, por que a ciência moderna nasceu na Europa Cristã no final da Idade Média? O conhecimento acerca do mundo e as técnicas em posse das outras culturas não eram suficientes em si para manter em andamento a ciência como a conhecemos. Os gregos, os hindus do Vale do Ganges, os árabes e os outros povos possuíam conhecimento e técnicas consideráveis, mas nunca desenvolveram a ciência como um movimento progressivo. O que lhes faltava era a estrutura certa que pudesse dar confiança e motivação para as pessoas, fazendo com que o estudo científico florescesse. Até isso foi proporcionado pelo cristianismo. A investigação científica só encontrou solo fértil depois que a fé num criador pessoal, racional, realmente impregnou toda uma cultura, a partir dos séculos da Idade Média Alta. Essa foi a fé que forneceu uma dose suficiente de crédito na racionalidade do universo,

confiança no progresso e valorização do método qualitativo – todos eles, ingredientes indispensáveis da investigação científica. A Bíblia ensina que o mundo foi criado por Deus a partir do nada, por um ato de livre vontade (Hebreus 11.3). A cada instante, o mundo depende de Deus para continuar existindo (Hebreus 1.3). Uma vez que Deus agiu livremente e não podemos ter a pretensão de adivinhar o que ele fez, o único meio que temos para fazer descobertas acerca da criação e entendê-la é o estudo pelo método da observação e da experiência. O Deus da Bíblia é um criador pessoal, racional, digno de confiança. Portanto, podemos esperar que sua criação seja ordenada e racional. Passagens como Gênesis 1 e 8.22 sustentam essa conclusão. Foi sobre esse fundamento que os primeiros cientistas desenvolveram o conceito de leis naturais e começaram a procurá-las (LUCAS, 1994, p.22-23).

A posição cristã, inegociável, estabelece o agir, sempre, a partir de Deus! *No princípio, Deus!* (Gn 1.1). É o oleiro que faz do barro, o ser vivente, conforme afirma Von Allmen:

Convém sublinhar o caráter fortemente teocêntrico desta narrativa. Nada acontece a não ser por Deus. No ápice da obra divina ergue-se o homem criado, reflexo visível do criador, príncipe do mundo da graça, da luz e da vida. O segundo relato transporta-nos a um deserto árido, inacessível à vida, imensa extensão de argila seca, mas eis que da terra brota uma água regando a superfície do solo. Desta argila umedecida, Javé, como um oleiro, forma uma estatueta. Soprando-lhe ele nas narinas ela se torna ser vivente (VON ALLMEN, 1972, p.77).

A origem, a essência e o propósito da humanidade se tornam claros e especiais, nos relatos da criação, pois, em relação a todas as outras

criaturas, as narrativas são menores e sem muitos detalhes. Entretanto, há uma especial atenção, um registro mais demorado e alongado.

Essa especial atenção dedicada à origem do homem serve como evidência de que o homem é o propósito e o fim, a cabeça e a coroa de toda a criação.

Em primeiro lugar, há o especial conselho de Deus que precede à criação do homem. Ao chamar à existência as outras criaturas, nós lemos simplesmente que Deus falou e essa fala de Deus trouxe-as à existência. Mas, quando Deus está prestes a criar o homem, Ele primeiro conferencia consigo mesmo e decide fazer o homem à sua imagem e semelhança. Isso indica que, especialmente, a criação do homem repousa sobre a deliberação, sobre a sabedoria, bondade e onipotência de Deus.

Em segundo lugar, nesse conselho particular de Deus, a ênfase especial é colocada no fato de que o homem é criado segundo a imagem e semelhança de Deus, e, portanto, possui um relacionamento com Deus totalmente diferente daquele que as demais criaturas possuem.

Em terceiro lugar, não foi apenas o homem, nem apenas a mulher, mas os dois, em sua interdependência, que foram criados à imagem de Deus. Eles são portadores dessa imagem não somente para si mesmos, mas, também, para sua posteridade.

Em quarto lugar, a Escritura expressamente menciona que essa criação do homem à imagem de Deus deve expressar-se, especialmente, em seu domínio sobre todos os seres vivos e na sujeição do Senhor de toda a terra. O homem é o rei da terra porque ele é o filho ou a geração de Deus. Ser filhos de Deus e herdeiros do mundo são duas coisas estreitamente relacionadas uma com a outra, inseparavelmente unidas na criação (BAVINK, 2001, p.199-200).

J. Stott, cujas ideias têm influenciado várias gerações, ao se deparar com os relatos da criação, encontra neles o que ele chama de *Dignidade Humana*, que se estabelece por três relações:

A primeira é a *nossa relação com Deus*. Os seres humanos são seres de semelhança divina, criados à imagem de Deus, segundo seu propósito. A imagem divina compreende aquelas qualidades racionais, morais e espirituais que nos separam dos animais e nos vinculam a Deus.

A segunda é a *nossa relação uns com os outros*. O Deus que criou a humanidade é um ser social, um Deus que compreende em si mesmo três pessoas, eternamente distintas. Portanto, Deus fez o homem varão e a mulher e lhes mandou procriar. A sexualidade foi criada por Deus, o casamento foi instituído por Ele e o companheirismo humano estava em seu propósito, quando disse: “*Não é bom que o homem esteja só*”. De maneira que, todas as liberdades humanas que chamamos de santidade do sexo, o casamento e a família, o direito de se reunir e o direito de ser respeitado, sem distinção de idade, sexo, raça ou condição, correspondem à segunda categoria de nossa relação de uns para com os outros.

A terceira é *nossa relação com a terra e suas criaturas*. Deus nos tem dado o domínio, com o mandato de sujeitar e cultivar a terra fértil e governar sobre suas criaturas. De modo que, os direitos humanos que chamamos de direito ao trabalho e ao descanso, o direito de participar dos recursos da terra, o direito à alimentação, o vestir e o morar, o direito à vida e à saúde e à sua proteção, assim como a libertação da pobreza, da fome, da enfermidade, correspondem à terceira classificação da relação com a terra (STOTT, 1991, p.167).

A experiência com Deus parte do momento em que não se crê

nele apenas como Salvador e Senhor da nossa vida, mas e também quando se crê que Ele é o Senhor do mundo, de todas as coisas. Para Huberto Rohden, em sua clássica obra: “*Filosofia Cósmica do Evangelho*”, esta fé é primordial, quando afirma:

A alma do evangelho é uma experiência individual com Deus (que costumamos chamar de verticalidade), e que, se for genuína, terá necessariamente os seus reflexos sobre a vida ética e social do homem (apelidada frequentemente de horizontalidade). Para que alguém tenha esta experiência de Deus, tem de criar em si mesmo um ambiente propício para a mesma, tem de realizar no seu interior uma espécie de atmosfera ou clima em que a delicada plantinha desse encontro com o Infinito possa brotar e medrar. Esse ambiente favorável consiste essencialmente em dois fatores básicos: fé e vida.

Fé – deve o homem, antes de tudo, crer na realidade de um mundo invisível, embora ainda não tenha dele experiência direta. Esse crer é uma espécie de permanente atitude de humildade, sinceridade, receptividade, um senso de vacuidade ou nulidade do próprio ego físico-mental, unido à ansiosa expectativa e certeza de uma plenitude que lhe possa advir de fora. Esse “de fora” é uma locução provisória, porque, de fato, a plenitude divina não vem de fora do homem: vem do mais profundo abismo dentro dele, vem do íntimo centro do próprio homem, não desse homem periférico, físico-mental que ele conhece habitualmente, mas vem das incógnitas profundezas do seu Eu racional, espiritual, divino, que lhe é tão desconhecido e tão “longínquo” como a presença da energia nuclear dentro dum átomo não desintegrado.

Vida – fé vivida! A fé nunca passará a ser experiência direta de Deus se ficar no terreno meramente intelectual ou dogmático-ritual; é indispensável que ela se encarne na

vida total do homem ou, no dizer de Santo Agostinho, que se torne “*fides quae per charitatem operatur*” (fé que atue pelo amor). Quando o homem sintoniza toda a sua vida individual e social pelo conteúdo da sua fé, quando vive o que crê, como se já possuísse experiência direta de Deus, então essa fé concretizada em amor universal desabrochará em experiência imediata do mundo divino, porque encontrou ambiente e clima propício ao seu desenvolvimento. O crente torna-se, então, um ciente, um sábio, um vidente. Já não crê simplesmente – sabe! A magnífica frase de Albert Schweitzer: *O cristianismo é uma afirmação do mundo que passou pela negação do mundo*, resume lapidarmente o que entendemos por Cristianismo cósmico.

Quem afirma o mundo sem o ter negado é materialista e idólatra.

Quem nega o mundo sem ter a coragem de o afirmar é asceta espiritualista.

Quem afirma o mundo depois de o ter negado e continuando a negá-lo, internamente, pelo desapego, esse é cristão genuíno e integral, homem cósmico.

O verbo se fez carne para que a carne se pudesse fazer Verbo...

O espírito se materializou para que a matéria pudesse se espiritualizar...

Quem adora o mundo é idólatra.

Quem odeia o mundo é desertor.

Quem ama a Deus no mundo e o mundo em Deus é homem cósmico, crítico! (ROHDEN, p. 9-12).

A presença do Deus criador ainda se faz necessária, pois, por mais que a ciência se desenvolva, ela ainda continua devendo respostas às questões básicas da vida humana, questões estas que são respondidas

pela fé na Palavra de Deus e no Deus da Palavra.

A ciência moderna contém teorias acerca da origem do universo, da origem do sistema solar e, claro, da origem da vida na terra. Todas elas expressas em termos puramente materialistas, sem nenhuma referência a Deus: será que isso significa que os cientistas provaram que o Deus criador é desnecessário? O máximo que o cientista pode afirmar acerca da teoria da origem do universo, por exemplo, é que ela explica *como* Deus criou o universo; qual foi o mecanismo usado. Sem dúvida, ela não torna dispensável o Deus da Bíblia. Os cristãos acreditam num Deus que idealizou e criou a matéria, a energia e o tempo, além das leis e das forças fundamentais da natureza que regem a atividade deles. E mais, Ele continua mantendo-os em atividade. Ele era livre para criar o universo por qualquer processo que escolhesse, e o cientista é livre para estudar o universo para ver se consegue descobrir e entender esse processo (LUCAS, 1994, p.27).

Nas interpretações mais recentes, têm-se encontrado possibilidades de se ler não apenas a criação de Adão e Eva, como dois seres exclusivos, mas, também, projetando neles toda a raça humana, vendo-os como representantes.

Um exemplo desta releitura surge num dos escritos de Mesters:

Uma leitura bem desprevenida da narração dá a impressão de que o autor (de Gênesis) esteja falando de um casal bem determinado do passado com exclusão dos outros. O marido se chamava Adão e a mulher Eva. Mas não é este o caso. A expressão Adão e Eva poderia ser muito bem traduzida por “Um Homem e Uma Mulher”, pois, com a descrição da atitude de Adão e Eva, o autor quer caracterizar a todos

que pertencem à raça humana. Neste ADAM, protagonista da narração, todos os ADAM, isto é, todos os homens se reconhecem com sua vida. Então, não houve um primeiro casal? Houve, porque nós existimos. Sem um primeiro casal jamais teria havido um segundo. O que não se sabe é o nome desses primeiros homens. Sabemos apenas que foram pessoas humanas, *adam e issha*, homens e mulheres, e que neles existia o que existe em todos nós, a saber, aquela misteriosa e inexplicável tendência para o mal. Como se deu isto? Não o sabemos e a Bíblia não o informa. Afinal, pouco interessa. A Bíblia fala do ADAM que vivia no tempo em que ela foi escrita. E nós, hoje, temos de pensar não tanto no ADAM do início, mas no ADAM que vive em todos nós (MESTERS, 1999, p.57, 63 e 80).

Para Bavink, um dos destacados teólogos calvinistas do final do século XX, o conceito de Mandato Cultural foi expresso na frase: *Em Gênesis 2, é a ordem probatória dada ao homem!*

Esta *ordem probatória* tinha duas tarefas: primeiro – cultivar e preservar o jardim; segundo – comer livremente de todas as árvores, exceto da árvore do conhecimento do bem e do mal. A primeira tarefa define seu relacionamento com a terra, enquanto a segunda define seu relacionamento com o céu. O ser humano só poderia cumprir sua missão com relação à terra, se ele não quebrasse a conexão que o unia ao céu, ou seja, somente se ele continuasse a obedecer a Deus. Ele deveria servir a Deus e servir-se a si mesmo, enquanto servia à terra.

Trabalho e descanso, domínio e serviço, vocação terrena e celestial, civilização e religião, cultura e culto, esses pares caminham juntos desde o princípio. Eles pertencem e estão contidos na vocação do grande, santo e glorioso propósito do homem. Toda cultura, isto é, todo trabalho que ele realiza

para subjugar a terra, seja através da agricultura, da pecuária, do comércio, da indústria, da ciência, ou de qualquer outra forma, é o cumprimento de um *mandato divino*. Mas, para que o homem, realmente, cumpra esse mandato divino, ele tem de depender e obedecer à Palavra de Deus. A religião deve ser o princípio que anima toda a vida e que a santifica, a serviço de Deus (BAVINK, 2001, p.203).

A figura de Deus, como *rei e regente* de todo o universo, deriva-se do fato dele ser o criador de todo o cosmos, bem como vendo neste mesmo universo o grande palco da sua atuação.

Antes de ser o Deus de Israel, ele é o Deus do universo. Antes de ser o Senhor da Igreja, é o Senhor de tudo. (Mesmo o título usado no Antigo Testamento, Adonai, tem o sentido de “Senhor de tudo”, ou “Senhor absoluto”, em vez de Adoni, forma esta que significa “meu Senhor”, representando, por exemplo, um deus particular de um indivíduo ou de uma nação (CARRIKER, 1992, p.13).

Na decisão divina de criar o homem e a mulher, percebe-se também que, ao ser criado no sexto dia, ele partilha da criação de outras criaturas, no mesmo dia, é feito do pó e alimenta-se como elas. Uma vez mais, a íntima relação entre a raça humana, a terra e o restante da natureza se estabelece de maneira tácita, numa perspectiva e propósitos divinos de ressaltar uma grande interdependência entre ambos.

O homem é retratado como ao nível da natureza e acima dela, em continuidade em relação a ela, e em descontinuidade. A nota de auto comunhão e o plural majestático: *Façamos*, proclamam-no um momentoso passo; isto feito, a criação inteira está completa. Em comparação

com os animais, o homem é colocado em posição à parte por seu ofício. Se a palavra imagem parece demasiado pictórica, há o restante da Escritura para governá-la. Mas, de um só golpe, ela imprime na mente a verdade central a nosso respeito. As palavras *imagem e semelhança* se reforçam mutuamente; não consta “e” entre as frases, e a Escritura não as emprega como expressões tecnicamente distintas, como querem alguns teólogos. Segundo estes, a “imagem” é a indelével constituição do homem como ser racional e como ser moralmente responsável, e a “semelhança” é aquela harmonia com a vontade de Deus, perdida na queda (KIDNER, 1997, p.47-48).

Outro destaque importante que se encontra no texto bíblico, onde se percebe o Mandato Cultural, é que este ato divino é precedido com um gesto abençoador de Deus: *E Deus os abençoou*. Assim, todas as vezes que o ser humano executa alguma parte do mandato, quer saiba ou não, quer concorde ou não, ele o faz debaixo da bênção de Deus.

É neste momento que se estabelece a transmissão de autoridade e de coparticipação. Deus reparte da sua autoridade com a humanidade e o faz com um desejo de estabelecê-la como *parceira*, na administração do universo. A noção de bênção, em toda a Bíblia, não é aquela mais aceita pelo povo de Deus, em geral, quando se pensa só nos privilégios, mas também, precisamos lembrar que, quando Deus abençoa, Ele o faz com propósitos. Assim, nesta primeira bênção que as Escrituras mencionam, vemos o conceito pleno de bênção que devemos ter em nossas mentes e corações: *somos abençoados para abençoar!*

Deus não apenas conferiu uma dádiva, mas uma função. É o ponto mais alto de toda a criação, pois, além de vê-la como *muito boa*, Deus também abençoa aqueles que dela vão cuidar.

Mathias Quintela de Souza, pastor presbiteriano independente, em um trabalho sobre o assunto em pauta, assim se expressou:

Antes de criar o Homem, Deus cria todas as coisas, de acordo com o conselho da sua vontade e pela palavra do seu onipotente poder. Através do Espírito Criador, o Deus Triúno concedeu vida ao mundo e aos seres humanos que nele habitavam. Ele proclamou a bondade da criação. Como Criador, de Deus é a terra e a sua plenitude (SOUZA, 1991, p.2).

Diante disso, podemos entender que ao ser humano não compete *criar*, mas *transformar*. Deus lhe concedeu todas as matérias primas, as já descobertas e as que, ainda, o serão, para serem exploradas e dominadas, sempre com o supremo objetivo de que tudo reflita a sua bênção. Assim, todo o domínio deve ser sem dominação, pois visa à sua glória!

Ao dar o Mandato Cultural, o próprio Deus estabeleceu que este domínio deveria ser: conforme a sua vontade, para a sua glória e para o bem de todos.

Uma vez mais, Souza nos ajuda a entender este projeto:

Conforme a vontade de Deus – Deus criou todas as coisas com ordem e propósitos. Cabe ao homem discernir a ordem da criação e dominá-la de tal maneira que, os desígnios de Deus sejam cumpridos. Pela pesquisa científica, é possível conhecer a natureza e suas leis. As técnicas para o domínio da natureza devem ser estabelecidas pelas leis naturais. A liberdade humana fica dentro dos limites da ordem e do propósito da criação. A vontade de Deus não é arbitrária, mas é boa, perfeita e agradável. Quando o homem administra de acordo com a vontade de Deus, ele se torna não só eficiente como também, eficaz e efetivo no seu trabalho.

Para a glória de Deus – A indagação do propósito das coisas criadas leva-nos à consideração do Supremo Propósito ou do fim último das coisas. Paulo, depois de ter expressado, quase em êxtase, a sua admiração pelas obras de

Deus, concluiu: “*Pois todas as coisas foram criadas por Ele, tudo existe por meio d’Ele e para Ele. Glória a Deus para sempre!*” Quando se perde este propósito de vista, o homem pode ser protagonista da história, mas é levado a dizer, numa avaliação final dos seus esforços: ICABOD, isto é, não há glória.

Para o bem de todos – Já observamos que, em Gênesis, o mandato é dado ao casal, onde já se reflete um relacionamento de amor, amizade e solidariedade. A vida social reflete a imagem do Deus Triúno. Agindo em cooperação com Deus, o homem produz tudo o que tem necessidade, tanto em relação aos bens materiais, quanto aos valores espirituais e morais. A participação no trabalho, em todos os níveis, deve ser exigida levando em conta a capacidade de cada um; a distribuição deve levar em conta a necessidade de cada um (SOUZA, 1991, p.4-5).

A relação mais íntima entre o ser humano e a natureza se manifesta no momento da criação, pois, até então, todas as coisas criadas o foram *pelo poder da palavra de Deus*, mas, na criação do ser humano, usa-se o *pó da terra*, estabelecendo-se daí para frente uma relação de *interdependência*. A raça humana precisa da terra para viver, e a terra precisa da raça humana para produzir!

Este pequeno, mas importante detalhe, deve chamar a nossa atenção na compreensão da nossa tarefa de parceiros e mordomos de Deus. A parceria só se tornou possível porque à massa de barro Deus *sopra o fôlego de vida* (Gn 2.7). Temos aí os conceitos de imanência, *pó da terra*, e de transcendência, *fôlego de vida*. O ser humano faz parte da natureza, mas transcende a ela, por ter sido criado à *imagem e semelhança de Deus* (Gn 1.26).

Somos, portanto, feitos do mesmo material e frutos da mesma dinâmica cosmogênica que atravessa todo o universo. O ser humano, pela consciência, encaixa-se, plenamente,

no sistema geral das coisas. Ele não está fora do universo em processo de ascensão. Encontra-se dentro, como um momento singular, capaz de captar a totalidade, de saber de si, dos outros, de senti-los e de amá-los no interior dessa totalidade desbordante (BOFF, 1999, p.116-117).

Esta relação de interdependência nem sempre é compreendida e assimilada pelo ser humano, que, ao explorar a natureza, não o faz levando em conta este conceito tão importante, pois não se deve fazer com uma mãe, irmã e amiga aquilo que se tem feito com a terra, o mar, as águas, os rios, enfim, todo o cosmos.

Com uma melodia contagiante, um ritmo de música popular brasileira e com um poema extremamente profundo, o autor e compositor evangélico Carlinhos Veiga, no seu *CD: Terra*, faixa 1, intitulada: *Terra: Irmã, Mãe, Amiga*, assim se expressou:

*Terra, irmã terra,
Filhos do mesmo Pai,
Frutos da mesma cria,
E poesia.*

*Terra, mãe terra,
Bondosa e infinita,
Milagre, semente, pão,
E canção.*

*Como dói no meu peito triste
Ver tanta injustiça assim,
Ver tanto desprezo assim,
Dos irmãos, dessas criaturas
Que te exploram e te ferem.*

*Como o céu que ao vê-la chora,
Como o sol, astro-irmão que grita,
Também choro tua tristeza
E grito tua agonia.
Irmã terra, mãe, amiga,
Filhos do mesmo Pai,
Frutos da mesma cria,
E poesia!*

Os conceitos sobre essa imagem e semelhança vão se desenvolvendo dentro da dinâmica da própria revelação de Deus, da compreensão da Igreja em sua Palavra, e no aprofundamento dos conceitos terminológicos, como podemos observar em Von Rad:

O motivo do homem, imagem de Deus, não implica em explicação alguma direta da natureza desta semelhança divina; seu centro de gravidade se acha, antes, na definição do fim para o qual ela foi comunicada ao homem. A dificuldade para nós está no fato de que o texto considera a simples declaração desta semelhança com Deus como suficiente e explícita. Podemos dizer a tal respeito, duas coisas: as palavras *tzélém*, “imagem, estátua, objeto esculpido” e *demût*, “semelhança, equivalência”- sendo que a segunda interpreta a primeira, salientando a noção de correspondência e de semelhança - referem-se ao homem todo, não exclusivamente à sua natureza espiritual, mas também, e principalmente, à glória de seu aspecto corporal, ao *kâdâr* (“ornamento”, “superioridade”, “Majestade”) e ao *kâvôd* com que Deus o decorou (VON RAD, 1973, p.152).

Assim elaborada, formada e colocada no Éden, lugar de delícias, a raça humana não só recebe um mandato, uma função, mas também

tem do próprio criador toda a capacitação e condições necessárias para poder cumprir sua missão.

Colocada no jardim, sugestiva e poética figura para o lar, a criação provê tudo o que é necessário para a subsistência humana (toda sorte de árvore boa para alimento), beleza (árvores agradáveis à vista) e tudo isto com liberdade (árvore do conhecimento do bem e do mal (SOUZA, 1991, p.3).

Já vêm de longa data as diferentes opiniões sobre o que, de fato, significam as palavras *imagem* e *semelhança*. Como não é nosso objetivo, neste estudo, nos prolongarmos na análise destas diferenças, devemos nos atentar para os reducionismos conceituais, que os referidos termos tiveram, ao longo da história. Chamam-nos a atenção as seguintes colocações:

Maimônides ensina que o hebraico *toar* designa a forma típica de alguma coisa, mesmo quando produzida pelo trabalho do homem, aproximadamente no sentido da palavra “modelar”. Se tivermos cuidado em ler Maimônides sobre este ponto, e separar o ranço medieval e a forte influência da filosofia de Aristóteles, certamente poderemos concordar com suas sábias palavras. Ele recorda-nos que a nossa transitoriedade reside em nossa substância (*adamah*) e não em nossa forma (*zelem*), que não pode ser destruída. As fraquezas do homem são decorrentes da sua substância, ao passo que os seus méritos provêm da sua forma. Portanto, o conhecimento de Deus, a geração de idéias, o domínio sobre os desejos e as paixões, a distinção entre o que deve ser escolhido e o que deve ser rejeitado, tudo isso o homem deve à sua forma. Ao passo que o comer, o beber, o sexo, as paixões e todos os vícios estão ligados à substância do seu corpo (OLIVEIRA, 1994, p.43).

A responsabilidade humana diante de Deus é muito grande, dado o alto valor de tudo o que foi criado, não apenas pelo valor extrínseco, o que aparenta ser, mas, também, pelo intrínseco, pois, acima de tudo, é obra das mãos de Deus e do poder da sua palavra, ao criar todas as coisas do nada. *No princípio criou Deus todas as coisas*, (Gn 1.1), o verbo criar (barah) tem o sentido de *criar do nada*, revelando o profundo e extraordinário trabalho de Deus em criar, do primeiro ao sexto dia, uma quantidade enorme de coisas e ver que *tudo era bom* (Gn 1.25). Só depois de ter criado a humanidade é que Deus expressa o seu grande contentamento com toda sua obra: *E viu Deus tudo quanto fizera, e eis que era muito bom!* (Gn 1.31). Notemos que:

No primeiro capítulo (de Gênesis), o homem aparece como o vértice de uma pirâmide, é a última criatura feita por Deus. Das seis vezes que o termo hebraico barah (criar) aparece no capítulo 1, ocorre três vezes no versículo 27: *“E Deus criou o homem segundo sua própria imagem, criando-o à imagem de Deus, criando-os homem e mulher”*. K. Bart vê o homem colocado aí como parceiro, interlocutor (Gegenüber) de Deus (CIMOSA, 1987, p.79 e 81).

O poder extraordinário de Deus se revela não só por tudo o que criou, mas, sobretudo, pela maneira como o fez: *do nada!* De onde não havia vida, Ele a fez nascer; de onde só havia *caos*, Ele fez brotar o *cosmos*. Por isso, quando se tenta reduzir Deus, como um grande arquiteto do universo, é tentar diminuir seu poder e sua autoridade. Afinal, Ele não só deu forma, como faz um arquiteto com a matéria prima existente, mas, e acima de tudo, Ele criou do nada todas as matérias primas já conhecidas e as que ainda não o são.

O verbo “barah”, aqui usado, só é empregado para a ação criadora de Deus. Como tal ação nunca é posta em relação com matéria pré-existente sobre a qual se sobreporia, temos

a concepção da criação “do nada” (VON RAD, 1973, p.150).

Uma vez mais, citamos Souza:

Tanto a vida como a missão do homem têm a sua origem e garantia em Deus. Ele abençoa e ordena. Ele garante a vida e, ao delegar autoridade, continua responsável. A missão é, acima de tudo, “Missio Dei” (Missão de Deus). O homem participa desta missão, mas tudo está centralizado em Deus e não no homem. A autonomia humana é possível por causa da liberdade, mas as consequências são inevitáveis. Se o homem rejeita a Ordem Divina, ele cria a desordem humana. A autoridade exercida pelo homem, na administração de tudo o que Deus criou, é delegada. Por isso, ele é responsável diante de Deus. A essência dessa autoridade é o amor e a sua forma de expressão é a justiça. Quando é exercida assim, ela glorifica a Deus e promove a bem comum (SOUZA, 1991, p.2).

A Declaração de Oxford, sobre Fé Cristã e Economia, expressa sua compreensão sobre o assunto com as seguintes palavras:

Uma vez que os seres humanos foram criados à imagem de Deus, para uma vida em comunidade, e não simplesmente para que vivessem como indivíduos isolados cabem-lhes exercer o domínio de que foram incumbidos de maneira responsável para com as necessidades da família humana total, inclusive as futuras gerações. (Boletim da Fraternidade Teológica Latino Americana, 1983, p.12).

A releitura fundamental e necessária que tem sido feita nos dias de

hoje, nos relatos da criação, em Gênesis, tem levado o povo de Deus a entender não apenas o projeto da criação em si mesmo, mas, também, suas consequências para a missão da Igreja, conforme afirma J. Stam:

A teologia da criação deve desempenhar um papel decisivo na nossa visão do evangelho, da missão, da Igreja e do nosso discipulado fiel como primícias, aqui e agora, da nova criação (STAM, 1995, p.10).

Curiosamente, acaba sendo sempre esquecido o sétimo dia, o sábado, no relato da criação. Devemos nos lembrar de que, nessa ideia de descanso, passa, dentre tantos outros, o conceito de apreciação, de contemplação e de comemoração. Se a avaliação final ocorre no sexto dia, logo após a criação do homem, é no sábado que se realiza a *festa da criação!*

É, pois, o sábado que abençoa, santifica e revela o *mundo como criação de Deus*. Curiosamente, na tradição teológica das igrejas do Ocidente, a criação, via de regra, é apresentada como “*obra de seis dias*”. O sétimo dia, o sábado, muitas vezes foi ignorado. Por isso, quase que continuamente Deus era apresentado somente como o *Deus criador*. Deus não se entrega ao ócio. *O Deus que descansa, o Deus que festeja, o Deus que se alegra* com a sua criação passou para o segundo plano. Mas, mesmo assim, somente o sábado é a plenitude e a coroa da criação (MOLTMANN, 1992, p.23).

É exatamente porque a raça humana recebeu este *Mandato* que há esperança para a melhoria de vida de qualquer sociedade, através de mudanças culturais. Mesmo com a entrada do pecado no universo, ainda que todas as culturas tenham sido atingidas com marcas diabólicas, há também marcas divinas em todas elas, dando possibilidade para

aquilo que Robinson Cavalcanti chamou de: *A redenção da cultura*:

A leitura de Gênesis 1.28 nos leva a perceber que o mandato cultural inclui: 1) sexualidade, família, organização social – “Sede fecundos”; 2) uso dos recursos naturais, relação com o meio ambiente, economia – “enchei a terra”; 3) conhecimento, experimento científico, tecnologia – “sujeitai-a”; 4) Governo, legislação, justiça social – “dominai” (CAVALCANTI, 2000, p.46).

Tendo experimentado a prática missionária de missão e evangelização, o missionário contemporâneo Don Richardson tem nos oferecido duas obras de grande valor e que nos ensinam que, em todas as culturas, há um ponto de contato que pode e deve ser levado em conta.

Ao relatar sua primeira experiência no campo missionário, depois de ter feito o treinamento tradicional, ele escreve: “*O Totem da Paz*”. Posteriormente, procurando ajudar outros missionários e missiólogos nesta compreensão, ele escreve: “*O Fator Melquisedeque*”, no qual defende a tese acima mencionada.

No que concerne às duas fontes que nos relatam a criação, chama-se de *código sacerdotal* a que se encontra em Gênesis 1.1-2, 4a; e de *narrativa javista*, a de Gênesis 2.4b-25.

As duas representações, embora por caminhos diversos, chegam à criação do homem, isto é, do ser humano, homem e mulher. O mundo inteiro se submete ao homem, considerado o ponto culminante de toda a criação, pois, Gn 2 atinge, também, o apogeu na criação da humanidade, representada pela dualidade do casal. O homem é o centro em torno do qual Deus distribui suas ações (VON RAD, 1973, ps.148-149).

É importante e crucial observar, nas várias maneiras de se entender as narrativas bíblicas da criação, a diferença fundamental no propósito da criação, em Gênesis, com alguns textos mesopotâmicos. Para estes, os homens são criados à imagem dos deuses, mas a finalidade desta semelhança é a de dar aos seres humanos condições de realizar as tarefas dos deuses, para que estes possam se tornar seres de tempo livre, enquanto que, na tradição javista, revela-se como Deus confiou ao homem a tarefa de trabalhar, de continuar sua obra, mantendo-se presente e, mais do que isto, disposto a estabelecer comunhão profunda, através das conversas que aconteciam no jardim. O Deus que cria é o mesmo que quer ter intimidade com sua criatura e o seu maior prazer é revelar-se, cada dia mais, com a obra prima da sua criação.

Não há dúvida de que, a narrativa sacerdotal da criação quer transmitir não apenas conhecimentos teológicos, mas também, conhecimentos naturais. O que há de especial e difícil de perceber é que a teologia e a ciência natural aí se encontram tão intimamente entrosadas, que não há quase tensão entre elas (VON RAD, 1973, p.155).

A confiança que o criador demonstra na raça humana se expressa, de maneira muito clara, ao repassar tudo o que havia criado para as mãos da criatura que houvera feito com tanto e maior cuidado, beleza, carinho e mistério, se compararmos o ato da criação com os atos da fecundação e gestação, descritos por Davi, no Salmo 139.14, *o modo assombrosamente maravilhoso como fomos formados!*

São dois os aspectos do trabalho confiado ao homem: o trabalho material ('abad) e um esforço por cuidar das coisas criadas (shamar). A criação é confiada ao homem como um dom, com o empenho de cultivá-la e protegê-la (CIMOSA, 1987, p.100).

As discussões longas e já de bastante tempo em relação aos textos do relato da criação não se esgotaram e nem se esgotarão tão facilmente, pois, para muitos, os relatos não dão nenhuma base científica para se provar se, de fato, foi daquela maneira que tudo aconteceu. Entretanto, um cientista cristão assim se expressa:

A necessidade existencial de ter uma percepção da origem do universo não se prende aos aspectos científicos da questão, mas está visceralmente ligada a estes últimos aspectos éticos e morais. Portanto, trata-se de um problema religioso e não científico. As Escrituras falam-nos a respeito de Deus e da alma do homem, de modo que devemos ler e interpretar estes vinte e cinco versículos de Gênesis como uma declaração acerca dos questionamentos existenciais do ser humano, e jamais como um tratado científico. Assim, se pretendemos explicar o primeiro capítulo de Gênesis à luz do que nos diz a Ciência, e se a nossa grande preocupação for obter uma concordância básica com o texto sagrado, então deveremos antes de tudo, decidir com qual Ciência queremos obter esse acordo, pois, como nos diz o Dr. Ernest Lucas, “se a nossa interpretação da Bíblia concorda, plenamente, com a Ciência moderna de hoje, é quase certo que não vai concordar com a Ciência moderna de amanhã”. Por esta razão, tenho a convicção de que o texto de Gênesis 1 não foi escrito para ser compreendido à luz do que a Ciência tenha para nos dizer, seja qual for o estágio da Ciência a que nos referimos. A sua mensagem não depende de um conhecimento científico específico, nem o efeito que ela deve gerar em nosso espírito sofre qualquer influência do que a Ciência possa saber ou deixar de saber, a respeito da criação do universo e da Terra. O que eu tenho aprendido é que o texto fala por si

mesmo, sempre que sabemos ouvi-lo. O que ele nos diz está situado numa outra esfera do conhecimento, de modo que ele convive, perfeitamente, com o que a Ciência informa, seja ela que Ciência for: a de hoje, a de ontem ou a do futuro. A primeira coisa que podemos aprender é que a Natureza não é o resultado de processos aleatórios que operam ao acaso, mas que ela existe por causa de uma decisão de Deus. É o pensar de Deus que traz à existência as sucessivas etapas da Criação. É importante observar que, ciente do seu espaço, em momento algum o texto bíblico atreve-se a invadir os domínios da Ciência, e põe-se a explicar os mecanismos e os fatos bioquímicos e biológicos que foram empregados para que esse suporte material da vida viesse a concretizar-se. No entanto, esquecendo os limites do seu espaço, muitos cientistas querem convencer-nos de que a vida surgiu por obra e graça do acaso. Flagrante invasão de domicílio alheio! (OLIVEIRA, 1994, p.25, 27, 30 e 31).

Se fossemos enumerar o *pensar de Deus*, poderíamos fazê-lo da seguinte maneira: 1- A Natureza é intencional, é uma obra deliberada. 2- A Natureza é a expressão da vontade de Deus. 3- A Natureza é revestida de racionalidade, já que é resultado do pensar de Deus. 4- A Terra é um sistema destinado a fornecer o suporte imediato da vida - tudo nela foi preparado para dar condições à existência humana. 5- A vida tal como se apresenta nos seres humanos representa o ponto de mais alta complexidade, em todo o processo da criação.

Oliveira nos ajuda a aprofundar nossa reflexão:

Uma correta visão do mundo, com base religiosa, é uma concepção do *homem* como ser dotado de faculdades racionais e de autoconsciência, que o diferem do restante da Natureza, e lhe conferem atributos e problemas que os outros

seres vivos não têm. No âmbito da narrativa da Criação, vamos encontrar três textos em que esta concepção do Homem é apresentada e detalhada com uma amplitude como não se encontrará em nenhuma outra parte das Escrituras. A narrativa é rica em detalhes e em conteúdos; a primeira ideia que o texto passa é a certeza de que o homem é o final de uma longa cadeia criativa: do inanimado para a vida, da vida vegetal para a vida animal, e desta para o homem. Deus encontrou o ponto terminal de sua atividade criativa: com o homem o mundo está completo. O homem é um ser que se define através de uma equação única: “argila do solo” + “hálito de vida” = homem (“ser vivente”). Desta forma bela e simples, o texto sagrado exprime a dicotomia básica do ser humano, a sua eterna divisão entre o material (o imediato, o visível, o físico, o biológico) e o espiritual (o transcendente, o eterno, o divino). O homem é um ser vivente exatamente porque é capaz de compartilhar essas duas esferas da realidade, e ele jamais poderá ser completamente feliz e realizado se abandonar qualquer uma dessas esferas a que está vinculado. Devemos lembrar que, depois do homem, nada se cria. Depois do homem, vem o repouso de Deus (OLIVEIRA, 1994, p.39-41)!

A própria concepção de uma antropologia teológica deriva-se não só pelo fato da raça humana ter sido criada por Deus, mas, também, de ter sido feita sua parceira.

A ação criadora de Deus chega ao seu clímax com a criação do homem, “imagem de Deus”. Basta assinalar que o encargo conferido ao homem (representar o criador enquanto à sua imagem; exercer em seu nome um domínio senhorial e tarefas de governo sobre o resto da realidade criada) outorga à doutrina

criacionista bíblica um caráter de novidade revolucionária; o mundo saído das mãos de Deus não é uma magnitude fechada e concluída; agora, passa às mãos do homem para que ele o aperfeiçoe e dirija até o fim. Gn 1 resume, prodigiosamente, o discurso sobre o todo e o discurso sobre as partes, a expansão temporal de tudo (do primeiro ao sétimo dia, *(do próton ao éschaton)*), e sua expansão espacial (do céu à terra e aos abismos marinhos). Nenhuma outra cosmogonia é tão globalizante quanto essa. Fora deste grandioso afresco, só nos resta a totalidade em fragmentos. E, mais do que nunca, hoje, quando a especialização crescente das ciências naturais pode oferecer apenas retalhos de um mundo fragmentado e, quando a tarefa de recompor a unidade é chamada de missão impossível, em certos círculos acadêmicos. *O falar englobante acerca do todo confirmar-se-á, vigorosamente, na cristologia cósmica do Novo Testamento* (LA PEÑA, 1986, p.35 e 37).

Inquietantes são as palavras de Freire-Maia, doutor em Ciências Naturais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, ao comentar nossa participação no projeto de Deus:

Nós estamos presentes no ato da criação. Ela está acontecendo agora. Nós a vemos assim como vemos os desígnios de Deus. Não somos, apenas, um de seus frutos, mas, também, seus contemporâneos, orando para que esta magnífica obra da criação, em evolução, prossiga através dos tempos, em direção à plenitude do Reino (FREIRE-MAIA, 1986, p.29).

3. CARACTERÍSTICAS

No estabelecimento desta *cultura*, podemos destacar, na atribuição do Mandato Cultural, pelo menos três características principais:

3.1.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Podemos compreender que, quando Deus estabelece que a natureza estivesse à disposição do ser humano para servi-lo, todas as vezes que isso acontece esta mesma natureza está glorificando a Deus, pois está realizando o seu propósito e cumprindo o desejo divino. Também, a raça humana, quando desempenha sua função, está realizando o seu propósito e cumprindo o desejo divino. E assim, ambos, natureza e ser humano, glorificam a Deus, que é o fim principal não só da raça humana, mas de tudo o que Deus criou. Por isso, o gênero humano precisa ser sábio na administração dos bens que Deus lhe dá, para não abusar deles. Antônio Carlos Barro, citando Brigitte Kahl, diz:

Se Adão é o mestre sobre a criação, ele é, também, e ao mesmo tempo, ligado à terra, como o seu servo (BARRO, citando artigo de B.K, intitulado: “*Human Culture and the Integrity of Creation*”, 1987, p.130).

3.1.1.1. DESENVOLVIMENTO, FECUNDIDADE E PROcriação

Na maioria das vezes, o imperativo *crescei* tem sido interpretado ligando ao *multiplicai-vos*. Entretanto, pode-se analisá-los separadamente, dando ao primeiro a noção de desenvolvimento, isto é, um desejo muito grande de Deus, para que, em todas as áreas da vida e em todos os relacionamentos, houvesse um crescimento. Este crescimento deveria produzir um relacionamento tão profundo entre o macho e a fêmea que pudessem se relacionar sexualmente. Como consequência, surgem a fecundidade e a procriação. Assim como Deus havia feito, toda a natureza, com capacidade de gerar outros seres, fossem eles vegetais ou animais, caso contrário, a criação não se renovaria e necessitaria, sempre, de uma intervenção divina, também, à raça humana foi dado este poder. Assim, não com a mesma intensidade e perspectiva, o ser hu-

mano, também, passa a ser um *criador*, ao gerar seus filhos. O *crescei e multiplicai-vos* é um dos componentes fundamentais para a própria continuidade do mandato;

3.1.2. DOMÍNIO SOBRE A TERRA, MAR E AR

Tudo o que a raça humana necessitar, ela o encontrará numa dessas três fontes. O conhecimento científico, que muito tem se multiplicado nos últimos anos, é uma grande demonstração de obediência para com o mandato cultural. Cada nova descoberta abre novas perspectivas para a sociedade;

3.1.3. DOMÍNIO SOBRE OS ANIMAIS

Não haveria como tornar a terra produtiva, só com o trabalho humano. Assim, ao se aperceber disso, ao longo do tempo, o ser humano vem usando a sua capacidade de *domar* os animais, tornando-os parceiros na mesma parceria dada por Deus;

3.1.4. DOMÍNIO GASTRONÔMICO

Aí está um item, nem sempre tratado como “espiritual”, em nossos compêndios. Aprender a lidar e a aproveitar toda a criação de Deus, transformando-a em fonte de alimento, que não só produza sustento físico, mas, também, emocional e lúdico, é uma das maneiras mais interessantes e criativas, dentro da ordem divina. Faz-se necessário lembrar que boa parte das alianças que Deus estabelece com o seu povo, Ele o faz usando a gastronomia, como sinal.

Estes domínios acima mencionados caracterizam todo o trabalho produtivo do ser humano. Além disso, não é demais ressaltar que todo o trabalho que o homem recebeu para fazer foi antes da queda, portanto,

em nenhum momento podemos concordar e propagar que o trabalho foi uma maldição para a raça, como consequência da queda. Ao contrário, trabalho é bênção, é saúde, é produtividade, é realização e é subsistência.

O documento de João Paulo II sobre o trabalho humano “*Laborem Exercens*”, repetindo que “a Igreja tem a convicção de que o trabalho constitui uma dimensão fundamental da existência do homem sobre a terra”, demonstra que a fonte desta sua convicção são as primeiras páginas do Gênesis (CIMOSA, 1987, p.99).

Com uma contribuição muito significativa, que nos ajuda a aprofundar nossa capacidade de reconhecer nossa relação com o próprio conhecimento sobre tudo e sobre todas as coisas, o grande teólogo Moltmann enumera algumas outras características gerais:

Um modo de pensar *integrativo e integral* avança neste sentido social em direção ao objetivo de um resumo multifacetário e, finalmente, universal. Com isso, sem dúvida, muda-se o interesse motor do (re) conhecimento: A gente não quer mais (re) conhecer para dominar, não quer mais analisar e reduzir para reconstruir, mas a gente quer (re) conhecer para participar e para ingressar nas relações recíprocas daquilo que vive. Um pensar integrativo e integral está a serviço de uma comunitarização entre pessoa e natureza, que promove vida. Sob “natureza” é entendido, aqui, tanto o meio-ambiente natural quanto a própria corporalidade. No momento em que for construída uma rede de reciprocidades, surgirá uma vida simbiótica. (MOLTMANN, 1992, p.20).

3.2. CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS

3.2.1. CULTIVAR O JARDIM

A ideia principal, extraída do verbo aqui usado, é a de torná-lo produtivo. Se Deus havia criado frutos que produziam suas sementes, cabia

ao ser humano desenvolver métodos e maneiras de multiplicar aqueles primeiros frutos, ao longo de toda a extensão do jardim;

3.2.2. GUARDAR O JARDIM

Neste caso, a ideia do verbo é: *proteger o equilíbrio*, derivando-se daí toda responsabilidade ecológica, tão necessária em nossos dias. Alguns aspectos mais abrangentes sobre este assunto serão tratados em outro momento. Entretanto, citamos as palavras de Stott:

O trabalho não só tem como propósito a realização pessoal do trabalhador, senão, também, o benefício da comunidade. Pode-se supor que Adão não cultivava o Jardim do Éden meramente para seu deleite, senão, para alimentar e vestir sua família. Ao longo da Bíblia, a produtividade do solo se vincula com as necessidades da sociedade. A consciência de que nosso trabalho é útil e valorizado, contribui para aumentar a satisfação laboral (STOTT, 1991, p.185).

3.2.3. OBEDECER NO JARDIM

Nota-se aqui a consciência moral e ética da humanidade para com Deus. O aviso solene fora dado: *Se pecares, morrerás* (Gn 2.17)! O ser racional, capacitado por Deus deste a criação, tinha todas as condições de *não pecar*. As milhares de árvores à sua disposição davam-lhe todas as possibilidades de vencer a tentação e de obedecer ao Criador.

3.3. CARACTERÍSTICAS FAMILIARES E SOCIAIS

3.3.1. INTERDEPENDÊNCIA NA CRIAÇÃO DA MULHER

Outro detalhe surge do texto da narrativa da criação, pois, assim como na formação do macho, Deus usa matéria prima já existente, a terra, no caso da formação da fêmea, também, Ele usa da mesma metodologia,

formando-a de uma matéria prima já existente. Não propriamente do barro, mas tirando-a do próprio macho que, por sua vez, fora tirado da terra. Uma vez mais, a lição de parceria se manifesta, pois, tanto o homem como a mulher vão precisar um do outro para viver e obedecer ao desejo de Deus. O odontólogo Newton Carrijo, membro da 1ª IPI de Assis, SP, já falecido, numa palestra sobre este texto, fez o seguinte comentário:

Deus realizou a primeira cirurgia, o primeiro transplante, a primeira sutura e a primeira cirurgia plástica (CARRIJO, 1984, IPI de Martinópolis, SP).

O Apóstolo Paulo, influenciado pela cultura da sua época, destaca um papel preponderante para o homem em relação à mulher, porém, reconhece esta relação de interdependência, destacando que: *“No Senhor, todavia, nem a mulher é independente do homem, nem o homem é independente da mulher. Porque, como provém a mulher do homem, assim também o homem é nascido da mulher; e tudo vem de Deus”* (1Co 11.11-12).

3.3.2. DECLARAÇÕES AFETIVAS

Algo tão fundamental para o bom viver da família e da sociedade é o uso de palavras adequadas e elogiosas. Pode-se dizer que temos aí a primeira declaração de amor de um homem para com uma mulher, mesmo que não pareça tão bela e que não seja tão poética para os nossos dias, mas, no contexto, depois de observar entre os animais e não achar alguém que lhe preenchesse o vazio, Adão diz: *Esta afinal é osso dos meus ossos e carne da minha carne!* (Gn 2.23);

Leonardo Boff, destacado escritor brasileiro dos nossos dias, demonstra a importância deste aspecto:

Entramos na fase em que a vida sofre sua maior ameaça

e, ao mesmo tempo, em que os indicadores apontam para um patamar mais alto de realização da vida: a emergência da noosfera e de uma única sociedade mundial. Por nooesfera, expressão criada por Teilhard de Chardin, entende-se a nova esfera humana, caracterizada pelo espírito de comunhão e de amorização entre os humanos e deles para com a terra. Trata-se de um processo em curso, cheio de contradições, recuos e desvios, mas que, apesar disso, mostra uma força de realização irreprimível (BOFF, 1999, p.117-118).

Na concepção de Mesters, a formação dos dois sexos expressa a grandeza do criador, quando afirma:

De maneira simples e popular, o autor faz saber que se deve ter respeito pela misteriosa atração dos sexos e pela unidade do matrimônio, no qual o homem e a mulher se completam mutuamente. Aquilo tem a ver com Deus. O sono profundo que Deus fez cair sobre Adão não sugere a anestesia para tornar a operação menos dolorosa. Eles pouco entendiam de cirurgia. Aquilo tem a ver com a concepção que tinham da ação criadora. Criar é o segredo de Deus. Só Deus o conhece e só Ele sabe fazê-lo (cf. Sl 138.13-14). O homem não pode presenciá-lo. Por isso, dorme quando Deus cria (MESTERS, 1999, p.78).

Com colocações teológicas precisas, mas, ao mesmo tempo, com uma moldura poética, Bavink assim definiu esta interdependência:

Adão continuou sendo a fonte e cabeça da raça humana. A mulher não foi meramente criada *ao lado de Adão*, mas foi criada *a partir do homem* (1Co 11.8). Assim, como o

material utilizado para a criação de Adão foi tirado da terra, da mesma forma a costela de Adão foi a base para a vida de Eva. Assim, como do pó da terra o primeiro homem tornou-se um ser vivo ao receber de Deus o fôlego da vida, da mesma forma, da costela de Adão, a primeira mulher tornou-se um ser vivo pela onipotência criativa de Deus. Eva foi feita a partir de Adão e tornou-se um ser vivo independente de Adão. Ela relacionava-se com ele e ao mesmo tempo era diferente dele. Ela pertence à mesma espécie, mas, dentro dessa espécie, ela ocupa o seu próprio lugar. Ela é dependente e ao mesmo tempo é livre. Ela veio *depois* de Adão e foi feita *a partir* de Adão, mas deve sua existência exclusivamente a Deus. E dessa forma, ela ajuda o homem a cumprir sua vocação de sujeitar a terra. Ela é uma ajudadora, não uma amante ou muito menos uma escrava, mas um ser livre, independente e individual, que recebeu sua existência não do homem, mas de Deus, que deve prestar contas a Deus e que foi concedida ao homem como uma dádiva gratuita e imerecida (BAVINK, 2001, p.205).

3.3.3. MANIFESTAÇÕES ÍNTIMAS

O texto nos informa sobre sexualidade, assunto que, também, será estudado em outro momento. Mas, aqui, cabe ressaltar a intimidade sexual, entre ambos, pois *estavam nus e não se envergonhavam*;

Stam faz a seguinte afirmação:

O ser humano, em sua corporalidade física e sua sexualidade, é a representação visível de Deus, na terra (STAM, 1995, p.23).

3.3.4. UNIDADE NA DIVERSIDADE

Mesmo sendo diferentes, no que tange ao gênero sexual, macho e fê-

mea, esta diversidade, quando unida, não só sexualmente falando, mas, através da aliança do casamento, produz um dos maiores símbolos de unidade – *uma só carne* (Gn 2.24)!

A análise feita por Kidner nos ajuda a entender não apenas a unidade da raça na criação, mas, também, como esta unidade vai ser e é fundamental para a aplicação e resgate do mandato cultural:

As palavras homem e mulher, macho e fêmea, nesta conjuntura, têm implicações muito amplas, como Jesus demonstrou ao juntá-las com 2.24, para fazer dos dois pronunciamentos as colunas gêmeas do matrimônio (Mc 10.6,7). Definir a humanidade como bissexual é fazer cada parte um complemento da outra, e antecipar a doutrina neotestamentária da igualdade espiritual dos sexos (“*todos vós sois um*”, Gl 3.28) (KIDNER, 1997, p.49).

Concluindo esta primeira parte, citamos novamente Carrier:

Confirmamos que o objeto do domínio dado à humanidade é o mundo inteiro, tanto os céus quanto a terra, mais de uma vez, são mencionados na passagem. Sua tarefa será dominar e sujeitar o mundo que Deus criou. Assim, ele recebe certa realeza delegada por Deus. Esta capacidade, aparentemente (segundo a passagem), define a imagem de Deus no ser humano, a capacidade (e ordem) de dominar, sujeitar e ordenar. Assim, como Deus domina, governa e reina como Rei, o homem, sendo seu embaixador e enviado, também, deve reinar como um rei, sobre a criação de Deus. Foi com o fim de promover o reino de Deus que ao homem se imputou a imagem de Deus. É por isso mesmo que, depois da queda, houve tanta desordem e abuso de domínio do ser humano afastado de Deus.

Somente uma restauração, uma recriação e um renascimento dos homens e das mulheres, por meio da redenção conseguida na cruz do Calvário, podem recapacitar o homem a participar do reino de Deus e a anunciar, a todas as nações, a chegada deste glorioso reino (CARRIKER, 1992, p.15).

4. ECOLOGIA

As forças da natureza foram e sempre serão gigantescas, quando comparadas às nossas pequenas capacidades e habilidades, de modo que o contínuo progresso e domínio sobre essas forças, mesmo que se apresente aos nossos olhos como espetacular, jamais deixará de ser apenas um leve arranhão na superfície quase infinita dos problemas que ainda temos para desvendar. A natureza que recebemos de Deus é maravilhosa e imensa demais, complexa e fascinante como o próprio caráter de Deus, sempre infinita quando comparada à nossa humanidade perecível e transitória (OLIVEIRA, 1994, p.11).

Há, pelo menos, duas maneiras de estabelecermos as bases para a percepção da criação: através das Ciências Naturais e da Religião. Não que uma negue a outra ou a descarte, mas uma abordagem partindo da Religião poderá, com muito mais facilidade, abarcar o conhecimento científico. A situação inversa nem sempre fará o mesmo. *É preciso afirmar que o texto de Gênesis 1 não foi escrito para ser compreendido à luz do que a ciência tenha para nos dizer, seja qual for o seu estágio* (OLIVEIRA, 1994, p.27).

A formação do universo brota de uma intenção de Deus, de eliminar o *caos*, transformando-o em *cosmos*. Não foi um processo aleatório, mas exigiu uma definição de Deus. Por sete vezes, aparece a expressão: *E disse Deus!* É o pensar de Deus que traz à existência as sucessivas

etapas da criação. A natureza é uma obra intencional, é a expressão da vontade de Deus, ela é revestida de racionalidade, já que é o resultado do pensar de Deus e é um sistema destinado a fornecer o suporte imediato da vida.

A compreensão de que toda a criação foi originada em Deus produziu belos hinos:

Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das Suas mãos (Sl 19.1).

Ergo os olhos para os montes, de onde me virá o socorro? O meu socorro vem de Iahweh, que fez o céu e a terra (Sl 121.1).

Porque os atributos invisíveis de Deus, assim o seu eterno poder, como também a sua própria divindade, claramente se reconhecem, desde o princípio do mundo, sendo percebidos por meio das coisas que foram criadas (Rm 1.20).

Essa visão, conforme Boff, exige *uma nova civilização e um novo tipo de religião, capaz de religar Deus e mundo, mundo e ser humano, ser humano e espiritualidade do cosmos* (BOFF, 1999, p.10).

Ao olharmos com uma visão holística para o assunto da ecologia, precisaremos entender *a ecologia integral*, pois o ar que respiramos não conhece fronteiras geográficas e, menos ainda, ideológicas.

Podemos alistar as seguintes preocupações ecológicas: *ambiental, social, mental e integral*, (BOFF, 1999, p.26-31), ao que o autor, com muita felicidade, chama de: *Ética da Vida!*

Nesta grande interação, nasce um *Sistema Aberto*, defendido por Moltmann, ao comparar propostas anteriores:

Nossa palavra criação se refere ao processo criador e a seu resultado. Por isso, quando falamos de criação, no sentido teológico pensamos, não sem razão, em um estado originário do mundo e no começo de todas as coisas, concebendo-o como uma situação que se fechou de uma vez para sempre, que estava terminada e era perfeita. Para muitos, a história não começa até que o homem caia e não termina até que a criação se restabeleça na redenção. Segundo a exegese moderna do Antigo Testamento, esta concepção da criação é insustentável. Na perspectiva bíblica, a fé histórica na salvação determina a fé na criação e, assim como a redenção determina a fé histórica na salvação, também, a escatologia determina a experiência da história da fé, na criação. A criação se inicia com: no princípio criou Deus os céus e a terra, e historicamente, terá seu fim na consumação dos tempos, exatamente no fim; por isso, ela se mantém como um sistema aberto ao futuro. Assim, a teologia tem que falar da criação não só no começo, mas, também, na história e ao final, isto é, olhando o processo total de criar, de Deus. Compreende o criar inicial, o criar histórico e o criar escatológico. A criação original aponta a história da salvação e ambas apontam para cima de si mesmas: ao reino da glória (MOLTMANN, 1979, p.147-150).

A importância de olharmos para este *Sistema Aberto*, em relação à ecologia, permite-nos encarar as demandas do nosso tempo, com a responsabilidade de *mordomos de Deus*, conforme estabelecida no Mandato Cultural. A falta desta compreensão tem nos levado à omissão e à despreocupação com a própria vida.

Encontramos sistemas abertos, cuja organização interna permite galgar patamares mais altos de complexidade. Isto significa: cada sistema se encontra num jogo de interação, numa dança de troca de matéria e de energia, num diálogo permanente com o seu meio, do qual recebe, acumula e troca informações. As características dessa dinâmica são: auto-organização, adaptabilidade, reprodução e autotranscendência, como um sistema aberto a novas sínteses, a novos patamares de evolução e a novas formas de expressão (BOFF, 1999, p.113-114).

A própria compreensão do ser de Deus, na sua dinamicidade, vai nos permitindo ampliar nossa posição em relação ao universo por Ele criado. Quando não se desenvolve a perspectiva trinitária do Ser de Deus, deixamos de enxergar uma série de oportunidades, nas quais poderíamos desenvolver a missão da Igreja.

Na salvação propriamente dita do ser humano, a economia da trindade se estabelece de maneira muito clara: o Pai *planeja* a salvação; o Filho *executa* o plano de salvação e o Espírito Santo *aplica* a salvação, no coração da pessoa.

Esta mesma economia se manifesta em relação a toda a natureza e a todo universo, criado pelas mesmas mãos que criaram a raça humana. Tudo o que o *Pai* criou, o fez *em Cristo* e tudo está sendo mantido pela ação do *Espírito Santo*.

Num transbordamento livre do seu amor, o Deus eterno sai de si mesmo e produz uma criação, uma realidade que existe assim como ele existe, mas que é diferente dele. Através do Filho, Deus cria, reconcilia e salva a sua criação. Pela força do seu Espírito, Deus está na sua criação; ele mesmo está presente na reconciliação e na redenção da sua

criação. No transbordamento do seu amor, do qual tudo provém o que vem de Deus, reside também já a disposição de Deus suportar as contradições das suas criaturas. Nele, também, já reside a vontade para a reconciliação e para a redenção do mundo, através da paciência sofredora de sua esperança (MOLTMANN, 1983, p.35).

Esta harmoniosa colaboração entre as pessoas da Trindade nos é revelada na beleza poética e riqueza teológica do Salmo 104, cujo conteúdo revela a grande ação ecológica:

Bendize, ó minha alma, ao Senhor! Senhor, Deus meu, como tu és magnificente! Sobrevestido de glória e majestade, coberto de luz como de um manto. Tu estendes o céu como uma cortina, pões nas águas o vigamento da tua morada, tomas as nuvens por teu carro, e voas nas asas do vento. Fazes a teus anjos ventos, e a teus ministros, labaredas de fogo. Lançastes os fundamentos da terra, para que não vacile em tempo nenhum. Tomaste o abismo por vestuário e a cobriste; as águas ficaram acima das montanhas; à tua repreensão fugiram, à voz do teu trovão bateram em retirada. Elevaram-se os montes, desceram os vales, até ao lugar que lhes havia preparado. Puseste às águas divisa que não ultrapassarão, para que não tornem a cobrir a terra. Tu fazes rebentar fontes no vale, cujas águas correm entre os montes; dão de beber a todos os animais do campo; os jumentos selvagens matam a sua sede. Junto delas têm as aves do céu o seu pouso e, por entre a ramagem, desferem o seu canto. Do alto de tua morada regas os montes; a terra farta-se do fruto de tuas obras. Fazes crescer a relva para os animais, e as plantas para o serviço do homem, de sorte que da terra tire o seu pão; o vinho, que alegra o coração do homem, o azeite

*que lhe dá brilho ao rosto, e o pão que lhe sustém as forças. Avigoram-se as árvores do Senhor; e os cedros do Líbano que ele plantou, em que as aves fazem seus ninhos; quanto à cegonha, a sua casa é nos ciprestes. Os altos montes são das cabras montesinhas, e as rochas o refúgio dos arganazes. Fez a lua para marcar o tempo: o sol conhece a hora do seu ocaso. Dispões as trevas, e vem a noite, na qual vagueiam os animais da selva. Os leõezinhos rugem pela presa, e buscam de Deus o sustento; em vindo o sol, eles se recolhem e se acomodam nos seus covis. Sai o homem para o seu trabalho, e para o seu encargo até à tarde. Que variedade, Senhor; nas tuas obras! Todas com sabedoria as fizeste; cheia está a terra das tuas riquezas. Eis o mar vasto, imenso, no qual se movem seres sem conta, animais pequenos e grandes. Por ele transitam os navios, e o monstro marinho que formaste para nele folgar. Todos esperam de ti que lhes dês de comer a seu tempo. Se lhes dás, eles o recolhem; se abres a mão, eles se fartam de bens. Se ocultas o teu rosto, eles se perturbam; se lhes cortas a respiração, morrem, e voltam ao seu pó. **Envias o teu Espírito, eles são criados, e assim renovas a face da terra.** (Grifo nosso). A glória do Senhor seja para sempre! Exulte o Senhor por sus obras! Com só olhar para a terra ele a faz tremer; toca as montanhas, e elas fumegam. Cantarei ao Senhor enquanto eu viver; cantarei louvores ao meu Deus durante a minha vida. Seja-lhe agradável a minha meditação; eu me alegrarei no Senhor. Desapareçam da terra os pecadores, e já não subsistem os perversos. Bendize, ó minha alma, ao Senhor! Aleluia!*

Essa relação de comunhão entre a Trindade e a obra criada se projeta no Mandato Cultural, visto que a raça humana, colocada para administrá-la, deverá fazê-lo nessa mesma perspectiva de comunhão.

O Espírito Santo não só aplica a obra da salvação no ser humano, mas, também, sustenta as leis naturais, estabelecidas desde a criação, especialmente a produtividade dos animais e de toda a terra. Assim como Ele mantém comunhão com a Igreja, sendo o *Paráclito*, também o é para toda a criação.

Pois é o Espírito Santo que por tudo sustém, vastamente, todas as coisas, as anima e vivifica (CALVINO, Inst. I. 13,14).

Se o Espírito Santo foi *derramado sobre toda a criação*, então, ele transforma a comunhão de todas as criaturas com Deus e entre si naquela *comunhão da criação*, na qual todas as criaturas, cada qual do seu modo, se comunicam com Deus. A existência, a vida e a tessitura das inter-relações estão firmadas no Espírito: *Pois nele vivemos, e nos movemos e existimos* (At 17.28) (MOLTMANN, 1983, p.29).

Jürgen Moltmann, destacado teólogo alemão do final do século XX, pai da *Teologia da Esperança*, em seu precioso livro: “*Deus na Criação – Doutrina Ecológica da Criação*”, anteriormente citado, nos oferece profundas pistas teológicas, para entendermos e assimilarmos a ecologia como parte integrante da missão.

Se não mais compreendemos Deus de forma monoteísta como o sujeito único e absoluto, mas de uma forma trinitária como a unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo, então não mais podemos entender a sua relação para com o mundo por Ele criado como sendo uma *relação unilateral de domínio*, mas temos que entendê-la como uma *relação* variada e multiforme de *comunhão*. Esta é a ideia básica de uma teologia não-hierárquica, descentralizada e cooperativista. Uma

doutrina da criação em perspectiva ecológica deve esforçar-se em abandonar o pensamento analítico com suas divisões sujeito-objeto e buscar aprender um modo de pensar novo, comunicativo e integrativo. Estar vivo significa existir em relacionamento com outras pessoas. *Viver – é comunicação em comunhão* (MOLTMANN, 1993, p.18-20).

Ao levarmos em conta o equilíbrio que a própria natureza produz para sua sobrevivência, descobriremos esse relacionamento entre toda a criação e, quando qualquer ponto entra em desequilíbrio, há consequências trágicas para todos os habitantes.

O axioma: *Na natureza nada se perde, tudo se transforma*, reforça a ideia desse relacionamento perfeito, numa verdadeira rede de reciprocidades, o que Moltmann chamou de *vida simbiótica*.

É necessário definir essa vida de forma diferente em vários níveis:

- No nível jurídico e político, ela precisa ser encarada como uma *aliança com a natureza*, na defesa e equilíbrio dos direitos das pessoas e dos direitos da terra. A natureza não pode continuar sendo entendida como um *bem sem dono*.
- No nível medicinal, a vida simbiótica deve ser definida como uma *totalidade psicossomática* da pessoa que se defronta consigo mesma. O corpo não pode continuar sendo visto como um *corpo*, que uma pessoa tem.
- No nível religioso, ela tem de ser entendida como *comunhão de criação*. Criação não é de modo algum o mundo, que a pessoa humana deve *subordinar* a si. Um pensamento integrativo e integral está orientado pelo intuito de introduzir essa comunhão para dentro dessa

aliança, dessa totalidade e de, após ter sido menosprezada, trazê-la novamente à consciência e aprofundá-la mais, de recuperá-la depois de ter experimentado destruições (MOLTMANN, 1993, p.20).

Não há como, também, não assimilarmos questões ecológicas à missão, visto que, na perspectiva apocalíptica, toda a criação está envolvida e caracterizada como novo céu e *nova terra!*

Só em Cristo e no seu tempo messiânico é que podemos desenvolver uma doutrina cristã da criação. E esta teologia:

Está orientada para a *libertação* das pessoas, para a *satisfação* da natureza e para a *salvação* da comunhão entre a pessoa e natureza das forças do negativo e da morte (MOLTMANN, 1993, p.22).

A falta desta compreensão tem produzido um novo *caos*, dentro da desordem que o próprio pecado já provocou, deste o início, gerando desequilíbrios no ecossistema e trazendo consequências nefastas à raça humana.

Uma das definições mais simples para ecologia é: *estudo do equilíbrio dos seres vivos*, porém, poder-se-ia incluir que, também, *é o estudo dos desequilíbrios entre os seres vivos*.

Um dos pensadores cristãos que muito influenciou os primeiros passos de muitos alunos de teologia, numa compreensão do pecado ecológico que a raça tem cometido, foi Francis Schaeffer, no seu livro: “*Po-luição e a Morte do Homem – Uma Perspectiva Cristã da Ecologia.*”

Logo no início ele menciona a atitude de um homem na Califórnia que ergueu uma lápide à margem do Oceano Atlântico, com os seguintes dizeres:

- OS OCEANOS NASCERAM – (ele dá uma data hipotética)
- OS OCEANOS MORRERAM – 1979 AD
- O SENHOR DEU; O HOMEM TIROU:
- MALTIDO SEJA O NOME DO HOMEM (SCHAEFFER, 1976, p.10).

A razão principal dessa falência no relacionamento entre o ser humano e a criação vem do fato de que a maioria dos estudos éticos crê que só lhes cabe tratar da relação do homem com o homem. A noção de que a relação da raça humana com a natureza é moral encontra pouquíssimos defensores.



2

BREVE PERSPECTIVA
HISTÓRICO-TEOLÓGICA
DO MANDATO CULTURAL

Dentre todas as manifestações teológicas, ao longo da História da Igreja e da História das Doutrinas, vamos destacar, brevemente, para nos dar uma visão histórica, três fontes da teologia: a católica romana, a reformada e a latino-americana.

I. A TEOLOGIA CATÓLICA ROMANA

É provável que ninguém tenha feito mais que o Pe. Teilhard de Chardin, no sentido de aclimatar o evolucionismo ao recinto da fé cristã. Ainda que fosse apenas por esse feito, a teologia católica teria contraído uma dívida impagável com o sábio jesuíta francês. Devemos à sua clarividência, um lúcido ensaio de conciliação entre a ciência e a fé isenta de todo concordismo trivial, assim como a vigorosa reivindicação da dimensão cristológica da realidade criada; o Cristo-Ômega teilhardiano é chave do sentido do mundo e, portanto, de todo o processo evolutivo. Tratou de elaborar uma alternativa mais de acordo com a visão evolutiva do mundo, na qual o nada é entendido não como o vazio do ser, mas como “Multiplicidade Pura”. Criar não seria, então, produzir algo do nada, mas, sim, “condensar, concentrar, organizar e unificar”. É fácil constatar como foi progredindo suas ideias neste ponto, comparando o escrito juvenil “*A comunhão com Deus através da Terra*”, com os capítulos finais de “*O Fenômeno Humano*”. Teilhard percebeu com paixão e singular nitidez que não podia haver oposição entre os interesses do mundo e os de Deus, e o cristianismo tinha de levar a sério o compromisso temporal se não quisesse ficar fora do jogo, diante de seus contemporâneos. A moda Teilhard passou. Sobre sua figura e obra se fez um completo quanto injustificado silêncio. Mas as limitações de seu pensamento, inerentes à toda nova tese, não deveriam fazer esquecer o

imenso serviço que esse autêntico clássico cristão do século XX prestou à Igreja (DE LA PEÑA, 1989, p.132 e 134).

Na perspectiva católica romana, dois grandes momentos deram um novo perfil à Igreja: Vaticano II e a Conferência Episcopal de Medellín. Diante dos desafios que a realidade trazia à tona, deu-se um novo impulso na tarefa da evangelização, com o estabelecimento de conceitos que viriam caracterizar a *nova evangelização*.

Gustavo Gutiérrez menciona o relatório da Conferência, onde se lê: “Livre de ataduras temporais às quais não se sente chamada, de convívências indevidas que rechaça, do peso de um prestígio ambíguo que não lhe interessa, a Igreja quer levar à frente uma *nova evangelização* do continente”.

Ao comentar tal citação, Gutiérrez concluiu:

A nova evangelização não poderá se concretizar se a Igreja não se libertar dos condicionamentos que impedem o livre anúncio do Reino. O texto é nítido. Há uma clara correspondência de como enfrentar a tarefa que a Igreja tem pela frente. É nesta intuição que a *Mensagem* em Medellín se inspira, quando se compromete a “alentar uma *nova evangelização*”. Puebla refletiu esse tema com maturidade e deu valiosas pistas a respeito. Nova em seu ardor, em seus métodos e em sua expressão. A novidade na proclamação da mensagem, em uma nova etapa histórica, supõe uma Igreja capaz de olhar, cara a cara, a realidade em que vive e de imaginar os novos caminhos para cumprir sua missão (GUTIERREZ, 1992, p.125).

Na busca de entender a integralidade do evangelho, rompendo com reducionismos históricos, como que vislumbrando o mandato cultural,

o qual vem sendo apresentado aqui, o papel da teologia da libertação é de fundamental importância histórica, bem como de conteúdo, pois, em sua opção preferencial pelos pobres, ela detectou aí a oportunidade de manifestar todas as características do Reino de Deus, dentro da missão dada pelo Senhor Jesus.

Ainda que nem sempre bem interpretada e como toda formulação tem seus limites, não esgotando todo o conteúdo do evangelho, a compreensão libertadora do evangelho foi de fundamental importância para o fazer teológico, não só na América latina, como também em outras partes do mundo. Afinal, o maior continente católico romano, depois de quase quinhentos anos de importação teológica, reage da sua passividade e resolve correr os riscos inerentes do pensar teológico.

Diante do contexto opressivo, em todas as áreas da vida, o grito que surge é o grito em busca dos valores libertadores do Reino de Deus.

O processo histórico latino-americano, e nele as experiências de muitos cristãos, levou a falar da salvação em Cristo em termo de libertação. Libertação total em Cristo, como dizemos na América Latina há mais de 20 anos, à qual nada escapa. Não redutível, por isso, a uma de suas dimensões, sob pena de desvirtuar o sentido da obra salvífica do Senhor. Assinalamos a inaceitável e desumana situação da mulher, em particular a que pertence às camadas mais pobres da sociedade. Uma das mais sutis dificuldades para percebê-la é seu caráter quase escondido tornado hábito, vida diária, tradição cultural. Até o ponto de, quando a denunciemos, parecermos gente um pouco estranha, empenhada em fazer dissidência (GUTIERREZ, 1992, p.129).

Além da própria opção em si, e até mesmo antes dela, a mudança no método de leitura da Bíblia contribuiu, significativamente, para

formulação de novos conceitos, os quais trouxeram à tona novas possibilidades de interpretação e, acima de tudo, de uma contextualização mais abrangente. Um desses novos métodos foi a leitura comunitária da Bíblia, sobre a qual Pablo Richard diz:

O povo de Deus lê a Bíblia em *Comunidade*, e com a Bíblia, cria Comunidade. A Bíblia é lida comunitariamente, num clima de fé e oração. A leitura comunitária da Bíblia é feita a partir da *realidade* e a serviço da *libertação* integral do povo. A Bíblia ilumina a vida e desde a vida é mais bem entendida a Palavra de Deus. Bíblia, Comunidade e Libertação chegam a ser três momentos de um mesmo processo. Não importa por onde se comece, o mais importante é que não falte nenhum dos três momentos. Os conflitos surgem quando algum aspecto torna-se absoluto e os demais descuidados. Em longo prazo e com paciência, devem ser realizadas as tarefas necessárias para a leitura comunitária da Bíblia: a superação da exegese demasiada liberal e positivista e a criação de uma ciência bíblica latino-americana a serviço da Palavra de Deus no meio dos pobres; a formação dos agentes de pastoral numa exegese, ao mesmo tempo, científica e libertadora; a superação da leitura bíblica racional e elitista, em direção à uma leitura da Bíblia na linguagem e na cultura de nossos povos e à criação, até mesmo, de uma tradução da Bíblia, na qual as mulheres sejam sujeitos do processo de interpretação bíblica (RICHARD, 1992, p. 137 e 143).

Nesta releitura da Bíblia, um dos pontos fundamentais é a nova cristologia que se manifesta rompendo com o conceito medieval de um Deus distante e que não se aproximava do ser humano. Outro detalhe importante é a alegria cristã, animadora, diante de tanto sofrimento.

Falo-lhes do Cristo que se descobre hoje, na América Latina e relaciono esse descobrimento com uma nova espiritualidade. Ambas as coisas me parecem importantes. A primeira, porque pressupõe que na América Latina se descobriu algo novo de Cristo e que esse novo, escandaloso por uma parte, é uma Boa Notícia para os crentes em Cristo, que exige e questiona, mas que, ao mesmo tempo, anima e alegra. A segunda, porque relaciona conhecimento de Cristo com espiritualidade, o saber sobre Cristo com a apropriação pessoal desse saber, com a vida da fé. Agora, queremos apresentar algumas características formais de como esse Jesus é captado na América Latina: a) A primeira característica de Cristo é ser captado como *um Jesus próximo*. “Proximidade” é, sem dúvida, uma categoria teológica e cristológica de primeira magnitude; b) A segunda característica de Cristo é ser captado como *um Jesus libertador* - é algo essencial ao redescobrimento do Jesus dos Evangelhos; c) A terceira característica de Jesus é ser captado como *um Jesus presente na história atual*; d) Uma última característica de Cristo, e de certa maneira, resumo das anteriores, é ser captado como *um Jesus que é Boa Notícia* (SOBRINO, 1992, p.153-57).

Ao analisar estas descobertas cristológicas, influenciadoras de toda uma gama de posicionamentos, liturgias, celebrações e da própria vida, Mesters, analisa a prática evangelizadora de Jesus, relatada nos evangelhos, afirmando que:

Jesus não se manteve neutro. Em *Nome de Deus*, tomou posição. Enumeramos aqui apenas os mais importantes e evidentes aspectos da sua ação evangelizadora: 1. Jesus convive com os marginalizados e os acolhe; 2. Jesus denuncia e combate as divisões criadas pelo homem; 3.

Jesus desmascara a falsidade dos grandes; 4. Jesus combate os males que estragam a vida humana; 5. Jesus usa uma nova pedagogia que faz o povo crescer; 6. A Boa Nova do Reino se encarna numa nova convivência humana (MESTERS, 1992, p.165-168).

Propondo um resumo de todo o conteúdo da boa nova do reino, o próprio Mesters, analisando Marcos 1.14-15, onde se lê: *Depois que João foi preso, veio Jesus para a Galileia proclamando o Evangelho de Deus: Esgotou-se o prazo, o Reino de Deus chegou! Mudem de vida e acreditem na Boa Notícia*, nos aponta os quatro pontos principais:

*Esgotou-se o prazo;
O Reino de Deus chegou;
Mudem de vida;
Acreditem na Boa Notícia* (MESTERS, 1992, p.170-175).

Neste processo de redescobertas, Maria Clara L. Bingemer nos faz lembrar a importância de uma eclesiologia, a mais neotestamentária possível, pois é a Igreja do Novo Testamento, critério e norma fundamental para o nosso viver eclesial hoje, o que vai ser extremamente importante para a missão, pois uma boa eclesiologia determinará uma boa missiologia. Em seu ponto de vista, ela nos relembra quatro componentes essenciais da Igreja:

- a fidelidade à *didaché*, à doutrina dos apóstolos
- a *koinonia*, solidariedade ou comunhão fraterna
- a *eucaristia*, partilha do pão ou ação de graças
- a *oração constante*, suplicante e comunitária (BINGEMER, 1992, p.191).

Não se poderia imaginar a ausência de discussões sobre o corpo humano, dentro do aspecto antropológico, proporcionando novas possibilidades da compreensão da criação do ser humano como imagem e semelhança de Deus.

Conforme Dos Anjos, *O Concílio Vaticano II reabriu com novas perspectivas a consideração do corpo na reflexão teológica, ao começar pelas alegrias e esperanças, tristezas e angústias, especialmente dos pobres, para falar do anúncio de Cristo.*

Ao enumerar estas redescobertas, ele assim se expressa:

- *O corpo, uma festa;*
- *O corpo sob suspeita;*
- *O corpo como produção e consumo;*
- *O corpo como lugar de relações humanas e políticas* (DOS ANJOS, 1992, p. 238-241).

Um dos fatos que têm determinado a pouca atenção dada ao Mandato Cultural deriva-se da marginalização que a missiologia tem ocupado no cenário teológico. Revelando uma incoerência das mais graves, conseguiu-se desenvolver uma eclesiologia sem missiologia.

A nossa teologia da missão é insuficiente. O que é que a constitui, atualmente, pode-se condensar mais ou menos, em poucos itens.

Em primeiro lugar, existe o setor da “missiologia” que, até agora, sempre foi marginal na teologia, sendo dedicado às tarefas dos “missionários” num sentido muito particular, os religiosos e as religiosas que trabalham em territórios dependentes da congregação romana das missões ou da propagação da fé. Esta era, até há pouco tempo, uma aplicação da eclesiologia destinada a dar ao pessoal especializado dessas regiões a ideologia conveniente. Por

definição, a missiologia não interessa à grande maioria da Igreja. É uma doutrina para grupos especializados. A “grande teologia” não lhe dava muita atenção.

Em segundo lugar, depois da Segunda Guerra Mundial, apareceu outra perspectiva missionária pela convergência ocasional de dois movimentos: a teologia bíblica e o descobrimento da descristianização da sociedade ocidental. A teologia bíblica obrigou a destacar os temas da missão, muito mais do que se fazia na teologia comum e todas as terras da antiga cristandade tinham que ser consideradas como “terra de missão”. Somente a perspectiva da missão constitui um ponto de partida sério. Todos sabem que a Igreja que conhecemos não é mais um ponto de partida firme. Pelo contrário, é justamente essa que é a problemática (COMBLIN, 1973, p.9-10).

Vivemos em meio a muitas tensões, cujos reflexos são nítidos também na teologia. O cristianismo contemporâneo, particularmente para o catolicismo romano, vai se defrontar com muitas delas. Comblin os resume assim:

1. Entre os problemas atingidos pela teologia da missão, o primeiro é o dos próprios fins da missão e da orientação que deles deriva. Há duas maneiras fundamentais de conceber a missão: a) entender a missão como a extensão dos grupos visíveis institucionalizados na Igreja atual. A atividade missionária consistiria em recrutar novos membros para a Igreja, introduzir mais gente, aumentar o prestígio e a influência social da Igreja; b) entender que a missão consiste em renovar e imitar a própria missão de Jesus Cristo.

2. Há também duas maneiras de representar a relação entre cristianismo e mundo (incluindo Igreja e mundo). Uma é estática, outra dinâmica.
3. O terceiro dilema diz respeito ao conteúdo da salvação e à sua historicidade.
4. O quarto dilema diz respeito ao ponto de partida da teologia (COMBLIN, 1973, p.12-15).

Para Marc Girard, sacerdote e professor titular de Sagrada Escritura, da Universidade do Quebec, em seu livro: “*A missão da Igreja na Aurora de um Novo Milênio*”, a Igreja Católica precisará de discernimento, para fazer missão neste tempo que ele chama de *mundialização*.

Em todo lugar, um novo fenômeno está no ar, a mundialização. E isso vai durar um longo tempo. Provavelmente, pelo resto da história. Vou ressaltar alguns poucos aspectos, sob o tríptico plano econômico, social e político.

1. No plano econômico, destaco três pontos que a mundialização é evidente: *movimento de capitais* - O dinheiro não tem mais pátria nem passaporte e viaja à velocidade da luz; *endividamento dos países pobres* - gerando uma interdependência crescente das economias; *intercâmbios comerciais e industriais* - sob pena de soçobramos muitas companhias e empresas locais.
2. No plano social, quatro são os pontos que me impressionam: *o mundo do trabalho* muito afetado e perturbado pela revolução tecnológica; *demografia* - o equilíbrio interno das populações locais tem agora repercussões no ecossistema do planeta; *cidadania* - a importância dos movimentos migratórios de

populações constitui um fenômeno sem precedentes; *informática* - a livre circulação das informações está modificando, profundamente, se não a própria natureza humana, pelo menos, quase todo nosso estilo de vida (GIRARD, 2000, p.45-47).

Algumas discussões na América Latina têm apresentado agendas novas para a missão da Igreja, especialmente com a recuperação de valores do Reino de Deus, os quais estabelecem, perfeitamente, a perspectiva do Mandato Cultural.

A vocação do homem não se refere só à vida ou à morte, mas à plenitude da vida. O homem não foi chamado a viver alguns valores do Reino, mas a plenitude do Reino. Não foi, apenas, chamado a uma salvação ultraterrena, mas à salvação exequível, histórica e consciente. Para tudo isso, é necessária a presença visível da Igreja, como plenitude do Reino e da Ação salvadora de Jesus, “luz dos povos”. Assim, a missão consiste em tornar histórica e exequível a libertação de Deus, encarnada na Igreja. A missão consiste na passagem do Deus “iluminado” para o Deus “encarnado” (GALILÉIA, 1983, p.14).

O perfil de missionário que se está buscando, há algum tempo, dentro do catolicismo romano, com a finalidade de que a Igreja, de fato, cumpra toda sua missão, passa pelos seguintes aspectos:

1. Em primeiro lugar, o missionário deve ser um contemplativo: capaz de transmitir não só ideias, discursos e análises, mas, sobretudo, sua experiência pessoal com Jesus Cristo e com os valores do Reino de Deus;

2. A missão exige a pobreza como condição e estilo de vida. Não qualquer forma de pobreza - sabemos que a pobreza evangélica pode se expressar de muitas formas - mas a pobreza missionária, que leva em conta o êxodo eclesial e o êxodo cultural;
3. A missão requer, também, coragem intelectual, para falar do Deus de Jesus e da fé na Igreja em outros termos e categorias;
4. O missionário é um comprometido, avaliando sempre as motivações radicais do que estamos fazendo e quais suas razões mais profundas (GALILÉIA, 1983, p.74).

Dentro das novas posições que a Igreja vem assumindo, depois dos históricos Concílios realizados nas últimas décadas do século XX, percebe-se uma nova ética em relação ao cosmo. Se houver uma nova maneira de nos relacionarmos com a natureza, como um todo, com certeza, aspectos do Mandato Cultural serão vivenciados com muita facilidade.

Todo o drama ecológico ressalta a incapacidade do ser humano de “con-viver”, com as demais criaturas. E mostra-se incapaz porque, não conseguindo descobrir o ser profundo das coisas, posiciona-se como senhor absoluto de tudo. As criaturas pertencentes a qualquer um dos reinos (mineral, vegetal, animal) são portadoras de uma parte da Vida e, como tais, devem ser respeitadas em seu sentido mais profundo. Como vimos, o ser humano tem a missão de administrar as demais criaturas, mas não de dominá-las. A administração se caracteriza pelo convívio inteligente com elas e não pela dominação pela exploração irracional das mesmas. É neste sentido que a conversão à Natureza, mais do que uma atitude romântica, se constitui uma atitude de profundo respeito por todas as formas de vida. Para isso, os caminhos a serem abertos são:

1. Utilização mais racional dos recursos da Natureza;
2. Respeito à vida em todas as suas formas;
3. A necessidade de reconstruir o que foi destruído;
4. A necessidade de medidas preventivas;
5. A superação do romantismo;
6. A superação de soluções mágicas, brotadas da cabeça de alguns experts.

A força com que vai se impondo uma nova consciência ecológica nos permite pressupor que as consequências práticas já não tardarão muito (MOSER, 1992, p. 248, 250 e 252).

Na compreensão atual, Müller defende os seguintes elementos básicos para uma Teologia da Missão:

1. A Missão radica-se, profundamente, no mistério da Trindade de Deus, nas suas *processiones e missiones*, nesse Deus cuja essência consiste em se comunicar e em se doar completamente;
2. A questão da missão é a salvação. Deus quer livrar os homens da culpa e fazê-los participar da sua vida;
3. A Missão envolve, também, a comunidade. Deus criou o homem para que forme comunidade, e é desejo dele que os filhos de Deus, dispersos, formem o “Povo de Deus”;
4. Missão sempre está relacionada com “mundo”. Não existe nenhuma “missão” abstrata que seja aplicada ao mundo. Missão, também, não se realiza no vácuo. Missão é o encontro de Deus com o mundo, do divino com o humano. Deus reinava na origem do mundo, ele doou-nos, igualmente, o Evangelho e quer santificar o mundo;

5. Missão se preocupa, principalmente, por aqueles que não conhecem, ainda, o evangelho, por aqueles que se encontram fora da evidência do povo de Deus (MULLER, 1995, p. 49).

Ajudando a teologia católica a mudar, substancialmente, seu conceito de missão, saindo dos reducionismos tradicionais, Galiléia propõe o seguinte:

As grandes condições ou critérios para uma evangelização verdadeiramente cristã seriam:

1. Não há verdadeira evangelização se, em sua dinâmica, ela não levar à adesão a Jesus Cristo, na Igreja. Esta é a quintessência dos capítulos dedicados a Cristo e à Igreja;
2. A evangelização cristã é “histórica”, isto é, se faz a partir dos homens concretos da América Latina, de sua história, de sua cultura, de suas aspirações, enfim, de sua realidade;
3. A evangelização cristã é “integral”, ou seja, tem por meta a transformação imediata de pessoas individuais, bem como de grupos humanos, famílias, culturas, sociedades. Porque a evangelização cristã transforma sociedades, é libertadora. Porque a evangelização cristã transforma as culturas, deve penetrar até suas raízes, melhorar suas normas e valores, purificar seus valores, etc. (GALILÉIA, 1983 p.6).

O conceito de salvação integral, no início, não despertou muita simpatia, pois trazia no seu bojo toda uma gama de problemas que a Igreja não tinha ferramentas adequadas para usar. As campanhas “Misereor” e “Pão para o mundo” despertaram as consciências para a cura da alma e do corpo. A fusão dos dois pontos, em um só, trouxe à tona a expressão: Salvação Integral.

Hoje, prefere-se falar da “salvação integral”, i.é, da salvação que abrange o homem todo e o homem em toda sua realidade concreta (MÜLLER, 1995, p.81).

Entretanto, como toda mudança conceitual precisa de um determinado tempo para ser assimilada, o mesmo ocorreu neste caso, até que, na prática, a preocupação com o evangelho integral fosse vivenciada. Müller afirma que:

Prestar auxílio no desenvolvimento humano só se tornou tema de missão muito recentemente. Por parte dos católicos, isso não trouxe dificuldade nenhuma, pois veio sendo preparado pela doutrina tomística do desenvolvimento do indivíduo na “família Dei”, por importantes documentos eclesiásticos como: *Gaudium et Spes* e a encíclica *Populorum Progressio* (26/03/67, Paulo VI) (MÜLLER, 1995, p.82).

Com o conceito de missão ampliado, percebe-se que contribuir para o desenvolvimento equilibrado da raça humana encaixa-se, perfeitamente, no grande projeto de Deus, iniciado no Éden, onde havia matéria prima a ser desenvolvida pela humanidade, em obediência ao Mandato Cultural. Não ter tal compreensão, depois desta caminhada da fé, seria, como diz Müller:

“encurralar a Igreja na sacristia”. Especialmente, nos conceitos de justiça *comutativa, distributiva e legal*, que atingem toda sua profundidade e motivação, unicamente, na compreensão bíblica (MÜLLER, 1995, p. 122 e 125).

Talvez, o ponto culminante para a mudança na compreensão do conceito de missão, fazendo-o mais abrangente e, ao mesmo tempo, desafiando abrir mão de certos paradigmas, há muito instalados no catolicismo, tenha sido:

A voz do suíço Hans Dürr, livre-docente de Berna, que, em meio à confusão e insegurança do após Segunda Guerra Mundial, conclamava para se “depurar os motivos da missão”, partindo de dois pontos: a) o receio de que, em meio à crise, as pessoas não soubessem fazer nada melhor do que continuar o trabalho no ponto em que havia sido interrompido pela guerra - como se nada tivesse acontecido; b) o reconhecimento de que aquela hora requeria não apenas algumas emendas estéticas no antiquado material da missão, mas exigia, nada menos, que uma radical verificação das nossas posições e orientações, e isto, em forma de uma confrontação com a história (MÜLLER, 1995, p.152).

Há alguns dias de fechar todo o conteúdo deste livro, o mundo foi surpreendido pela segunda encíclica do Papa Francisco, intitulada “*Laudato Si*” – “*Sobre o Cuidado da Casa Comum*” – a primeira Encíclica Ecológica da Igreja Católica. Não tenho tempo para comentá-la com a devida profundidade, mas transcrevo abaixo um texto interessante para que este importante documento não deixe de ser mencionado neste livro, cuja temática é a mesma da Encíclica:

COMO LER A ENCÍCLICA LAUDATO SI’ DO PAPA FRANCISCO

Apresenta-se, em primeiro lugar, uma visão geral da encíclica «*Laudato si*’» e, em seguida, o objetivo de cada um dos seis capítulos e alguns de seus parágrafos chaves. Os números entre parênteses remetem aos parágrafos da encíclica

UM OLHAR POR INTEIRO

«Que tipo de mundo queremos deixar a quem vai suceder-nos, às crianças que estão a crescer?» (160). Este interrogativo é o âmago da

Laudato Si', a esperada Encíclica do Papa Francisco sobre o cuidado da casa comum. Que prossegue: «Esta pergunta não toca apenas o meio ambiente de maneira isolada, porque não se pode pôr a questão de forma fragmentária», e isso conduz a interrogar-se sobre o sentido da existência e sobre os valores que estão na base da vida social: «Para que viemos a esta vida? Para que trabalhamos e lutamos? Que necessidade tem de nós esta terra?»: «Se não pulsa nelas esta pergunta de fundo, – diz o Pontífice – não creio que as nossas preocupações ecológicas possam surtir efeitos importantes».

O nome da Encíclica foi inspirado na invocação de São Francisco «Louvado sejas, meu Senhor», que no Cântico das Criaturas recorda que a terra, a nossa casa comum, «se pode comparar ora a uma irmã, com quem partilhamos a existência, ora a uma boa mãe, que nos acolhe nos seus braços» (1). Nós mesmos «somos terra (cfr Gen 2,7). O nosso corpo é constituído pelos elementos do planeta; o seu ar permite-nos respirar e a sua água vivifica-nos e restaura-nos» (2).

Agora, esta terra maltratada e saqueada se lamenta e os seus gemidos se unem aos de todos os abandonados do mundo. O Papa Francisco convida a ouvi-los, exortando todos e cada um – indivíduos, famílias, coletividades locais, nações e comunidade internacional – a uma «conversão ecológica», segundo a expressão de São João Paulo II, isto é, a «mudar de rumo», assumindo a beleza e a responsabilidade de um compromisso para o «cuidado da casa comum». Ao mesmo tempo, o Papa Francisco reconhece que se nota «uma crescente sensibilidade relativamente ao meio ambiente e ao cuidado da natureza, e cresce uma sincera e sentida preocupação pelo que está a acontecer ao nosso planeta. » (19), legitimando um olhar de esperança que permeia toda a Encíclica e envia a todos uma mensagem clara e repleta de esperança: «A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum.» (13); «o ser humano ainda é capaz de intervir de forma positiva» (58); «nem tudo está perdido, porque os seres humanos, capazes de tocar o fundo da degradação, podem também superar-se, voltar a escolher o bem e regenerar-se» (205).

O Papa Francisco se dirige certamente aos fiéis católicos, retomando as palavras de São João Paulo II: «os cristãos, em particular, advertem que a sua tarefa no seio da criação e os seus deveres em relação à natureza e ao Criador fazem parte da sua fé» (64), mas se propõe «especialmente a entrar em diálogo com todos acerca da nossa casa comum» (3): o diálogo percorre todo o texto e, no cap. 5, se torna o instrumento para enfrentar e resolver os problemas. Desde o início, o Papa Francisco recorda que também «outras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa» sobre o tema da ecologia (7). Ou melhor, assume explicitamente sua contribuição a partir do que foi dito pelo «amado Patriarca Ecumênico Bartolomeu» (7), amplamente citado nos nn. 8-9. Em vários trechos, o Pontífice agradece aos protagonistas deste esforço – sejam indivíduos, sejam associações ou instituições –, reconhecendo que «a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões» (7) e convida todos a reconhecer «a riqueza que as religiões possam oferecer para uma ecologia integral e o pleno desenvolvimento do gênero humano» (62).

O itinerário da Encíclica é traçado no n. 15 e se desenvolve em seis capítulos. Passa-se de uma análise da situação a partir das melhores aquisições científicas hoje disponíveis (cap. 1), ao confronto com a Bíblia e a tradição judaico-cristã (cap. 2), identificando a raiz dos problemas (cap. 3) na tecnocracia e num excessivo fechamento autorreferencial do ser humano. A proposta da Encíclica (cap. 4) é a de uma «ecologia integral, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais» (137), indissolivelmente ligadas com a questão ambiental. Nesta perspectiva, o Papa Francisco propõe (cap. 5) empreender em todos os níveis da vida social, econômica e política um diálogo honesto, que estruture processos de decisão transparentes, e recorda (cap. 6) que nenhum projeto pode ser eficaz se não for animado por uma consciência formada e responsável, sugerindo ideias para crescer nesta direção em nível educativo, espiritual, eclesial, político e teológico. O texto se

conclui com duas orações, uma oferecida à partilha com todos os que acreditam num «Deus Criador Onnipotente» (246), e outra proposta aos que professam a fé em Jesus Cristo, ritmada pelo refrão «Laudato si'», com o qual a Encíclica se abre e se conclui.

O texto é atravessado por alguns eixos temáticos, analisados por uma variedade de perspectivas diferentes, que lhe conferem uma forte unidade: «a relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta dum novo estilo de vida» (16).

PRIMEIRO CAPÍTULO - O QUE ESTÁ A ACONTECER À NOSSA CASA

O capítulo apresenta as mais recentes aquisições científicas em matéria ambiental como modo de ouvir o grito da criação, «transformar em sofrimento pessoal aquilo que acontece ao mundo e, assim, reconhecer a contribuição que cada um lhe pode dar» (19). Enfrentam-se assim «vários aspectos da atual crise ecológica» (15).

As mudanças climáticas: «As mudanças climáticas são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade» (25). Se «o clima é um bem comum, um bem de todos e para todos» (23), o impacto mais pesado da sua alteração recai sobre os mais pobres, mas muitos «daqueles que detêm mais recursos e poder econômico ou político parecem concentrar-se sobretudo em mascarar os problemas ou ocultar os seus sintomas» (26): «a falta

de reações diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil» (25).

A questão da água: O Pontífice afirma claramente que «o acesso à água potável e segura é um direito humano essencial, fundamental e universal, porque determina a sobrevivência das pessoas e, portanto, é condição para o exercício dos outros direitos humanos». Privar os pobres do acesso à água significa «negar-lhes o direito à vida radicado na sua dignidade inalienável» (30).

A preservação da biodiversidade: «Anualmente, desaparecem milhares de espécies vegetais e animais que já não poderemos conhecer mais, que os nossos filhos não poderão ver, perdas para sempre» (33). Não são somente eventuais “recursos” exploráveis, mas têm um valor em si mesmos. Nesta perspectiva, «são louváveis e, às vezes, admiráveis os esforços de cientistas e técnicos que procuram dar solução aos problemas criados pelo ser humano», mas a intervenção humana, quando se coloca a serviço da finança e do consumismo, «faz com que esta terra onde vivemos se torne realmente menos rica e bela, cada vez mais limitada e cinzenta» (34).

A dívida ecológica: no âmbito de uma ética das relações internacionais, a Encíclica indica que existe «uma verdadeira “dívida ecológica”» (51), sobretudo do Norte em relação ao Sul do mundo. Diante das mudanças climáticas, existem «responsabilidades diversificadas» (52), e as dos países desenvolvidos são maiores.

Consciente das profundas divergências quanto a essas problemáticas, o Papa Francisco se mostra profundamente impressionado com a «fraqueza das reações» diante dos dramas de tantas pessoas e populações. Embora não falem exemplos positivos (58), sinaliza «um certo torpor e uma alegre irresponsabilidade» (59). Faltam uma cultura adequada (53) e a disponibilidade em mudar estilos de vida, produção e consumo (59), enquanto é urgente «criar um sistema normativo [...] que inclua limites invioláveis e assegure a proteção dos ecossistemas» (53).

SEGUNDO CAPÍTULO – O EVANGELHO DA CRIAÇÃO

Para enfrentar as problemáticas ilustradas no capítulo precedente, o Papa Francisco relê as narrações da Bíblia, oferece uma visão global oriunda da tradição judaico-cristã e articula a «tremenda responsabilidade» (90) do ser humano diante da criação, o elo íntimo entre todas as criaturas e o fato de que «o meio ambiente é um bem coletivo, patrimônio de toda a humanidade e responsabilidade de todos» (95).

Na Bíblia, «o Deus que liberta e salva é o mesmo que criou o universo. [...] n'Ele se conjugam o carinho e a força» (73). A narração da criação é central para refletir sobre a relação entre o ser humano e as outras criaturas e sobre como o pecado rompe o equilíbrio de toda a criação no seu conjunto: «Essas narrações sugerem que a existência humana se baseia sobre três relações fundamentais intimamente ligadas: as relações com Deus, com o próximo e com a terra. Segundo a Bíblia, essas três relações vitais romperam-se não só exteriormente, mas também dentro de nós. Esta ruptura é o pecado» (66).

Por isso, mesmo que nós «cristãos, algumas vezes interpretamos de forma incorreta as Escrituras, hoje devemos decididamente rejeitar que do fato de ser criados à imagem de Deus e do mandato de dominar a terra se deduza um domínio absoluto sobre as outras criaturas» (67). Ao ser humano cabe a responsabilidade de «“cultivar e guardar” o jardim do mundo (cfr Gen 2,15)» (67), sabendo que «o fim último das restantes criaturas não somos nós. Mas todas avançam, juntamente conosco e através de nós, para a meta comum, que é Deus» (83).

Que o ser humano não seja o dono do universo, «não significa igualar todos os seres vivos e tirar ao ser humano aquele seu valor peculiar» que o caracteriza; «também não requer uma divinização da terra, que nos privaria da nossa vocação de colaborar com ela e proteger a sua fragilidade» (90). Nesta perspectiva, «todo o encarniçamento contra qualquer criatura «é contrário à dignidade humana» » (92),

mas «não pode ser autêntico um sentimento de união íntima com os outros seres da natureza, se ao mesmo tempo não houver no coração ternura, compaixão e preocupação pelos seres humanos» (91). Necessita-se da consciência de uma comunhão universal: «criados pelo mesmo Pai, estamos unidos por laços invisíveis e formamos uma espécie de família universal, [...] que nos impele a um respeito sagrado, amoroso e humilde» (89).

O coração da revelação cristã conclui o capítulo: «Jesus terreno» com a «sua relação tão concreta e amorosa com o mundo», «ressuscitado e glorioso», está «presente em toda a criação com o seu domínio universal» (100).

TERCEIRO CAPÍTULO – A RAIZ HUMANA DA CRISE ECOLÓGICA

Este capítulo apresenta uma análise da situação atual, «de modo a individuar não apenas os seus sintomas, mas também as causas mais profundas» (15), em um diálogo com a filosofia e as ciências humanas.

Um primeiro fulcro do capítulo são as reflexões sobre a tecnologia: é reconhecida, com gratidão, a sua contribuição para o melhoramento das condições de vida (102-103); todavia ela oferece «àqueles que detêm o conhecimento e sobretudo o poder econômico para o desfrutar um domínio impressionante sobre o conjunto do gênero humano e do mundo inteiro» (104). São precisamente as lógicas de domínio tecnocrático que levam a destruir a natureza e explorar as pessoas e as populações mais vulneráveis. «O paradigma tecnocrático tende a exercer o seu domínio também sobre a economia e a política» (109), impedindo reconhecer que «o mercado, por si mesmo[...] não garante o desenvolvimento humano integral nem a inclusão social» (109).

Na raiz se diagnostica na época moderna um excesso de antropo-

centrismo (116): o ser humano não reconhece mais sua correta posição em relação ao mundo e assume uma posição autorreferencial, centrada exclusivamente em si mesmo e no próprio poder. Deriva então uma lógica do «descartável» que justifica todo tipo de descarte, ambiental ou humano que seja, que trata o outro e a natureza como um simples objeto e conduz a uma miríade de formas de dominação. É a lógica que leva a explorar as crianças, a abandonar os idosos, a reduzir os outros à escravidão, a superestimar a capacidade do mercado de se autorregular, a praticar o tráfico de seres humanos, o comércio de peles de animais em risco de extinção e de “diamantes ensanguentados”. É a mesma lógica de muitas máfias, dos traficantes de órgãos, do tráfico de drogas e do descarte de crianças porque não correspondem ao desejo de seus pais. (123)

Nesta luz, a encíclica aborda duas questões cruciais para o mundo de hoje. Antes de tudo, o trabalho: «Em qualquer abordagem de ecologia integral que não exclua o ser humano, é indispensável incluir o valor do trabalho» (124), bem como «renunciar a investir nas pessoas para se obter maior receita imediata é um péssimo negócio para a sociedade» (128).

A segunda diz respeito aos limites do progresso científico, com clara referência aos OGM (132-136), que são «uma questão de carácter complexo» (135). Embora «nalgumas regiões, a sua utilização ter produzido um crescimento econômico que contribuiu para resolver determinados problemas, há dificuldades importantes que não devem ser minimizadas» (134), a partir da «concentração de terras produtivas nas mãos de poucos» (134). O Papa Francisco pensa em particular nos pequenos produtores e trabalhadores rurais, na biodiversidade, na rede de ecossistemas. É, portanto, preciso assegurar «um debate científico e social que seja responsável e amplo, capaz de considerar toda a informação disponível e chamar as coisas pelo seu nome» a partir de «linhas de pesquisa autônomas e interdisciplinares que possam trazer nova luz» (135).

QUARTO CAPÍTULO – UMA ECOLOGIA INTEGRAL

O coração da proposta da Encíclica é a ecologia integral como novo paradigma de justiça; uma ecologia «que integre o lugar específico que o ser humano ocupa neste mundo e as suas relações com a realidade que o circunda» (15). De fato, «isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida» (139). Isto vale, por mais que vivemos em diferentes campos: na economia e na política, nas diversas culturas, em particular modo nas mais ameaçadas, e até mesmo em cada momento da nossa vida cotidiana.

A perspectiva integral põe em jogo também uma ecologia das instituições: «Se tudo está relacionado, também o estado de saúde das instituições de uma sociedade tem consequências no ambiente e na qualidade de vida humana: “toda a lesão da solidariedade e da amizade cívica provoca danos ambientais”» (142). Com muitos exemplos concretos, o Papa Francisco reafirma o seu pensamento: há uma ligação entre questões ambientais e questões sociais e humanas que nunca pode ser rompida. Assim, «a análise dos problemas ambientais é inseparável da análise dos contextos humanos, familiares, laborais, urbanos, e da relação de cada pessoa consigo mesma» (141), enquanto «não há duas crises separadas, uma ambiental e outra social, mas uma única e complexa crise sócio-ambiental» (139).

Esta ecologia integral «é inseparável da noção de bem comum» (156), a ser entendida, no entanto, de modo concreto: no contexto de hoje, no qual «há tantas desigualdades e são cada vez mais numerosas as pessoas descartadas, privadas dos direitos humanos fundamentais» comprometer-se pelo bem comum significa fazer escolhas solidárias com base em «uma opção preferencial pelos mais pobres» (158). Esta é também a melhor maneira para deixar um mundo sustentável às gerações futuras, não com proclamas, mas através de um compromisso de cuidado dos pobres de hoje, como já havia sublinhado Bento XVI: «para além da leal solidariedade entre as gerações, há que reafirmar

a urgente necessidade moral de uma renovada solidariedade entre os indivíduos da mesma geração» (162).

A ecologia integral envolve também a vida diária, para a qual a Encíclica reserva uma atenção específica em particular em ambiente urbano. O ser humano tem uma grande capacidade de adaptação e «admirável é a criatividade e generosidade de pessoas e grupos que são capazes de dar a volta às limitações do ambiente, [...] aprendendo a orientar a sua existência no meio da desordem e precariedade» (148). No entanto, um desenvolvimento autêntico pressupõe um melhoramento integral na qualidade da vida humana: espaços públicos, moradias, transportes, etc. (150-154).

Também «o nosso corpo nos coloca em uma relação direta com o meio ambiente e com os outros seres vivos. A aceitação do próprio corpo como dom de Deus é necessária para acolher e aceitar o mundo inteiro como dom do Pai e casa comum; pelo contrário, uma lógica de domínio sobre o próprio corpo transforma-se numa lógica, por vezes subtil, de domínio sobre a criação» (155).

QUINTO CAPÍTULO – ALGUMAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO E AÇÃO

Este capítulo aborda a pergunta sobre o que podemos e devemos fazer. As análises não podem ser suficientes: são necessárias propostas «de diálogo e de ação que envolvam seja cada um de nós seja a política internacional» (15), e «que nos ajudem a sair da espiral de autodestruição onde estamos a afundar» (163). Para o Papa Francisco é imprescindível que a construção de caminhos concretos não seja enfrentada de modo ideológico, superficial ou reducionista. Por isso, é indispensável o diálogo, termo presente no título de cada seção deste capítulo: «Há discussões sobre questões relativas ao meio ambiente, onde é difícil chegar a um consenso. [...] a Igreja não pretende definir as questões

científicas, nem substituir-se à política, mas [eu] convido a um debate honesto e transparente para que as necessidades particulares ou as ideologias não lesem o bem comum» (188).

Com esta base o Papa Francisco não tem medo de fazer um julgamento severo sobre as dinâmicas internacionais recentes: «as cimeiras mundiais sobre o meio ambiente dos últimos anos não corresponderam às expectativas, porque não alcançaram, por falta de decisão política, acordos ambientais globais realmente significativos e eficazes» (166). E se pergunta: «Para que se quer preservar hoje um poder que será recordado pela sua incapacidade de intervir quando era urgente e necessário fazê-lo?» (57). Servem, em vez disso, como os Pontífices repetiram várias vezes, a partir da “*Pacem in Terris*”, formas e instrumentos eficazes de governança global (175): «precisamos de um acordo sobre os regimes de governança para toda a gama dos chamados bens comuns globais» (174), já que «“a proteção ambiental não pode ser assegurada apenas com base no cálculo financeiro de custos e benefícios. O ambiente é um dos bens que os mecanismos de mercado não estão aptos a defender ou a promover adequadamente”» (190), que retoma as palavras do Compêndio da Doutrina Social da Igreja.

Sempre neste capítulo, o Papa Francisco insiste sobre o desenvolvimento de processos de decisão honestos e transparentes, para poder «discernir» quais políticas e iniciativas empresariais poderão levar «a um desenvolvimento verdadeiramente integral» (185). Em particular, o estudo do impacto ambiental de um novo projeto «requer processos políticos transparentes e sujeitos a diálogo, enquanto a corrupção, que esconde o verdadeiro impacto ambiental dum projeto em troca de favores, frequentemente leva a acordos ambíguos que fogem ao dever de informar e a um debate profundo» (182).

Particularmente significativo é o apelo dirigido àqueles que detêm cargos políticos, para que se distanciem da lógica «eficientista e imediatista» (181) hoje dominante: «se ele tiver a coragem de o fazer, poderá novamente reconhecer a dignidade que Deus lhe deu como pessoa e

deixará, depois da sua passagem por esta história, um testemunho de generosa responsabilidade» (181).

SEXTO CAPÍTULO - EDUCAÇÃO E ESPIRITUALIDADE ECOLÓGICAS

O último capítulo vai ao cerne da conversão ecológica à qual a Encíclica convida. As raízes da crise cultural agem em profundidade e não é fácil reformular hábitos e comportamentos. A educação e a formação continuam sendo desafios centrais: «toda mudança tem necessidade de motivações e dum caminho educativo» (15); estão envolvidos todos os ambientes educacionais, por primeiro « a escola, a família, os meios de comunicação, a catequese» (213).

O início é apostar «em uma mudança nos estilos de vida» (203-208), que também abre à possibilidade de “exercer uma pressão salutar sobre quantos detêm o poder político, econômico e social» (206). Isso é o que acontece quando as escolhas dos consumidores conseguem «a mudança do comportamento das empresas, forçando-as a reconsiderar o impacto ambiental e os modelos de produção» (206).

Não se pode subestimar a importância de percursos de educação ambiental capazes de incidir sobre gestos e hábitos cotidianos, da redução do consumo de água, à diferenciação do lixo até «apagar as luzes desnecessárias» (211): «Uma ecologia integral é feita também de simples gestos quotidianos, pelos quais quebramos a lógica da violência, da exploração, do egoísmo» (230). Tudo isto será mais fácil a partir de um olhar contemplativo que vem da fé: «O crente contempla o mundo, não como alguém que está fora dele, mas dentro, reconhecendo os laços com que o Pai nos uniu a todos os seres. Além disso a conversão ecológica, fazendo crescer as peculiares capacidades que Deus deu a cada crente, leva-o a desenvolver a sua criatividade e entusiasmo» (220).

Retorna à linha proposta na “*Evangelii Gaudium*”: «A sobriedade, vivida livre e conscientemente, é libertadora» (223), bem como «A felicidade exige saber limitar algumas necessidades que nos entorpecem, permanecendo assim disponíveis para as muitas possibilidades que a vida oferece» (223); desta forma torna-se possível «voltar a sentir que precisamos uns dos outros, que temos uma responsabilidade para com os outros e o mundo, que vale a pena ser bons e honestos» (229).

Os santos acompanham-nos neste caminho. São Francisco, muitas vezes mencionado, é «o exemplo por excelência do cuidado pelo que é frágil e por uma ecologia integral, vivida com alegria» (10), modelo de como «são inseparáveis a preocupação pela natureza, a justiça para com os pobres, o empenho na sociedade e a paz interior (10). Mas a encíclica recorda também São Bento, Santa Teresa de Lisieux e o Beato Charles de Foucauld.

Após a “*Laudato si*”, o exame de consciência, o instrumento que a Igreja sempre recomendou para orientar a própria vida à luz da relação com o Senhor, deverá incluir uma nova dimensão, considerando não apenas como se vive a comunhão com Deus, com os outros, consigo mesmo, mas também com todas as criaturas e a natureza. (© Copyright News.va & all Vatican media sources (Publicada no jornal O Estado de S. Paulo – 18/06/15)

2. A TEOLOGIA REFORMADA

Falar de Teologia Reformada é referir-se a um grande e heterogêneo universo, visto que não se tratou de um movimento organizado em um só lugar, em um só momento e por um só homem, mas foi produzido por várias pessoas que, aqui e acolá, sedentas de Deus e ansiando, desgraçadamente, pela graça, produziram algo extremamente corajoso, para Deus.

Quando se fala da heterogeneidade, não podemos nos esquecer de que, entre Lutero e os demais reformadores, como Calvino, algumas décadas os separaram e, infelizmente, algum tipo de nacionalismo entrou no meio das discussões, gerando um distanciamento entre a Reforma na Alemanha e a de Genebra. Uma das provas mais visíveis desta situação encontra-se no famoso Monumento da Reforma, de Genebra, onde estão os bustos de dez homens, menos o de Lutero, apenas lembrado num dos lados do grande monumento.

A validade e importância das tradições, em geral, para os nossos dias, se estabelecem na honesta relação entre o apreço e gosto pelo conhecimento histórico do pensar do povo de Deus com uma perspectiva crítica, isto é, descobrir os bons princípios e valores já vividos, sem transformá-los em regras ou formas que precisam ser repetidas. Isto seria o pecado do tradicionalismo. A esses valores imprime-se um processo crítico de adequação e contextualização, a fim de se aproveitar, ao máximo, da herança da fé que uma vez foi dada aos santos.

As tradições antigas, que foram testadas pelo tempo e que carregam consigo a sabedoria de uma raça, trazem profundidade e perspectiva para os dias em que a vida, frequentemente, se mostra sem raízes, superficial e até mesmo banal. Contudo, as tradições somente podem garantir tal profundidade quando o seu reconhecimento for acompanhado de uma avaliação crítica. Nenhuma tradição esgota o significado da fé cristã, e cada uma delas possui uma parcela de princípios falsos, julgamentos falhos e traições às suas melhores convicções. A tradição reformada tem sido uma das formas autênticas e poderosas pela qual o povo cristão tem vivido sua fé. Ela tem muito a oferecer às pessoas do mundo atual, na medida em que tentam ser cristãos nos dias descomunais e terríveis em que vivem. Todavia, isso só será possível se for assumida por uma comunidade viva, que uma apreciação com perspectiva crítica (LEITH, 1997, p.7).

Falando em tradição reformada, especificamente, faz-se necessário dizer que ela não pode ser definida com precisão, pois seu tempo de vida, que se aproxima dos quinhentos anos, e sua diferenciada geografia nos fazem vê-la passando por mutações constantes, até porque um dos lemas desta mesma tradição é: *A Igreja, porque é reformada, sempre se reforma!* (Tradução sugerida pelo Rev. Antônio de Godoy Sobrinho, na Revista Teológica *Reformanda*, da IPI do Brasil, nº 01, 1986).

O precioso conteúdo da fé reformada nascida no século XVI na Alemanha, Suíça e em Estrasburgo, firmada nas fontes primárias de Martinho Lutero, João Calvino e seus conterrâneos, teve um forte impacto no estilo de vida e produção da fé, em seguida, na Escócia de John Knox e, depois deste, com a vinda dos peregrinos pietistas para a formação dos Estados Unidos da América, um dos países com profundas marcas da tradição reformada, no seu início e desenvolvimento.

Posteriormente, o repensar deste conteúdo foi desenvolvido pelo teólogo Karl Barth, em sua “*Dogmática Eclesiástica*”, no século XX. Assim, houve um grande período em que a tradição se tornou tradicionalismo, não por si mesma, mas pela falta do elemento crítico e contextualizador das gerações anteriores.

Quando olhamos, especificamente, para o protestantismo brasileiro, por exemplo, que ultrapassou seus cento e cinquenta anos, especialmente no ramo calvinista, a falta de conhecimento das fontes primárias do pensamento de Calvino produziu um protestantismo reformado calvinista *de quinta categoria*. Basta lembrar que há pouco tempo é que a Igreja Evangélica Brasileira teve acesso, em português, às *Institutas* de Calvino.

Do ponto de vista doutrinal, o calvinismo que acreditavam difundir (os missionários americanos em terras brasileiras), já era uma diluição de diluições anteriores. O presbiterianismo norte-americano já era ele mesmo uma adaptação do presbiterianismo britânico que, por sua vez, através de um século de lutas contra o catolicismo e o anglicanismo, se

havia distanciado longamente do pensamento de Calvino. E como quase sempre acontece com as igrejas distantes de sua fonte de inspiração – e por isso mesmo mais ortodoxas em vontade do que em espírito – o que era importante para estes missionários era a adesão aos textos denominacionais sob a forma da tardia e duvidosa Confissão de Fé de Westminster (LÉONARD, 1981, p.132).

John H. Leith, em seu precioso livro “*A Tradição Reformada – Uma Maneira de Ser a Comunidade Cristã*”, nos aponta algumas pistas importantes para compreensão da nossa rica herança reformada:

A tradição e o evangelho estão unidos de maneira indissolúvel. Um é indispensável ao outro e ambos são necessários à vida da comunidade cristã. O evangelho é a vontade de Deus “para nós”, seres humanos, e para nossa salvação. A tradição é a transmissão autorizada do evangelho de crente para crente, de comunidade para comunidade, de geração a geração. Portanto, a tradição tem duas utilidades. Ela pode se referir tanto ao ato da transmissão como ao conteúdo transmitido. O Novo Testamento fala da “*fé que foi dada aos santos, de uma vez por todas*” (Judas v.3). Esta doação é, fundamentalmente, de Deus em Jesus Cristo (cf. Romanos 8.31-32) “para partilhar de nossa existência e efetuar a nossa salvação”. Emil Brunner referiu-se muito bem a isso dizendo: Sem a tradição não existe o evangelho. A tradição da fé não é a transmissão de algo impessoal, mas, sempre, de uma viva e crescente realidade. Isso significa que a tradição nunca é definitiva, mas está sempre viva, aberta para seu próprio tempo e para o futuro. Por isso, temos que notar que a Bíblia é a concreção da tradição. A inspiração das Escrituras é a divina inspiração deste testemunho e interpretação dos originais.

Como testemunho anterior e posterior a Jesus Cristo, a Bíblia estabelece os limites, sendo a única autoridade para toda a teologia e vida cristãs. Sua correta leitura e audição só ocorrem na tradição viva da Igreja, sob a inspiração viva do Espírito Santo, por pessoas bem vivas, isto é, que respondem com fé à sua proclamação. A grande importância que o Protestantismo sempre deu à Bíblia, ofusca o valor da tradição viva até mesmo com a relação à própria Bíblia. A tradição da fé não é somente um ato vivo e humano. É também obra do Espírito Santo. Albert Outler afirmou com clareza e visão: Esta “tradição” divina ou “paradosis” foi um ato de Deus na história – ato este que se renova e se torna atual ao longo do curso da história pela atuação do Espírito Santo, que Jesus transmitiu a seus discípulos quando estava na cruz (Jo 13.30). O Espírito Santo – “*enviado pelo Pai em meu nome*” (Jo 14.25) – recria a tradição original (traditum) através da “tradição (actus tradendi). Assim, a tradição de Jesus torna-se uma força atuante na vida e na fé de pessoas que dão um testemunho contemporâneo. É este “actus tradenti” que transforma o conhecimento histórico a respeito de Jesus – distante e antigo – em fé vital em Jesus Cristo – “meu Senhor e Meu Deus! Mesmo no caso de Lutero e Calvino, a função de “mestre da Igreja” consistiu em apontar para Jesus Cristo e as Escrituras. O entusiasmo por um “mestre da Igreja” não deve ser colocado no lugar da adoração a Deus que faz a Igreja ser Igreja. “É claro que permaneço na tradição reformada”, declarou Barth, “mas eu creio, como Calvino, que existe somente um Mestre na Igreja e no mundo. Consequentemente, tento ser obediente a Cristo e não a Calvino”. Jeanne d’Albret (1528-1572), a notável líder da Igreja Reformada na França, foi realmente reformada quando escreveu a seu primo, o cardeal D’Armagnac, “Eu sigo Beza, Calvino e outros, somente na medida em que eles seguem as Escrituras. (LEITH, 1997, p.15-20).

O mesmo autor, no citado livro, enumera o *Ethos*, ou seja, a maneira de ser da tradição reformada, extraído da sua teologia, culto, organização, cultura e vida. Alistamos os nove tópicos, sem entrar em detalhes sobre eles, por não ser o objeto deste trabalho, mas para nos situar dentro desta rica tradição e o que ela nos oferece, em relação ao Mandato Cultural.

1. A Majestade e a Glória de Deus
2. A Polêmica Contra a Idolatria
3. A Realização dos Propósitos Divinos na História
4. Ética, Uma Vida de Santidade
5. A Mente a Serviço de Deus
6. A Pregação
7. A Igreja Organizada e o Trabalho Pastoral
8. Vida Disciplinada
9. Simplicidade

Já para McKim, pastor presbiteriano nos Estados Unidos, ao apontar os cinco principais pontos da perspectiva reformada a respeito da Missão da Igreja na Sociedade, quatro dos quais serão vistos com mais profundidade quando analisarmos a interação entre os Mandatos Cultural e Missional, destaca o quinto ponto, o qual analisamos neste tópico, para termos uma maior abrangência de como a teologia reformada desenvolveu, ao longo dos anos, o conceito de Mandato Cultural.

Mordomia: Administrando Responsavelmente os Recursos de Deus – Um dos mais poderosos legados do judaísmo do Antigo Testamento para a Igreja cristã foi o conceito de mordomia. Ele é encontrado já em Gênesis 1, que fala dos seres humanos no jardim. A humanidade recebeu um grau de poder sobre os recursos deste mundo, mas também foi lembrada de quem é, em última análise, o provedor de tais recursos. Os seres humanos estão *sobre a natureza, mas sob Deus*. Os seres

humanos são os *mordomos, os inspetores ou administradores* dos dons que lhes foram dados. As apropriações do conceito de mordomia nas igrejas reformadas tem sido, até onde lhes foi possível, abrangentes. O brasão pessoal de Calvino, resumia este compromisso abrangente. Ele mostrava um coração em chamas, numa mão aberta estendida, sendo ofertado a Deus com as palavras: “Eu te ofereço meu coração, pronta e sinceramente”. (Ao final deste tópico, inserimos o citado brasão como ilustração e porque há muito pouco conhecimento deste símbolo no protestantismo brasileiro). Compromisso abrangente quer dizer obrigação de administrar os recursos de Deus responsabilmente e de ser bom mordomo. Finalmente, mordomia quer dizer o uso responsável dos recursos de Deus. Viver eticamente na tradição reformada exige, em parte, uma compreensão da vida humana em relação com o poderoso Outro, o qual, requer que toda atividade humana seja ordenada adequadamente em relação ao que pode ser discernido a respeito dos propósitos de Deus. A teologia não é um fim em si mesma, mas ela serve a um propósito maior, à formação da vida humana e da sociedade em conformidade com a vontade de Deus. Assim, a Igreja deve se envolver em cada dimensão da missão na sociedade até os fins da terra, como finalidade ou propósito da Igreja. Apesar da penetração do pecado e dos fracassos da Igreja, do ponto de vista humano, Deus usa o seu povo para fazer a sua vontade, na medida em que ele obedece a Deus e reconhece a sua soberania sobre a existência como criador e Senhor (MCKIM, 1999, p. 330-333).

O pensamento reformado, pelo menos na sua teoria, se apresenta como o mais amplo, no que tange à convivência entre pensamentos diferentes. Na prática, porém, as diferentes posições se radicalizam e se tornam *donas da verdade*. Dentro do protestantismo, duas grandes vertentes se estabeleceram desde o final do século XIX e início do XX: *conservadores e liberais*. Quando se consegue viver com respeito pelas

pessoas que pensam diferente entre si, a possibilidade de crescimento é muito grande. Porém, quando cada qual se fecha e se estagna em si mesmo, os radicalismos geram feridas graves, que passam a acompanhar aquela mesma tradição.

É a Reforma que produz uma melhor e mais apropriada percepção da natureza, como campo da ação de Deus e da própria Igreja.

O panteísmo não é a resposta, mas, também, não o é qualquer tipo de cristianismo; quer o cristianismo bizantino quer um cristianismo baseado numa relação entre natureza e graça. Tampouco há resposta no conceito de natureza e liberdade defendido por J. J. Rousseau ou Kant; nem um cristianismo do tipo Kierkegardiano. Porém, certamente existe um tipo de cristianismo diferente. O cristianismo da Reforma, sim, nos dá uma resposta unificada, e esta unidade tem significado não só naquilo que se relaciona às coisas celestiais, mas, também, no relativo à natureza. Tal unidade não nos vem de um racionalismo, um humanismo, no qual o homem está gerando algo de si mesmo, reunindo e considerando os particulares, e depois tentando extrapolar um conceito universal. A Reforma revelou fé no que diz a Bíblia, ou seja, que Deus tem revelado a verdade sobre si mesmo e o cosmos, e que, conseqüentemente, existe uma unidade. Este é o tipo de cristianismo que tem uma resposta, que inclui a natureza e as relações do homem com ela (LEITH, 1977, p. 29-30).

Durante boa parte do século XX, estes radicalismos foram nítidos entre liberais e conservadores. No final do referido século, alguns movimentos de aproximação foram estabelecidos, conseguindo quebrar algumas barreiras. Outras, entretanto, continuam de pé.

Amor desordenado pelo passado, repetição de tradições como se fossem leis contemporâneas e recusa às mudanças, são,

claramente, maneiras destrutivas de vida. Mas a mudança não é necessariamente boa em si mesma. O futuro não é uma porta automaticamente aberta ao progresso inevitável. A sabedoria do passado não é antiquada, porque representa a integridade da experiência humana. A tentação do espírito liberal de, por princípio, rejeitar todas as tradições priva a Igreja de uma grande fonte de encarar o futuro. O procedimento mais correto é testar as tradições, em especial aquelas nas quais vivemos. Todas as tradições devem ser sempre revistas criticamente e aberta a uma auto-reforma. Elas precisam viver e se desenvolver não somente em termos de seus princípios internos, mas também em diálogo, e até em debate e confronto, com outras tradições, movimentos e eventos. A tradição viva e aberta da Igreja possui componentes liberais e conservadores. Um historiador de doutrina disse bem, quando afirmou que *a tradição é a fé viva de um povo morto. Tradicionalismo é a fé morta de um povo vivo. A tradição reformada não pretende ser a única tradição cristã. Ela afirma, sim, ser uma forma pela qual a Igreja, una, santa, católica e apostólica, tem vivido, anunciando sua fé e vida a cada nova geração. Reivindica ser uma forma autêntica da comunidade cristã, com sua força e também suas fraquezas e problemas. Deseja ser o povo de Deus em sua plenitude. Na base de tudo isso, a tradição reformada requer aceitação e avaliação crítica* (LEITH, 1997, p.31 –32).

A própria definição de *Teologia Cristã*, dentro da concepção reformada, nos permite observar o espaço para a existência do Mandato Cultural:

Teologia Cristã é a reflexão crítica sobre Deus, sobre a existência humana, sobre a natureza do universo e sobre a própria fé à luz da revelação de Deus, registradas nas Escrituras e, especialmente, personificada em Jesus Cristo, que é, para a comunidade cristã, a revelação final, isto é, a revelação definitiva, o critério para as outras revelações (LEITH, 1997, p.140).

Não só do Mandato Cultural, mas também do Mandato Missional, encontramos vários elementos que formam a conjunção ou ligação entre si, na definição acima: ambos começam em Deus, passam pela participação humana, acontecem no cenário da natureza e contam com a obra e autoridade de Cristo.

O conceito reformado estabelece Deus como Criador e o mundo como criação. O Deus que encontramos na revelação a Israel e em Cristo é o criador do mundo e, embora Ele esteja em conflito com este mesmo mundo, por causa do pecado humano, fica patente que o mundo é de Deus e que, de fato, o conflito ocorre porque o mundo é sua criação. Se assim não fosse, Ele não teria se preocupado em estabelecer o plano de salvação.

Faz-se fundamental para aquele que deseja conhecer com maior profundidade o pensamento da Reforma, sobre vários assuntos a leitura do importante livro: “*Grandes Temas da Tradição Reformada*”, onde encontramos um capítulo dedicado sobre a criação e a relação do próprio Deus e do ser humano com ela. Alguns poucos aspectos do artigo do professor emérito de Dogmática e de Teologia Bíblica da Universidade de Leiden, na Holanda, Hendrikus Berkhof, precisam ser mencionados:

A salvação que Deus busca não é uma libertação para fora desta existência nem uma fuga do mundo, mas a redenção deste mundo e desta existência. Salvação quer dizer purificação deste mundo e sua elevação a um nível superior, e não sua negação ou rejeição (BERKHOF, 1999, p.63).

A concepção cristã parte da fé, nesse ato criativo e poderoso de Deus. Desde os primórdios, quando se estabeleceu o *Credo Apostólico*, a primeira afirmação a respeito de Deus é que Ele é Deus; a segunda que Ele é Pai e a terceira, que Ele é o criador: *Creio em Deus Pai, criador do céu e da terra!* Assim, o ato da criação é um ato de condescendência, isto é, que Ele se rebaixa; que Ele se limita a si mesmo; que providencia espaço e vida para o outro – o ser humano – o qual, podia até mesmo se rebelar.

Do ponto de vista reformado,

A criação é vista como eterna e coexistente com Deus e a Palavra é o meio pelo qual Deus ocasiona e mantém o encontro revelacional. Quando se diz que Ele criou *do nada*, quer dizer, simplesmente, do nada. O mundo tem somente um fundamento: a vontade de Deus (BERKHOF, 1999, p.63-65).

Assim, resumidamente, vejamos algumas das principais ideias relacionadas com a missão da Igreja, onde podemos encontrar alguma manifestação de um evangelho integral.

Dentre os muitos personagens, vamos analisar apenas três: Martinho Lutero, Ulrich Zuínglio e João Calvino, para tentar compreender o conceito de missão, na Teologia Reformada, em sua origem. Quanto ao período contemporâneo, vamos analisar as influências dos principais movimentos que têm atingido o pensamento reformado ou, também, denominado evangélico.

I . MARTINHO LUTERO

Um homem de vasta produção literária e também de uma poderosa originalidade e profundidade, cuja teologia definida como: *bíblica, existencial e dialética*.

Por mais que acreditasse na capacidade humana de pensar e raciocinar sobre Deus, sua criação e sua obra, ele admitia, honestamente, a finitude humana:

“A teologia é céu, sim, mesmo o reino dos céus; o homem, entretanto, é terra, e suas especulações são fumaça”. Quando chamamos Lutero de teólogo existencialista, queremos dizer que, para ele, o interesse por Deus era uma questão de vida

ou morte, envolvendo não apenas o intelecto de um homem mas sua existência como um todo. Para Lutero, a teologia era sempre intensamente *pessoal, experimental e relacional* (GEORGE, 1994, p.60).

Um ponto interessante a se destacar é que, com o afloramento do Sacerdócio de Todos os Cristãos, Lutero trouxe uma das principais contribuições para a Missão da Igreja, ao romper definitivamente com a divisão tradicional da Igreja em duas classes: clero e leigos. Este sacerdócio tanto é uma responsabilidade como um privilégio, um serviço tanto quanto uma posição.

Sua visão pragmática da missão sacerdotal da Igreja foi assim definida:

Quando desejar fazer alguma coisa pelos santos, volte sua atenção para os vivos, não para os mortos. O santo vivo é o seu próximo, o nu, o faminto, o sedento, o pobre que tem esposa e filhos e sofre humilhações. Dirija sua ajuda a eles, comece seu trabalho aqui (GEORGE, 1994, p.97).

Sob forte influência de Agostinho, que dividiu a família humana em duas cidades: A Cidade de Deus, composta pelos eleitos, peregrinando em direção a seu destino celeste, e a Cidade da Terra, também chamada de Cidade do Diabo, cujos habitantes existem fora da esfera da graça, sendo que, no momento presente, entretanto, as duas cidades estão misturadas, Lutero elaborou a sua própria doutrina dos dois reinos, olhando de maneira específica para a relação Igreja - Estado. Com isso, ele contribuiu para um distanciamento da compreensão de um evangelho integral, como entendemos hoje.

Os estudiosos da vida e teologia de Lutero destacam que as duas maiores contribuições foram: *A Teologia da Glória* - ver a Deus como

Ele realmente é; *Teologia da Cruz* - ver a Deus como Ele se revela! Nas duas, sem dúvida, vamos encontrar espaço para os conceitos de mandato ou parceria dos homens com Deus, bem como o fundamento deste mesmo Mandato, a Cruz de Cristo, em quem e onde Deus reconciliou consigo mesmo todas as coisas.

2. ULRICH ZUÍNGLIO

Outro reformador de grande envergadura, porém, pouco conhecido e de pouca influência na Igreja Brasileira, em geral, foi Ulrich Zuínglio. Tendo o seu caráter moldado por um forte nacionalismo suíço e o humanismo erasmiano, ele discordou de Lutero em vários assuntos, e um deles, que mais nos interessa, é o da missão da Igreja. Foi ao mesmo tempo pastor, patriota, teólogo e político.

Em contraste com a ênfase de Lutero no paradoxo dos dois reinos, Zuínglio insistiu em que “o reino de Cristo é, também, externo”. Ele aplicou a mensagem protestante diretamente às condições sócio-políticas de seu tempo (GEORGE, 1994, p.112).

O contato com o humanismo de Desidério Erasmo o deixou versado nas *humanidades*, especialmente com os estudos realizados em Viena e Basiléia. Um dos escritos de Erasmo que mais o marcou foi: *Lamento de Jesus à Humanidade*, no qual Cristo declara ser o condutor da salvação, único conforto e tesouro da alma.

Como característica da sua postura pastoral, ao assumir a famosa catedral de Zurique, ele decidiu optar por sermões expositivos, iniciando pelo evangelho de Mateus. Suas mensagens ajudaram no reforço da solidariedade política e social, aumentou o senso da uniformidade cívica e completou a revolução das classes médias dominadas tanto pelos bispos como pelos patricios.

Sua teologia pode ser apresentada em cinco tópicos:

1. *O Criador em Vez das Criaturas* - Sentiu a necessidade de uma reafirmação mais categórica e forte da doutrina da Criação, tão somente pelo poder da palavra de Deus. Disso, entendia que *o caráter derivava-se da existência humana ligada à lealdade absoluta devida a Deus.*
2. *A Providência em Vez do Acaso* - Afirmava que *a providência de Deus não está relacionada apenas com os grandes eventos da história, mas também com as minúcias da vida diária.*
3. *As Escrituras Sagradas em Vez da Tradição Humana* - A regra de fé e prática, para ele, foram as Escrituras. Através delas, ele entendeu sua *conversão, seu ministério pastoral, seu ministério político e seu ministério profético.*
4. *A Religião Verdadeira em Vez da Religiosidade Cerimonial* - Sua ênfase na *mediação da graça de Deus, disponível somente por meio de Cristo e comunicada diretamente pelo Espírito Santo, removeu as escoras da religião medieval.* Simplificou, ao máximo, o serviço litúrgico, referindo-se ao antigo cerimonial como: *monte de lixo cerimonial e bobagem.*
5. *O Reino Eterno em Vez da Moralidade Particularizada* - Desde o início, estava ele mais interessado nas implicações sociais e políticas da Reforma. É neste tópico que podemos enxergar alguns poucos passos na direção de uma reconciliação integral.

3. JOÃO CALVINO

Como último dos três reformadores que desejamos citar, dentre todos os demais, o nome e o trabalho de João Calvino são importantes na avaliação da sua compreensão da missão da Igreja. Foi ele um reformador da segunda geração, pois, quando seu ministério eclodiu, Zuínglio já havia falecido, Lutero estava um tanto quieto, a Igreja Romana resurgindo e a reforma radical fragmentada.

O historiador francês, E.G. Léonard, intitulou o último capítulo de sua “History of Protestantism” de “*Calvino - o Fundador de uma Civilização*” (GEORGE, p.166, 1994).

Ele foi pastor, professor, escritor, teólogo, estadista, marido e pai. Suas famosas *Institutas* são referências para qualquer estudioso da Bíblia e da vida da Igreja. Por questão de espaço, não nos é possível alongar os comentários, mas precisamos ter uma noção da sua compreensão da criação e da participação humana no governo de todas as coisas.

O poder de Deus resplandece na criação do mundo e no contínuo governo do mesmo. Deus imprimiu os sinais de sua glória em todas as suas obras (CALVINO, 1968, p.13).

(Devemos conhecer a Deus) não somente como Criador do mundo e o único autor e reitor de tudo quanto há no mundo, mas, também, como redentor, na pessoa de nosso Mediador, Jesus Cristo (o remédio para o homem caído e para a corrupção da natureza) (CALVINO, 1968, p.27).

A perspectiva de Calvino pode ser assim resumida:

1. *Negócios com Deus* - Já que cada ser humano recebeu uma semente da glória de Deus, “a semente da religião ou sentido da divindade”, cada qual reagirá ou negociará com Deus, a partir desta semente.
2. *Perdidos no Labirinto* - Uma das imagens favoritas de Calvino, para a alienação humana em relação a Deus, era o labirinto. Assim, posto que a imagem primitiva de Deus permanecesse no humano, ela fora, completamente, estragada e desfigurada. Em sua condição decaída, “a razão natural nunca poderia guiar os homens a Cristo.
3. *Revelação Adaptada* - Para cobrir a enorme distância entre nós e sua glória celestial, desceu até nós, por meio da Palavra. “Deus adapta-se à nossa capacidade ao comunicar-se conosco” (GEORGE, 1994, p.189-190).

Talvez possamos encontrar algum sinal do que temos chamado de Mandato Cultural, quando Calvino trata da Criação e Providência. Via ele o mundo como *um teatro deslumbrante da glória de Deus*.

Conseguiu enxergar que a natureza foi criada não só para a glória de Deus, mas também para beneficiar e honrar a raça humana.

O mundo foi criado para a glória de Deus, mas não sem consideração pelo benefício da humanidade. De fato, toda a criação, incluindo os anjos, foi designada para realçar a vida humana (GEORGE, 1994, p.202).

Quanto à missão da Igreja, num primeiro momento, Calvino deu sinais de seguir a posição de Lutero, vendo a Igreja como apolítica. Porém, no desenvolver do seu pensamento, nas diversas edições das Institutas, percebe-se uma mudança conceitual. Passou a ver a Igreja como Mãe - onde somos gerados na fé - e Escola - onde nossa fé se desenvolve. Reagiu, fortemente, contra a postura anabatista, que ansiava por uma *congregação como um conventículo retirado da cultura ao redor*. Preferia ele o *Cristianismo Estabelecido*.

Longe de advogar o afastamento do mundo, Calvino incitava os cristãos a estarem engajados nele (GEORGE, 1994, p.243).

Sua consciência de que era finito e não conseguira abranger todo o conhecimento de Deus se expressa na frase: *Tudo o que fiz nada vale. Sou uma criatura miserável!*

Na busca para se definir o que é missão, a teologia reformada, bafejada pelas novas perspectivas que a própria Reforma havia levantado, teve uma intensidade maior do que a própria teologia católica, como afirma Müller:

Mais intensivos que os católicos, os protestantes do séc. XVII e seguintes, preocuparam-se com o conceito e a teoria das missões. Teólogos como Filipe Nicolai, João Henrique

Ursino e Gottfried Arnold sabiam o que intencionavam ao falarem da difusão do Reino de Cristo pelo mundo todo. O pietista Filipe Jacó Spener (1635-1705) falava da “expansão” do Reino de Deus e da “promoção” da glória de Deus e de Cristo: “Deus não espera que os pagãos venham e procurem a sua graça. Ele vai-lhes ao encontro, visitando-os”. O professor Gisberto Voetius (1589-1676), de Utrecht, classificava o objetivo da missão na seguinte graduação: conversão dos pagãos, implantação da Igreja, glorificação de Deus. O batista inglês Willian Carey (1761-1834), por vezes cognominado como “pai da missão moderna”, em seus escritos programáticos sobre a missão, fala da “conversão dos gentios” e da obra da instrução dos pagãos. O empenho sistemático por uma definição da missão começou só com Gustavo Warnek (1834-1919) (MÜLLER, 1995, p.34).

Já nas discussões sobre o objetivo mesmo da missão, o reducionismo da “salvação da alma” e a forte ênfase da experiência pessoal e individual com Deus produziram tensões que acompanham a mentalidade reformada até hoje.

No lado protestante, as questões continuaram mais acirradas. G. Warneck se deparou, através do pietismo, com uma valorização excessiva da conversão individual. O isolamento contém em si o perigo da atrofia, priva da bênção do recíproco serviço articulado e esvazia a fé cristã da garantia humana da permanência e da viabilidade de seu pleno efeito (MÜLLER, 1995, p.77).

Vários congressos, em especial as Assembleias Gerais do Conselho Mundial das Igrejas, cooperaram para apressar as mudanças conceituais na família reformada. Uma delas, que tem sido considerada como marco histórico, foi a de Uppsala (1968). Nasce aí, de alguma maneira, a “Teologia da Revolução”.

A partir daí (Uppsala), também, nos círculos protestantes, o chamado pela “co-responsabilidade pelo mundo”, pela proclamação de Jesus “em circunstâncias em constante mutação”, e por uma “Teologia da Revolução” não pôde mais ser escondido. Não se tratava mais só de desenvolvimento e paz, mas, igualmente, de mudança de estruturas. O conceito de “Shalom”, que significa: paz, integridade, comunidade, harmonia e justiça, tornou-se o slogan ou o conceito chave da teologia. H.Bürkle, com referência à Uppsala, diz: “foram se delineando as primeiras consequências de identidade geral de Igreja e missão, no contexto universal. O acento dos temas desloca-se, claramente, para questões sociais hodiernas.” (MÜLLER, 1995, p.82 e 83).

Experiências ecumênicas foram produzindo novas perspectivas, especialmente nas declarações finais redigidas como conclusões de congressos e encontros. Vê-se, pela data de um desses documentos, que a preocupação por uma salvação integral, que inclui, sem dúvida, as demandas do Mandato Cultural, ainda são muito recentes.

Em julho de 1982, o Comitê Central do Conselho Ecumênico das Igrejas assumiu as reflexões que desde anos vinham sendo discutidas na “Comissão para Missão e Evangelização” e ganharam formulação na dita declaração. Os cristãos evangélicos, ortodoxos e católicos romanos chegaram a um acordo impressionante. “Em cumprimento de seu encargo - tal é o teor - a Igreja é conclamada a anunciar a Boa Nova em Jesus Cristo, o perdão, a esperança e um novo céu e uma nova terra. Compete-lhe denunciar potestades e violências, pecados e injustiças. Deve consolar viúvas, órfãos e os de coração partido. Deve curar e reanimar; deve celebrar a vida no meio da morte” (MÜLLER, 1995, p.84).

Estas experiências ecumênicas, que incluíam o catolicismo, despertaram também a família reformada para projetos de cooperação, os quais

permitiram um desenvolvimento mais rápido da noção de parceria na missão. As iniciativas nos séculos XIX e XX despertaram a necessidade de cooperação e de coordenação do trabalho. As Sociedades Bíblicas da Europa e dos Estados Unidos da América, no início do século XIX, exigiram uma colaboração ecumênica mais estreita. A Aliança Evangélica e a Irmandade de Oração contra a Descrença exortaram a uma campanha de oração, em conjunto, em 1846. Em 1855, formou-se a Associação Cristã de Moços (ACM), e em 1894 a Associação Cristã de Moças, trazendo, ainda que vagarosamente, novos conceitos sobre a participação da mulher na missão. Em 1875, nasce a Aliança Reformada Mundial.

Talvez, no século XIX, o fato que determinaria as mudanças mais profundas no século XX, ligado à missão da igreja e à integralidade do evangelho, tenha sido a edição do livro de J. R. Mott (1865-1955), que presidia a Federação Universal de Movimentos Estudantis Cristãos. O jovem lenhador, que recebera sua formação via ACM, em 1900, publicou: *“A Evangelização do Mundo Nesta Geração”*. Ele foi a alma da Conferência Mundial da Missão, em Edimburgo, 1910, onde havia 1.200 delegados, representando 150 sociedades missionárias de igrejas não católicas e não ortodoxas.

Fazendo uma avaliação das oito conferências, desde Edimburgo até Melbourne, P. Potter afirmou:

Foi uma longa peregrinação de Edimburgo a Melbourne. E assim devia ser, porque houve grandes acontecimentos, tanto na vida dos povos e nações, como também, nas igrejas, mediante o movimento das missões. O mais notável, nesse período, é a extraordinária audácia, a valentia, a prudência, a fé, a esperança e o amor, de que deram provas todos quantos se achavam envolvidos neste grande movimento (MÜLLER, 1995, p.110).

Ainda que vagarosamente, o conceito de missão integral passava a fazer parte da agenda dos movimentos missionários, especialmente, despertando a Igreja para, não só se preocupar com a “salvação da

alma”, mas também de sinais desta mesma salvação ou do Reino de Deus, que fossem manifestos. Da Conferência da Cidade do México, em 1980, temos uma conclusão que poderia, sem sombra de dúvidas, receber o título de *Mandato Cultural*:

“A comunidade cristã, precisa reconhecer que Deus a envia a um *mundo secular*. Os cristãos precisam ocupar seus lugares onde estiverem: no escritório, na fábrica, na escola, na agricultura, lutando sempre pela paz e por uma ordem justa, no relacionamento com os diversos setores sociais e raciais” (MÜLLER, 1995, p.111).



Símbolo de Calvino

“*Eu te ofereço meu coração, pronta e sinceramente!*”

(Extraído da capa do livro: “A Tradição Reformada” –
Editora Pendão Real)

3.A TEOLOGIA EVANGÉLICA LATINO-AMERICANA

Talvez, a compreensão do Mandato Cultural, em si, como está definindo, não se encontre com facilidade na teologia reformada latino-americana. Um tema que, em geral, é muito mencionado e já conta com algum conteúdo mais desenvolvido é o do Reino de Deus.

Sem dúvida, este maior tema da Bíblia nem de longe está sendo tocado, pois há muito que se estudar, aprender e descobrir. Porém, esta realidade poderá contribuir, em muito, para o entendimento do Mandato Cultural, como uma das demandas do próprio Reino de Deus.

Snyder, em seu livro: *“La Comunidad del Rey”*, destaca que:

Apesar das diferenças denominacionais ou de outro tipo, as igrejas cristãs, dentro de uma sociedade determinada, em geral, revelam uma perspectiva teológica, notadamente, similar. As tradições denominacionais podem diferir, porém, com frequência, é evidente uma posição comum. Esta perspectiva comum existe hoje dentro do protestantismo latino-americano. Ainda que inclua uma ampla variedade de denominações e de tradições específicas, o movimento evangélico mostra, claramente, um particular ponto de vista teológico, marcado pela forma da cultura e da herança comum do movimento evangélico na controvérsia entre modernismo e fundamentalismo. Este ponto de partida é a *consciência do Reino* (SNYDER, p.25, 1985).

Diante de toda a gama e abrangência do assunto Reino de Deus, há, pelo menos, cinco elementos essenciais para sua compreensão:

Primeiro, *uma ênfase na dimensão cósmica do evangelho*. A salvação pessoal é o centro do plano cósmico

de Deus, porém, não é a circunferência toda do plano. Todo o primeiro capítulo de Efésios ensina que a redenção pessoal se encaixa em um desígnio cósmico divino integral, a saber, a reconciliação de todas as coisas, em Cristo. De fato, a Bíblia inteira fala do desígnio cósmico de Deus muito mais do que a reflexão da teologia evangélica, hoje. Esta dimensão cósmica precisa ser redescoberta e explorada. Em termos teológicos tradicionais, precisamos nos recordar que Deus é soberano e que Jesus Cristo já conquistou os principados e potestades.

Segundo, *uma recuperação da amplitude dinâmica da Palavra de Deus*. É uma simplificação dizer que a neo-ortodoxia via a Cristo como a Palavra de Deus, enquanto que o movimento evangélico vê a Bíblia como Palavra de Deus. Está claro que a Bíblia mesma, é uma realidade dinâmica, Deus comunicando-se, que compreende tanto Jesus Cristo como a Bíblia. Ela é dinâmica, criativa e sempre nova.

Terceiro, *uma recuperação do sentido da história*. O Reino de Deus é um fato histórico. É o resultado da ação de Deus, em toda a história, sobretudo, na história de Cristo - vida, morte, ressurreição. Os evangélicos precisam reafirmar a importância da ação humana dentro do processo histórico, sem, ao mesmo tempo, dicotomizar ou deificar a história.

Quarto, *uma nova ênfase na ética do Reino*. Os ensinamentos de Jesus, claramente, estabelecem que o Reino de Deus é uma realidade presente e significa um estilo de vida e de discipulado.

Quinto, *um ponto de vista cristão da cultura*. Este é um componente necessário de uma visão do Reino. Há um *Mandato Cultural* para o cristão, assim como há um *Mandato Evangelístico*. O evangelho se interessa pela totalidade da sociedade, não somente na igreja institucional. A esfera da ação de Deus não se limita ao círculo de crentes, senão que compreende toda a criação, como nos recorda, repetidamente, a Bíblia (SNYDER, p.34-35, 1985).

O paradigma do Reino de Deus para a missão da Igreja vem ganhando corpo, através de estudos, pesquisas e livros que destacam aspectos desse Reino. Creio que esta poderá ser a grande chave para que o conceito de Mandato Cultural, também, seja assimilado e explorado, pois a primeira manifestação do Reino com que o ser humano teve contato foi o Reino da Criação, no qual estava plenamente inserido, bem como tinha funções de parceria, sendo um vice-rei de uma manifestação do Reino de Deus que, também, tornou-se reino dos homens.

No Antigo Testamento, as afirmações sobre o reino de Deus são caracterizadas pelo dinamismo e pela historicidade. Podemos destacar três aspectos da soberania de Javé, expressos no Salmo 47:

1. Ele é aclamado como rei de Israel, a nação que escolhera como objeto especial de seu amor (Dt.7,7);
2. Javé é exaltado como rei de todas as nações, aquele que subjuguou povos a Israel;
3. O domínio de Javé abrange, além de Israel, todas as nações, “toda a terra”. Esta expressão descreve o domínio cósmico de Javé (ZABATIERO, p.152-153, 2000).

A ausência do conceito do Mandato Cultural, como um dos itens, ou o primeiro, para a compreensão da missão da Igreja, permite que, ainda, se entenda a missão só a partir de Gênesis 12, ignorando-se todos os capítulos anteriores.

Esta redução se manifesta, também, no meio protestante latino-americano. Ao pesquisar o livro: “*Missão, Unidade e Identidade da Igreja*”, (CLAI 2000), usado no processo regional de reflexão para a Quarta Assembleia Geral do Conselho Latino-Americano de Igrejas (CLAI), que seria realizada em janeiro de 2001, em Barranquilla, Colômbia, bem como a Consulta Latino-Americana sobre Missão, o texto introdutório: “Bases Bíblicas para a Missão”, de Paulo Roberto Garcia, tendo

como reatores José Adriano Filho, Anete Roese e Cibele Kuss, em nenhum momento se menciona o Mandato Cultural como peça fundamental para a missão da Igreja.

O importante Congresso de Lausanne em 1974, ainda que não tenha tratado do assunto de maneira profunda, até porque as questões ecológicas não estavam tão em pauta como hoje, manifestou sua crença de que a salvação em Cristo começa com a *vida nova* para aquele que nele crê, avança para a *nova comunidade*, destacando que, além do aspecto pessoal, a salvação tem uma abrangência também coletiva e inclui o *novo mundo* que Deus criará um dia. “*Estamos aguardando não apenas a redenção e ressurreição de nossos corpos, mas a renovação de toda a ordem criada, que será liberta da corrupção, da dor e da morte*” (Rm 8.18-25). A ressurreição de Cristo foi o início e a garantia dessa renovação cósmica.

Porém, devemos destacar aquelas comunidades de linha reformada que estão em busca de um conceito mais amplo da missão, como fez a Igreja Metodista do Brasil, ao se debruçar sobre sua estrutura e conceitos, com a disposição de reformulá-los, à luz das novas demandas da fé, bem como das reconquistas das características saudáveis que marcaram ao longo da história. Nesta busca, entenderam que a Igreja possui uma estrutura carismática e, a partir dela, a vida da Igreja foi estabelecida, aproveitando os ministérios, funções e dons, ferramentas que o Santo Espírito dá à sua Igreja. Este importante documento se encontra registrado no livro: “*Igreja: Comunidade Missionária a Serviço do Povo*” (Imprensa Metodista, 1991).

Como reflexão do tema da ecologia ligado à missão da Igreja, cabe destaque o trabalho feito pela Faculdade de Teologia da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (FATIPI), na Revista Teologia e Sociedade, número 8, dedicado ao tema Ecologia & Espiritualidade, com o seguinte conteúdo: 1. Câmbio Climático e Ecoteologia – Guilherme Kerber; A Doutrina da Criação à Luz da Ecoteologia – Paulo de Góes; O Cuidado Pastoral e a Ecologia – Shirley Maria dos Santos Proença;

A Teodiceia na Teologia Cristã: O Mal na Criação – Reginaldo von Zuben; Teologia Missional Sócio-Ambiental – Timóteo Carrier; A Água, A Terra, Paraíso e Inferno Ecológicos – Derval Dasílio; Ezequiel e a Sustentabilidade: Uma Leitura Ecológica de Ezequiel 47 (Revista Teologia e Sociedade, número 8, Outubro de 2011, Faculdade de Teologia da IPI do Brasil).

Uma tensão que marcou por muito tempo e profundamente a questão missiológica na teologia reformada em geral, com consequências desastrosas na América Latina, foi a relação entre Ação Social e Evangelismo.

Nascimento Filho assim resume as principais características desta tensão:

1. A Ação Social é um alheamento do evangelismo;
2. A Ação Social é uma traição ao evangelismo;
3. A Ação Social é evangelismo;
4. A Ação Social é um meio para o evangelismo;
5. A Ação Social é uma manifestação do evangelismo;
6. A Ação Social é um resultado ou consequência do evangelismo;
7. A Ação Social é parceira do Evangelismo;
8. A Ação Social e o evangelismo são, igualmente, importantes, porém, aspectos diferentes da missão total da Igreja;
9. A Ação Social é parte da proclamação do evangelho (ANTUNES FILHO, p.26-33, 1999).



3

O MANDATO CULTURAL
E A MISSÃO DA IGREJA

I. A CRIAÇÃO E O MANDATO CULTURAL COMO PONTOS DE PARTIDA DA MISSÃO

Missão quer dizer atividade divina que emerge da própria natureza de Deus. Ora, o Deus vivo da Bíblia é um Deus que “envia”; eis aí, portanto, o significado da palavra. Ele enviou os seus profetas a Israel, e enviou o seu Filho ao mundo. Este, por sua vez, enviou os apóstolos, os setenta e a Igreja. Enviou também o Espírito Santo à Igreja, e hoje o envia aos nossos corações (PADILHA, 1982, p.35).

Sem dúvida, precisamos partir deste conceito de missão, a fim de compreendermos a própria criação e o Mandato Cultural como pontos de partida desta mesma missão. Afinal, antes mesmo de enviar os profetas, Ele *enviou* o ser humano para administrar a sua criação. De fato, este foi o primeiro envio. A criação, como um todo, seria o palco e lugar da execução deste envio.

Assim como o Pai me enviou, disse Jesus, também vos envio a vós (Jo 20.21). O mesmo ambiente da missão do homem passa a ser o da missão de Jesus. Porém, devemos nos lembrar de que a missão do homem se iniciou no ambiente de Jesus, o primogênito de toda a criação.

Temos assim o mundo de Deus como lugar de ação do ser humano e, em ambos, o lugar para a manifestação de Jesus. Ambos, humanidade e Jesus, foram *enviados ao mundo*, ambiente, com o mesmo propósito: *para servir*, isto é, influenciar no *ambiente e na ambiência* das pessoas.

Missão, portanto, não significa tudo o que a Igreja faz (não inclui nem mesmo o culto, por exemplo). Dizer que “a igreja é missão” soa bem, mas não passa de exagero. A palavra “missão”, não serve, também, para designar tudo o que Deus faz na terra.

Pois Deus é criador e permanece em constante atividade no mundo tanto na providência como na graça comum. Outra coisa, porém, são os propósitos pelos quais Deus mandou seu Filho, o seu Espírito, os seus apóstolos e a sua igreja ao mundo. “Missão”, antes de tudo, significa tudo aquilo que a Igreja é enviada ao mundo para fazer. Ela abriga a dupla vocação da igreja que é *ser o sal da terra e luz do mundo*. Pois Cristo *envia* a Igreja à terra para ser o sal dela, e *envia* ao mundo para que lhe sirva de luz (PADILHA, 1982, p.38).

A criação e o Mandato Cultural, como pontos de partida para a missão da Igreja, ainda que não sejam tão compreendidos e desenvolvidos, encontramos, nos estudos contemporâneos, conclusões animadoras sobre o tema.

Na Consulta de Foz do Iguaçu, em 1999, quando se procurou fundamentar a Missão da Igreja, colocou-se de maneira muito clara que é: *Deus: A Fonte, A Origem e o Fim da Missão*.

Pudemos constatar anteriormente que, tanto na pregação em Atos quanto nas Epístolas de Paulo, Deus é apresentado como o criador do mundo e Senhor soberano da história. Paulo chega mesmo a afirmar que as autoridades “seculares” que governam a sociedade foram estabelecidas por Deus (Rm 11.15) (FERNANDO, 2001, p.273).

Creemos que a soberania de Deus manifesta em primeira mão para o ser humano na criação estabelece o paradigma da nossa atuação no mundo, em Missão.

Se o mundo é de tal maneira o lugar da atividade de Deus, então os cristãos precisam pensar neste como um lugar chave para o seu serviço. A missão trinitariana deveria incluir o

envolvimento com o mundo, onde os cristãos deveriam procurar exaltar os valores de Deus (alguns diriam “os valores do Reino”), de modo que as várias estruturas da sociedade possam ser trazidas para dentro da conformidade com a vontade de Deus. Alguns não incluiriam este tipo de atividade debaixo da palavra “missão”. A Igreja continuará a debater sobre a natureza do relacionamento entre estas atividades, o evangelismo, a própria igreja e o reino de Deus. Enquanto esses necessários debates continuam, e esperamos que eles nos ajudem a esclarecer a natureza de nossa missão, podemos afirmar que, a partir de nossa crença em Deus como criador do mundo e Senhor soberano da história, seremos levados a um envolvimento ativo com este mundo (FERNANDO, 2001, p.274).

Analisando o conteúdo da evangelização da *igreja primitiva*, no histórico Congresso de Lausanne, Suíça, em 1974, Michael Green destacou a importância da criação como ponto de partida da missão:

O Lugar do Criador – Frequentemente, na evangelização atual, apresentamos Jesus como uma espécie de sabão em pó que lava mais branco, ou como uma viagem para pôr fim em todas as viagens. Nós isolamos a experiência da verdade. *Deixamos um Deus Criador e santo fora da cena. Não devemos fazer isso, ou nossos conversos superficiais manterão sua fé religiosa cuidadosamente isolada de qualquer pensamento acerca da vida cotidiana. Não devemos fazê-lo, pois isso significaria infidelidade ao Evangelho e a seus primeiros pregadores. Deus é tanto Criador quanto Redentor. Deus se preocupa com o trabalho de cada dia tanto quanto com o culto dominical. Criação no começo, redenção no meio e nova criação no fim, são três aspectos do Evangelho da salvação que não se podem conceber separadamente. Apesar*

disso, deixamos de fora a criação e nos perguntamos por que é que os cristãos não integram sua fé em sua vida cotidiana de trabalho. (GREEN, 1982, p.81 – grifo nosso).

Edésio S. Cetina, mexicano, pastor presbiteriano e doutor em exegese e teologia bíblica do Antigo Testamento, ao analisar a missão de Israel às nações, no Pentateuco e profetas menores, assim se expressa:

A afirmação missiológica básica da Bíblia aparece, primordialmente, nos onze primeiros capítulos de Gênesis. Neles, se busca, de maneira global, o anelo de Deus para a humanidade e o mundo, bem como a resistência humana em entender, comprometer-se e realizar a missão e o projeto divinos. Os primeiros onze capítulos são fundamentais, pois neles se assinalam as pautas divinas para a humanidade. Nesses capítulos, a Palavra de Deus demonstra o projeto de Deus e enumera os elementos chaves da missão universal e eterna. O primeiro tema que surge é o da unicidade e singularidade do Deus da Bíblia. O capítulo 1 de Gênesis é um canto à soberania, poder e singularidade do Deus verdadeiro. A diferença dos relatos da criação, conforme Gênesis 1.1-2.4 que aparecem nas religiões, em torno do assunto, não só excluem as outras divindades e poderes na obra da criação, senão que, claramente, separam o Criador das criaturas. O sol e a lua, que nas religiões egípcias e mesopotâmicas figuram como divindades, enquanto que, em Gênesis 1, seus senhorios estão reduzidos a presidir o dia e a noite. Não aparecem como executores da criação e nem como senhores da vida humana. De acordo com esta passagem, o primeiro compromisso missionário humano é exercer domínio sobre a criação, de modo que Deus o exerce. Segundo este princípio teológico, a missão da igreja tem seu ponto de partida no fato de que o ser

humano é o “senhor” do criado neste planeta. Realizar a missão significa reconhecer o compromisso que temos, homens e mulheres, com as responsabilidades imediatas do que se passa em “nossa casa grande”, a terra; uma responsabilidade que resulta da inquestionável unidade entre a soberana vontade de Deus e o senhorio humano sobre este planeta. O fato de compartilhar senhorios tem várias implicações para nossa compreensão da missão de Deus, para nós.

Em primeiro lugar, porque na responsabilidade de exercer esse senhorio, nada se interpõe entre Deus - o soberano universal - e o ser humano - seu representante aqui na terra. Deste modo, se exclui, de entrada, a participação de outro poder, além do de Deus, em nosso papel de vice-reitores. A missão, de acordo com a Bíblia, é, em sua raiz, uma força iconoclasta: destrói ídolos e desmascara e despacha deuses falsos.

Em segundo lugar, a missão consiste em ter a responsabilidade de manter, bem arrumado, este cosmos, a terra, que Deus nos tem dado para guardar e cuidar. Missão na Bíblia significa mordomia ecológica e cuidado com o meio ambiente. A missão que Deus nos tem encomendado somente poderá ser executada, se mantivermos um marco, de onde a linha de autoridade permanece como propõe Gênesis 1.1 2.4; *DEUS - SER HUMANO - ANIMAL*.

Em terceiro lugar, o senhorio que Deus exerce e comunica ao ser humano é, sobretudo, por palavra. De acordo com Gênesis 1, a criação se executa por meio da palavra divina. Só o ser humano é criado de maneira diferente. O ser humano recebe autoridade por meio da palavra imperativa de Deus. Na relação entre o ser humano e Deus, nenhum outro poder ordena às pessoas o que tem que fazer ou dizer, senão Deus. A palavra que dirige ao ser humano em sua proclamação e em seu atuar é a palavra de Deus e ninguém mais. Por Ele, a missão que o ser humano recebe por encargo não pode permitir a ingerência

de nenhuma outra palavra que não seja a de Deus. De acordo com Gênesis 3, o esquema de autoridade se inverte: *ANIMAL-SER HUMANO - DEUS*. O *animal* é o que passa a dar ordens, o ser humano põe em dúvida a palavra de Deus. Quando se corrige o esquema de autoridade, no mesmo capítulo, a partir da promessa de Deus, retomando a palavra e restabelecendo a ordem, já não há mais harmonia e vida plena. O pecado minou a vida total de nosso planeta. E, a partir daí, a missão entra em uma nova dimensão, que será sempre vista, julgada e mudada, a partir do projeto inicial de Deus. Os capítulos seguintes de Gênesis mostram as áreas de alienação e pecado, nas quais se desenvolveu e se desenvolve uma vida humana, longe de Deus e aleijada em seus desígnios: fratricídios - (4.1-16); vinganças - (4.1-16); maldade - (6.5); orgulho e desobediência - (11.1-9). Tratam-se de situações para as quais a missão de Deus convocará seu povo, para que, juntos, voltem a fazer desta terra, um cosmos, um mundo de Deus e para Deus. Por isso, é importante retomar os princípios teológicos de Gênesis 1 e 2. Porque essas passagens não só falam da missão, no contexto da soberania de Deus e da nomeação do ser humano como seu “lugar-tenente”, como também, assinalam elementos chaves da missão. Como ser criado “à imagem e semelhança de Deus”, foi criado em uma realidade plural e comunitária. O ser humano, ele que reflete, de verdade, a glória de Deus, não só exerce sua autoridade, como também é uma comunidade e não um indivíduo. Assim como Deus é, para sempre, uma realidade comunitária, sua imagem também o é. A missão não pode ignorar este fato. Porque essa comunidade humana é, em primeiro lugar, um casal (homem e mulher) e, em segundo lugar, uma família (Gn 5.1-3). A missão deste ângulo, afirma a igualdade entre homem e mulher e tudo o que concerne às responsabilidades e privilégios. Gênesis 1.28-30 e 2.18-25 são claros ao indicar que a tarefa humana não restringe nem libera nenhuma das responsabilidades que se

mencionam como suas tarefas.

A missão, a partir dos ensinamentos destes capítulos, coloca a família em um lugar de base, indiscutível, da sociedade. Por isto, quando Deuteronômio 6.4-9, fala do lugar da educação para a vida, coloca o ensino mais central da fé bíblica. A missão de educar o ser humano, como imagem de Deus, se realiza desde um lugar e se faz nesse lugar. Em alguma coisa, tem fracassado a missão global da igreja, neste caso. A tarefa evangelizadora tem caído, diante do individualismo da cultura ocidental. De acordo com o testemunho global da Bíblia, o sujeito e objeto da missão, como entidade humana, não é o indivíduo, senão, a família.

Finalmente, a missão de acordo com Gênesis 1 e 2, se realiza na compreensão de que o senhorio que Deus outorga ao ser humano não dá base para que o homem domine sobre a mulher, nem a mulher sobre o homem, nem para que uma raça ou etnia domine sobre outra. Em nenhum momento, Gênesis 1 e 2 fala de uma autoridade exercida por um ser humano sobre o outro. Tratar de dominar o outro ser humano é usurpar do lugar de Deus. A missão, portanto, não deverá promover nenhum tipo de supremacia de sexo, raça ou etnia. O ensino de Gálatas 3.27-28 e a constante afirmação da preocupação divina com os marginalizados, oprimidos e vulneráveis não deixa lugar para dúvidas (CETINA, 1998, p.37-43).

Ao deslocarmos o foco do ponto de partida da missão da igreja para os primeiros capítulos de Gênesis, teremos uma compreensão muito mais ampla desta missão do que se partíssemos do tradicional capítulo 12 – O Chamado de Abraão, porque a graça redentora de Deus já se manifesta para toda a humanidade e criação não em separado, mas em conjunto, trazendo, desde o início, o propósito missional de Deus, em sua maior amplitude.

Qualquer teologia de missão que pretenda arraigar sua autoridade na revelação bíblica deve, necessariamente, começar com os vários relatos da criação no Velho Testamento. Pois, se a preocupação principal da obra missionária é realizar o propósito de Deus no mundo e a seu favor, certamente cabe-lhe partir da análise do propósito de Deus na criação desse mundo. Ali, aparecerão as primeiras indicações da graça redentora de Deus para a humanidade, e não somente para os hebreus. Por isso, é mister que o advento da raça humana se apresente como o primeiro tema na ordem da composição bíblica. Sem o contexto dos atos criativos de Deus, perdemos o sentido do seu plano redentor. Dessa forma, a missão da Igreja encontra as suas raízes mais profundas na missão de Israel; esta, por sua vez, se baseia intimamente no plano redentor de Deus para toda a humanidade, como encontrado nos relatos da criação. Aqui, é evidente que, desde o início, a mensagem bíblica é universal e, por esta razão, missionária. Os relatos da criação têm, como seu tema inicial, a ordem na criação e, ainda mais especificamente, o Reino de Deus que dá sentido à ordem criativa. Este é o tema que permanece através de todo o escopo da Bíblia e que é fundamental para a nossa compreensão da missão mundial. Nada menos que, toda a criação, oferece a dimensão apropriada do palco da missão de Deus (CARRIKER, 1992, p.13-14).

O órgão oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, *O Estandarte*, publicou, por ocasião da Páscoa de 2002, um encarte especial, intitulado: *Páscoa na Ressurreição do Senhor*, no qual procura estabelecer um paralelo entre a obra de Jesus e a vida humana, demonstrando as consequências positivas da sua ressurreição para o ser humano.

Deve-se destacar que, na concepção de uma salvação mais abrangente, os editores não se esqueceram da criação e, muito mais, esta-

beleceram-na como ponto de partida para a missão da Igreja. O Rev. Prof. Fernando Bortolletto Filho assim se expressou ao escrever sobre: *A Ressurreição de Cristo e a Redenção da Criação*:

Os textos do início do livro de Gênesis pretendem transmitir uma mensagem de fé: Deus é o Criador e o Senhor do mundo. Nos relatos da criação, o povo de Deus percebe o alcance do poder e glória de seu Deus e recusa quaisquer explicações para a criação que não deem ao Deus Todo-Poderoso, o Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó, a absoluta supremacia (principalmente em ambiente estrangeiro, o povo de Deus era confrontado com diversas explicações para a existência do mundo). Mesmo no Antigo Testamento, o povo de Deus, ao relatar a criação, já a percebe como parte do plano amoroso e salvífico de Deus. Partindo da criação, podemos ver os atos de Deus como atos salvadores, se observarmos a partir da Bíblia, com os olhos da fé. Assim, o texto bíblico percorre a história com interesse teológico, ou seja, ele pretende mostrar que toda a criação é obra de Deus e nela o Senhor partilha o seu ser, Deus se dá e se revela, solidariamente, ao seu povo como Deus de comunicação: Deus cria pela sua Palavra. A criação reencontra em Cristo o seu eixo, o seu sentido. Nele, voltamos à intenção primeira e amorosa de Deus: *“Ele é antes de todas as coisas. Nele tudo subsiste” (Cl 1.17)*. Jesus é a perfeição de Deus, desde o princípio. Nele todas as coisas foram criadas e nele tudo é restaurado, tudo pode ser *ressuscitado!* A vida do Salvador representa a ação de Deus em continuidade; ação constante e eficaz (BORTOLLETO FILHO, 2002, p. 67-68).

A discussão sobre o ponto de partida para a missão da Igreja divide os teólogos e estudiosos do assunto. Os que optam pela compreensão de que se pode partir de Gênesis 1 e 2 dão a este ponto de partida, no estudo da missiologia, o nome de “mandato cultural”, sendo que, W. L. Lane, na revista teológica *Vox Scripturae*, diz:

Aparentemente, Abraham Kuyper, um teólogo reformado holandês, foi quem propôs esse conceito. Para Kuyper há dois mandatos, o cultural e o redentor. O primeiro é uma ordenança de Deus para toda a humanidade, quer os indivíduos sejam cristãos ou não; e o segundo é uma ordenança de Deus ao povo escolhido (LANE, W. L, 2003, p. 23).

Estabelecendo claramente sua opção da criação como este ponto de partida, Lane ainda se expressa:

Entendo que, de fato, a missão da igreja precisa ser vista no contexto da criação e a partir dela. Entretanto, ao focalizar Gn 1.28 como o mandato cultural, quase nada tem sido escrito sobre o conteúdo desse mandato e o seu desenvolvimento no texto bíblico. O que nem sempre tem ficado claro é qual o relacionamento entre o mandato cultural e o restante do ensino bíblico sobre a missão (LANE, p. 25).

Para Stam, a teologia da criação deve desempenhar um papel decisivo na nossa visão de evangelho, da missão, da igreja e de nosso discipulado (STAM, p. 11).

2. A INTERAÇÃO DA CRIAÇÃO E DO MANDATO CULTURAL COM O MINISTÉRIO DA RECONCILIAÇÃO

Howard Snyder afirmou que:

A Bíblia vê a Igreja na perspectiva cosmo-histórica – A Escritura coloca a Igreja no próprio centro da finalidade cósmica de Deus. Isso pode ser visto mais claramente nos

escritos de Paulo, sobretudo no livro de Efésios. O apóstolo se empenhou em falar da Igreja como o resultado do plano de Deus para toda a criação, porém, dentro desse mesmo contexto (Ef 1.20-23, 3.10, 6.12). Que plano cósmico é esse? Segundo Efésios, seu objetivo é que *Deus possa glorificar-se na união de todas as coisas em Cristo, através da Igreja*. Aqui, a idéia chave, naturalmente, é *reconciliação* de todas as coisas, “*as coisas do céu e da terra*” (Ef 1.10). No centro desse plano está a reconciliação do homem com Deus, através do sangue de Jesus Cristo. Mas a reconciliação trazida por Cristo se estende a todas as formas de alienação resultantes da Queda: entre o homem e ele próprio, entre o homem e outro homem e entre o homem e seu meio físico. Por mais confuso que seja o pensamento, a Escritura ensina que essa reconciliação inclui, até mesmo, a redenção do universo físico dos efeitos do pecado, na medida em que tudo se coloca sob a adequada chefia em Jesus Cristo (SNYDER, 1982, p.89-90).

A necessidade de uma reconciliação se manifesta como resultado da ruptura causada pelo ser humano, trazendo para si e para o cosmos, todas as consequências negativas possíveis.

A rebelião direta contra Deus e seu propósito atinge seu clímax. O homem, de forma desafiadora, criou uma confederação para sua própria glorificação, deixando de lado o propósito de Deus de povoar, cultivar e dominar a terra. Ele, o homem, procurou sua própria divinização e estabeleceu o padrão final daquela época. A idéia satânica de tornar-se igual a Deus, que foi implantada em Adão e Eva, nunca deixou a humanidade. Ela, finalmente, será o pecado que coroará a humanidade, culminando no Anticristo.

O primeiro capítulo da história humana, abrangendo

vários milênios, pode, dessa forma, ser resumido nas frases seguintes: a invasão do pecado (Gn 3); a evolução do pecado (Gn 4-5); a retribuição divina pelo pecado (Gn 6-7); a renovação do pecado (Gn 9); a culminação do pecado (Gn 10). Tudo isso, se manifesta no: pecado da descrença e desobediência (Adão); pecado da redenção própria e da brutalidade (Caim); pecado da poligamia e da vingança de sangue (Lameque); pecado do incesto (antediluvianos); pecado da indecência (Cão); pecado da rebelião, da autoglorificação e autodivinização (construtores da torre de Babel). A esta lista, podemos acrescentar o terrível pecado da idolatria com todos os males que o seguem, a qual é descrita, brevemente, antes do capítulo 12 de Gênesis (PETERS, 1995, p.117).

Se não houvesse a preocupação de Deus de reconciliar consigo mesmo todas as coisas, em Cristo Jesus, seria o mesmo que admitir o fracasso e a vitória, definitiva, de Satanás. Mas, movido pelo seu próprio caráter, Deus vem em busca de tudo o que é seu, por direito de criação, e agora, em Cristo, por direito de compra, já que, na cruz, sua justiça foi satisfeita.

De maneira bela, de La Peña afirma:

Aquele que cria, sem ser condicionado, toma sobre si a responsabilidade da existência do universo. É forçoso presumir que a história deste não acabará em catástrofe; o mundo criado por Deus *do nada*, isto é, por sua vontade pura e simples, não pode fracassar, posto que seu fracasso seria o fracasso do próprio Deus (DE LA PEÑA, 1989, p.107).

Dentro do grande escopo da Providência de Deus, se encontram vários aspectos da teologia, incluindo a providência de Deus na restau-

ração da criação, providência esta inclusa na obra salvífica de Cristo. Também o Mandato Cultural se encontra na mesma providência, pois Deus deseja restaurar, em Cristo e com a participação da Igreja, em especial, todos os sinais do seu Reino, que é o Reino da Luz, mesmo em meio ao reino das trevas.

A idéia de governo do mundo é, praticamente, sinônima da *providência*. Muito sensível a mal-entendidos de vários tipos, a noção cristã da providência, da forma como aparece em Mt 6.23-24 (que é a sua carta magna), significa o seguinte: no ponto da existência em que se realiza a busca pelo reino de Deus e sua justiça, o mundo começa a configurar-se não como potência ominosa ou estranha, mas como recinto acolhedor, como pátria e lar do existir. A idéia cristã de providência não remete ao milagrismo pueril, nem ao fatalismo supersticioso e submisso. Ao contrário: remete a uma busca e realização dinâmica da ordem e equilíbrio do real, a uma construção do mundo sobre fundamento genuíno. Essa atitude nasce da persuasão de que não são a fortuna, a sorte ou o azar, os fatores que presidem o mundo, mas a benevolência de um ser pessoal e paternal, e o diálogo entre ele e sua imagem (DE LA PEÑA, 1989, p.108).

Outro aspecto desta íntima relação entre Criação, Mandato Cultural e o Ministério da Reconciliação é que em Cristo tudo se funde, pois Deus criou tudo: *em, por e para Cristo!* Assim, desde o início, quando o processo entrou em marcha, havia e há um só alvo: Cristo! Por isso, conservação, governo e providência são meros aspectos de um único projeto, que atinge sua unidade e magnitude no Verbo Encarnado. Funde-se em Cristo: *Criação e Salvação!*

Paulo enfatiza a *salvação individual e coletiva através de Cristo*, e em seguida coloca a salvação pessoal na perspectiva

cósmica (Ef 1.3-23; Cl 1.3-20). A redenção do homem é o centro do plano de Deus, mas não a *circunferência* desse plano. Paulo alterna uma visão íntima do problema com uma visão de quem está situado a longa distância, focalizando a primeira (redenção pessoal) com mais frequência, mas, periodicamente, mudando para uma visão ampla, que percebe as coisas à distância e inclui “tudo”: coisas do céu e da terra; todos os principados e potestades; o cenário cosmo-histórico total. Segundo Efésios 3.10, a Igreja é o *agente* terreno da reconciliação cósmica, desejada por Deus. Isto significa que a missão da Igreja é mais abrangente do que a evangelização. Este é o papel central da Igreja como agente de reconciliação, e, portanto, a *prioridade inicial* do ministério eclesial ao mundo. Mas a missão da Igreja se estende até a reconciliação e a “cura substancial” em outras áreas também. Na medida em que a vinda do Reino de Deus ocupar a história espaço-temporal, antes da volta de Cristo, é mister que o plano divino se cumpra através da Igreja. A atividade de Deus no mundo não se limita à redenção evangélica; ela inclui, também, preservação e juízo. Assim Deus, também, age fora da Igreja e mesmo em juízo sobre a Igreja. Mas, quando se trata de redenção, a Igreja é o único agente que Deus escolheu (SNYDER, 1982, p.90 e 112).

A própria compreensão da Teologia da Eleição, fundamental para o pensamento reformado, tem superado as reduções patrística e medieval. Na primeira, Cristo não se relaciona com a história. Ele não é visto à luz de um plano de Deus mais abrangente, mas somente em termos da salvação do pecador. Na segunda, via-se a encarnação, unicamente, como redenção.

O Rev. Silas Barbosa Dias, professor de Teologia Sistemática do Seminário Teológico “Rev. Antônio de Godoy Sobrinho”, em Londrina,

PR, numa apostila distribuída em classe, sobre a relação entre Cristo e a criação, assim escreveu:

Todos os teólogos recentes querem definir o homem a partir de Cristo e não Cristo a partir do homem. Cristo não pode ser compreendido a partir da criação, mas a criação a partir de Cristo. Ele é o fundamento de toda a criação (DIAS, 2002, p.2).

Assim, partindo desta compreensão, a reconciliação feita por Deus, em Cristo, abrange a totalidade das coisas criadas e, neste caso, inclui o ministério de reconciliação da Igreja.

Percebemos que, tanto em um como em outros Mandatos, o ser humano tem uma participação efetiva, o que veremos, com mais detalhes, no próximo capítulo.

Vimos, em um dos capítulos anteriores, que Deus, no ato da criação, usou de toda sua liberdade e o fez, a partir *do nada, do caos, do sem forma e vazia!* Esta mesma atitude, Ele espera da raça humana e da *raça de sua exclusiva propriedade*, a Igreja, isto é, que do mesmo caos em que Ele transformou em cosmos, nós também, do caos em que vivemos, sem esperar que melhorias venham por si só, possamos, em obediência ao seu Mandato, transformar em cosmos. Assim, estaremos reproduzindo e prolongando o gesto do Criador: edificar a realidade!

Ao tratar do conceito de criação, já adiantamos que o mundo tem um sentido: não pode fracassar, porque Deus é o responsável por sua sorte. Agora, podemos insistir: quem cria livremente, cria com um propósito. E, se a liberdade está animada por um desígnio amoroso, esse propósito tem de ser bom. Daí, a visão otimista do mundo como característica do cristianismo, em oposição ao pessimismo cósmico dos gnósticos e ao otimismo racionalista. O otimismo cristão

conta, a seu favor, com o fato da encarnação. Efetivamente, é a encarnação que, no fim, avaliza e autentica a criação. Esta não é, jamais, uma causa perdida. A realidade é uma magnitude fundada, não infundada. É digna de crédito; vale a pena empenhar-se por ela a fundo, *porque, assim o fez o próprio Deus, na pessoa do Filho: “Amou o mundo de tal maneira, que entregou seu Filho único”* (DE LA PEÑA, 1989, p.121).

Mesmo antes da queda, o Criador já manifesta seu caráter de Salvador, pois, ao criar a raça do pó da terra, previne-se da necessidade da encarnação do Filho, para o resgate do que lhe poderia ser tomado ou roubado, como o fez Lúcifer. Assim, sendo Jesus da descendência de Adão, conforme a genealogia de Lucas, seu corpo, também, deriva-se da terra, da *adam*, podendo assumir a função do Segundo Adão, na teologia paulina.

O envolvimento de cristãos no campo da ciência natural, genuinamente comprometidos com a integralidade, tem nos mostrado que é plenamente possível integrar a vida de fé e a prática da ciência moderna, dentro de uma cosmovisão cristã. Desde Aristóteles, que procurou explicar os fenômenos naturais, em termos *teleológicos*, a teleologia é o estudo dos fins ou propósitos das coisas. Dizer que uma cosmovisão é teleológica significa que a cosmovisão entende que a realidade última é dirigida por propósitos últimos. “O cristianismo poder ser descrito como uma *cosmovisão teleológica*”, conforme o biólogo cristão, Lawrence T. Mchargue, em seu escrito: “*O Cristão e a Ciência Natural*”, 2001, p.153.

Ainda que creiamos nesse tríplice relacionamento, que é o título deste capítulo: Criação, Mandato Cultural e Ministério da Reconciliação, na prática, a ação da Igreja é ainda, muito pequena e medrosa. Pequena, porque nem sempre reconhecemos como *ministério* o fato de um irmão na fé tornar-se um cientista, um pesquisador, um professor, um médico, um lixeiro, um carpinteiro, etc. Nossa compreensão é que, estas funções

são *seculares* e não *espirituais*.

Porém, a compreensão reformada de redenção, conforme Berkhof, acarreta os seguintes pontos:

1. O fato deste mundo ser criação implica que ele e tudo o que nela há é estruturalmente bom e importante. Nada é mau; nada é enganoso; nada é inferior;
2. A condição de criação não significa somente que tudo é bom, mas também, e pela mesma razão, que nada é absoluto. Nada é menos do que uma criatura de Deus, mas também nada é mais do que uma criatura de Deus;
3. O fato de ser o mundo uma criação implica na unidade fundamental do mundo;
4. Criação significa partes, pluralidade e variedade. A variedade é tão real quanto a unidade e a unidade existe, precisamente, enquanto composta de diversas partes;
5. O fato de que o mundo foi criado pelo Deus de santo amor, que é fiel em meio à mutabilidade, significa que ele é dependente;
6. O fato de que o mundo foi criado pelo Deus de santo amor significa que o mundo está, também, aberto para surpresas e mudanças.
7. O fato de que o mundo foi criado pelo Deus da revelação, também, determina o propósito da existência;
8. Afirmamos que, se este mundo é obra do Deus de Israel, o Pai de Jesus Cristo, ele tem de apresentar o sinal do santo amor desse Deus e tem de ser direcionado para o encontro de amor com Deus. cremos que podemos aprender qual é o propósito final da criação a partir do aparecimento de Cristo;
9. Confessamos que a criação apresenta uma condição

provisória e inacabada. A criação foi feita para ser elevada, para se tornar uma realidade cujo objetivo e utilidade é ser uma forma radicalmente nova de humanidade, em conformidade com a imagem do Cristo glorificado;

10. A criação, apresentada como um *processo histórico*, daquilo que chamamos natureza, prefigura a *história da redenção* (BERKHOF, 1999, p.66-68).

O mesmo Deus que chama os *trabalhadores para sua seara* desperta, em outros corações, outras maneiras de servi-lo.

No campo da ecologia, por exemplo, a teologia tem proposto um diálogo saudável, porém, ao invés dela puxar o campo das discussões, são os ecologistas que a convidam, através das várias confissões religiosas, a tomar parte nos debates.

Seja como for, a experiência ensina que, quando os cientistas se lembram de convidar a teologia para uma discussão interdisciplinar, é porque as coisas estão indo muito mal. Ouçamos o que diz C. Birch, ecólogo e professor de biologia na Universidade de Sidney: “Na atual situação de crise ecológica, é totalmente incompreensível que as Igrejas ajam como se houvesse um plano espiritual, que é sua área, e outro plano, este secular, que pode ser deixado aos outros. É vital para as igrejas questionar, seriamente, suas relações com a sociedade dominada pela tecnologia. As melhores cabeças nos campos da teologia, da filosofia, da economia e das ciências naturais deveriam colaborar com os especialistas em dinâmica de sistemas, para organizar o pensamento e prever as consequências, das opções disponíveis diante da crise. Já que as raízes de nossas dificuldades são profundamente religiosas, pois o cristianismo chegou

a declarar, explicitamente, que é vontade de Deus que o homem explore a natureza em proveito próprio, o remédio terá de ser, essencialmente, religioso”. A convocação dos teólogos ao debate é, portanto, sintomática porque parece ser um sinal de alarme, confirmando a gravidade da situação (DE LA PEÑA, 1989, p.156).

A interação da Criação e do Mandato Cultural com o Ministério da Reconciliação não poderá ser feita de maneira mais profunda, se os cristãos não se aprofundarem nas pesquisas científicas sobre o estudo da natureza. A afirmação de Mchargue merece destaque:

Do ponto de vista moral, baseado na Escritura, o estudo da natureza parece uma busca legítima para o cristão. Talvez, num sentido mais amplo, possamos até considerar o estudo da natureza como algo de *exigência ética* para qualquer cristão no mundo de hoje. Gênesis 1.26-30 é frequentemente citado como o *Mandamento Cultural* para exercermos o domínio sobre a terra e, assim, sermos fiéis ao Criador, a cuja imagem somos criados. De um ponto de vista moral, o exercício do domínio em todas as suas ramificações requer mordomia. Dadas as questões ecológicas que nos defrontam em um ambiente frágil, e dadas as necessidades médicas e nutricionais prementes de tantas pessoas ao redor do mundo hoje, a mordomia, seguramente, requer que entendamos o mundo natural sobre o qual devermos exercer o domínio. Se isto é assim, quase não deveríamos ficar surpreendidos que alguns cristãos sejam chamados a profissões como: cientistas de pesquisa, ou, que todo cristão tenha um pouco de responsabilidade de, pelo menos, adquirir uma compreensão científica básica do mundo natural, em que nós, humanos, habitamos (MCHARGUE, 2000, p.175).

Dentro do ministério da reconciliação, há dois pontos fundamentais: regeneração e redenção. Sem estes, não há possibilidade de reconciliação. Porém, por mais que a Igreja consiga encarnar e vivenciar, em todas as suas dimensões este ministério dado pelo próprio Deus, devemos nos lembrar de que, plena e totalmente, a reconciliação se dá numa perspectiva escatológica.

As duas grandes palavras proféticas são: regeneração e redenção, embora esses vocábulos sejam, geralmente, aplicados de maneira a limitar o seu sentido àquilo que, atualmente é já passado (mas que, anteriormente, fora profecia). Muitas pessoas, que não dão muita atenção às profecias estão continuamente a manusear verdades bíblicas, que foram proclamadas quando seu cumprimento ainda era futuro. Mediante tipos, símbolos e declarações diretas, Deus narrou a história inteira com antecedência. Ninguém pode tratar de qualquer porção da regeneração ou da redenção, sem entrar em profecia. A história inteira da humanidade pode ser contada com apenas três palavras: *geração, degeneração e regeneração*.

A *regeneração* consiste do processo de restaurar, ao seu *estado original*, algo que sofreu um processo de degeneração. Esse termo aparece, apenas, duas vezes nas Escrituras. Numa delas, se refere à alma: “*Não por obras de justiça praticadas por nós, mas, segundo sua misericórdia, ele nos salvou mediante o lavar regenerador e renovador do Espírito Santo*” (Tt 3.5). Na outra ocorrência, refere-se à restauração da terra: “*Jesus lhes respondeu: em verdade vos digo que, vós os que me seguistes, quando, na regeneração, o Filho do homem se assentar no trono da sua glória, também vos assentareis em doze tronos, para julgar as doze tribos de Israel*” (Mt 19.28). A regeneração é aplicada à alma, porque houve degeneração e precisa haver restauração ao seu

original estado de perfeição, mediante lavagem e renovação. Aplica-se, também, à terra, porque ela se degenerou e desceu muito abaixo da perfeição da criação original, e tem de ser restaurada. A regeneração não diz respeito aos corpos dos santos. Não serão restaurados ao seu estado original, porquanto, neste caso, ficariam novamente sujeitos à morte. Pelo contrário, deverão ser transformados e glorificados. “*Semeia-se corpo natural, ressuscita corpo espiritual*” (1Co 15.44). Isso é superior e está além da regeneração.

A *redenção* consiste do processo de restaurar ao *proprietário original* algo que ele perdeu ou vendeu. Quando a alma é redimida, é, então, restaurada a Deus. O corpo também deverá ser redimido, isto é, restaurado ao homem (transformado e glorificado). A terra também será redimida, tirada das mãos de Satanás e devolvida ao povo de Deus. Quanto à alma, foi dito: “*Cristo nos restaurou da maldição da lei...*” (Gl.3.13); Quanto ao corpo, está escrito: “...*aguardando a adoção de filhos, a redenção do nosso corpo*” (Rm 8.23); Quanto à terra, lemos: “...*até o resgate da sua propriedade...*” (Ef.1.14) (BLOOMFIELD, 1980, p.24).

A mensagem do evangelho visa anunciar a boa notícia de que o caos pode se transformar em cosmos, o desorganizado em organizado, através da reconciliação, em Cristo. Nesta proclamação, há um perfeito entrosamento entre criação, mandato cultural e ministério da reconciliação, pois o evangelho integral visa restaurar todo o homem e o homem todo. A degeneração provocada pelo pecado fez o homem perder o seguinte:

1. *O homem perdeu a sua alma - “... porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás”* (Gn.2.17) e “...*a alma que pecar, esta morrerá*” (Ez 18.4);
2. *O homem perdeu o seu corpo - não mais poderia comer da árvo-*

re da vida e começou a se envelhecer. “...até que tornes à terra, pois dela foste formado: porque tu és pó e ao pó tornarás” (Gn 3.19);

3. *O homem perdeu a terra* - Esta se tornou sua inimiga. Só com muito suor é que o ser humano consegue, numa escala bem menor do que a planejada por Deus - dominar sobre a natureza.

Se o resultado maléfico do pecado foi tríplice, então a reconciliação, necessariamente, precisa ser tríplice. Assim, na cruz de Cristo, temos uma tríplice reconciliação:

1. *O homem recupera sua alma, através da regeneração;*
2. *O homem recuperará seu corpo, através da ressurreição;*
3. *O homem recuperará a terra, através segunda vinda de Cristo.*

O processo da restauração das terras aos seus legítimos herdeiros era chamado de: redenção, e o parente que as restaurava, mediante o pagamento do preço, era chamado de redentor. Tudo isso tipifica a grande redenção de todo o planeta (BLOOMFIELD, 1980, p.105).

A interação dos aspectos que formam o presente capítulo deve ser observada através da consciência de que, por ser uma criatura divina, o ser humano seria induzido a um respeito religioso, em face do conjunto da criação. O homem e a mulher, imagem de Deus, a quem, em Gn 1.28, se entrega o destino do que foi criado, não é, em absoluto, o senhor arrogante e despótico. É apenas intendente e gerente, administrador e tutor. O encargo que recebeu não o autoriza a saquear, extenuar e destruir a realidade que lhe é confiada e da qual é solidário (Gn 2.7), mas, sim, o obriga a promovê-la, dar-lhe tutela e levá-la até à plenitude. O gerenciamento subtende sabedoria, prudência e fidelidade, e exclui o egoísmo, a avareza e a irreflexão.

Entretanto, *o homem natural não entende das coisas de Deus*, exatamente, por causa da queda. Por isso, através do ministério da reconciliação, Deus levanta *homens espirituais*, com valores transformados e transformadores, os quais deveriam ser os primeiros a levantar a voz e a agir, em obediência ao *Mandato Cultural*, não apenas baseados em perspectivas de melhorias humanas, mas, acima de tudo, para manifestar o poder reconciliador de Deus, que, *em Cristo, reconciliou, consigo mesmo, todas as coisas!*

Quando o homem abusa do encargo que recebeu, as conseqüências são, tanto o seu próprio envelhecimento, como o do meio ambiente, que lhe é vital. A esse processo de degradação, refere-se o profeta Oséias: *“A terra está profanada sob a ação dos seus habitantes... a maldição devorou a terra e os seus habitantes, recebem o castigo”* (Os 4.1-3), ou em Rm 8.19s, onde se fala de um mundo em que o pecado do homem deixou as marcas da corrupção e que espera, ansiosamente, ser libertado dessa escravidão (DE LA PEÑA, 1989, p.159).

Na perspectiva escatológica, esta relação fica muito mais nítida, pois, a redenção final abrangerá, também, a terra, que foi destinada por Deus, desde o princípio, *próton*, a uma plenitude feita de fecundidade, riqueza de águas e de vegetação, florescimento das estepes, reconversão do deserto em áreas verdes, conforme Isaiás 35.1-10. O ideal divino e bíblico aponta para o *éscathon*, isto é, através de Cristo, a instalação e integração do homem a *uma nova terra, que desce do céu, porque as primeiras coisas já passaram*. Nesta integração humana com a natureza rica, sadia e bela, na qual a terra, águas, plantas e animais convivem em harmonia e desfrutam reciprocamente do equilíbrio e da formosura inocente e limpa que Deus colocou em todas as coisas, o fato que se destaca é que não apenas a terra foi reconciliada com Deus ou só o ser humano foi reconciliado com Deus, mas ambos o foram, dentro de um

só ministério da reconciliação.

Ainda que o texto bíblico diga que o ser humano foi criado à *imagem e semelhança de Deus*, não podemos nos esquecer de que todo o restante da criação também expressa a glória de Deus. Assim poderíamos resumir:

I.- A Glória (criação) e a Imagem (ser humano) CRIADOS;

II.- A Glória (criação) e a Imagem (ser humano) CAÍDOS;

III.- A Glória (criação) e a Imagem (ser humano) RECONCILIADOS!

3. A INTERAÇÃO DOS MANDATOS CULTURAL E MISSIONAL

Nas discussões para o processo de evangelização urbana, na América Latina, visto que o processo de urbanização é muito grande e sem volta, pelo menos, a médio prazo, faz-se necessária a compreensão mais ampla possível das responsabilidades inerentes ao Mandato Cultural.

O Dr. Charles Van Engen, prefaciando o livro de Jorge H. Barro, afirma:

Nosso mundo é um crescente mundo urbano. Isto é particularmente verdade na América Latina. Alguns pesquisadores calculam que, dentro dos próximos dez anos, aproximadamente, três-quartos de todos os latinos americanos viverão nas ou perto das cidades. Neste livro, Barro cita fontes onde a estimativa para os próximos dez anos é que 86% da população do Brasil morarão em cidades. Esta realidade nos chama para o desenvolvimento de uma nova reflexão e ação teológica, missiológica e pastoral em nossas cidades. Ainda assim, parece que, especialmente em

missiologia urbana, pessoas têm dificuldade em lidar com o sistema inteiro da cidade. Geralmente, parecem existir duas abordagens diferentes para com a cidade. Em um extremo, nós temos muitas agências de serviço social que provêm ajuda a pessoas com pouca consideração para os sistemas da cidade, ou com interesse em aglomerar pessoas para formar uma congregação (igreja). Do outro lado, parecem estar muitos esforços evangelísticos, esforços para plantar igrejas que não parecem lidar com a extensão inteira do mal na cidade. Para as igrejas, vida e ministério na cidade significa viver em meio a tensões profundas.

A Igreja não é uma agência social – mas é de significação social na cidade. A igreja não é o governo da cidade – mas Deus chamou-a para anunciar e viver o Reino dele em toda sua significação política. A igreja não é um banco – mas é uma força econômica na cidade e precisa buscar o bem-estar econômico da cidade. A igreja não é uma escola – mas Deus chamou-a para educar as pessoas da cidade quanto ao evangelho de amor, justiça e transformação social: pessoal e estruturalmente. A igreja não é uma família – mas é a família de Deus, chamada para ser um vizinho a aqueles que Deus ama. A igreja não é um edifício – mas precisa de edifícios e possui edifícios para levar a cabo seu ministério. A igreja não é exclusiva, não é a melhor, não é especial – mas Deus a chamou, especialmente, para ser diferente no modo que serve a cidade. A igreja não é uma instituição – mas necessita de estruturas institucionais para efetuar mudanças nas vidas das pessoas e da sociedade na cidade. A igreja não é uma organização de desenvolvimento de comunidades – mas o desenvolvimento da comunidade é essencial à natureza da igreja. Assim, é evidente que nós precisamos procurar uma teologia de missão que possa nos dar modos novos para perceber nossa cidade, embasar nosso ativismo, guiar nossas

conexões e energizar esperança nova pela transformação de nossa cidade (BARRO, 2002, p.01-03).

Quando se pensa na questão da missão da Igreja, muitos conceitos, já estabelecidos em nossas mentes, acabam reduzindo a possibilidade mais ampla da missão de Deus no mundo. Seria a missão da igreja só a conversão individual e o estabelecimento de igrejas? É claro que não!

Como afirma Greenway:

O Senhor é o dono do cosmos; ele deseja sua salvação. A missão cristã é a *Missio Dei*, no mundo. O novo crente em Cristo olha ao seu redor e diz: “Este mundo é do meu Pai!”. O cosmos - todas as coisas criadas por Deus: montanhas e oceanos, planetas e estrelas e toda a natureza que rodeia o homem - têm sido confiados ao homem mesmo e isto é parte da mensagem proclamada pelo missionário. A maléfica influência de Satanás é evidente em toda parte, porém, os que estão do lado do Senhor obrigam suas forças a retirar-se do território, ocupado há muito tempo. A mensagem das missões cristãs, também, chama o crente para que, depois de sua experiência no caminho de Damasco, participe da luta ecológica. A ecologia urbana, o estudo dos homens nos centros urbanos, necessitam da contribuição de pessoas motivadas por Cristo. Pessoas que vêm a cidade e a relações humanas, desde um ponto de vista bíblico, através dos olhos de Deus (GREENWAY, 1977, p.155).

Estas novas janelas, abertas pela Teologia Bíblica da Missão, despertam, também, setores considerados mais fechados ou conservadores do evangelismo mundial. Prova disto é a citação abaixo:

Falando na Vigésima Nona Convenção da Associação

Nacional de Evangélicos, em maio de 1971, o conhecido pregador e evangelista Billy Graham disse que os evangélicos consagrados deveriam aproveitar os espaços oferecidos pelas correntes de sentimentos que, agora, estão apoiando fortemente o cristianismo bíblico. O liberalismo e o ecumenismo organizados estão perdendo terreno, porém, estão florescendo outros movimentos que refletem os ensinamentos do cristianismo histórico. Inquiriu ele: “Tenhamos consciência ou não, a *pelota* está passando às mãos evangélicas. Vamos nos desfazer dela, perdê-la ou deixá-la passar?” (GREENWAY, 1977, p.156).

Não se pode esquecer que são os nossos conceitos que determinam nossas ações, em todas as áreas da vida, mormente, na missão da Igreja. Sem conceitos bem definidos, somos como barcos que saem para navegar, sem destino e que, em qualquer porto que chegar, entender-se-á como concretização do alvo.

Donald K. McKim, em seu artigo “*Uma Perspectiva Reformada a Respeito da Missão da Igreja na Sociedade*”, fazendo um resumo e um ajuntamento das ideias de missão, como aparecem nos textos de Calvino, o grande reformador, do puritano inglês Willians Perkins e do teólogo holandês Abraão Kuyper, estabelece que há, pelo menos, cinco conceitos básicos para desenvolvermos tanto o mandato cultural como o missional, ambos, partes de uma grande *Missão*:

1. A Criação: A Soberania de Deus e a Gravidade do Pecado – A concepção fundamental da religião é a confissão da soberania absoluta do Deus Triúno. A obrigação da humanidade é se esforçar em obedecer a Palavra de Deus, pois Deus criou o homem não para que fizesse sua própria vontade, mas a vontade de Deus. Ao reconhecer o pecado como uma realidade que não pode

- ser ignorada, a tradição reformada reconhece a mais crucial necessidade deste mundo para seu ministério e testemunho de Deus, em Jesus Cristo.
2. Eleição: Os Propósitos de Deus e o Povo de Deus – Pela providência, Deus governa todos os eventos e elegeu ou predestinou um povo para a realização dos propósitos divinos neste mundo. Tal povo é chamado Igreja e a relação de Deus com ele é selada pelo novo pacto em Jesus Cristo. Para Kuyper, “a igreja é um organismo espiritual, incluindo o céu e a terra, mas que tem o presente em seu centro e o ponto de partida para sua ação, não na terra, mas no céu. Consequentemente, sua participação na vida e missão da Igreja no mundo só é possível porque Deus continua a sustentar e capacitar as pessoas, pela sua graça.
 3. O Reino: Cristo é o Senhor da História – Para Calvino, os contornos da história são moldados tanto por forças “seculares” como “espirituais”. Elas, porém, não são independentes umas das outras, ambas estão submetidas a uma interpretação providencial da história, que a vê caminhando em direção à sua consumação definitiva no Reino de Deus ou no Reino de Cristo. Esta visão de Cristo como senhor da história significa que os cristãos reformados não vêem quaisquer áreas do comportamento ou do pensamento humano como livre do Reino de Cristo. Todas são campos válidos para a missão e o ministério. O calvinismo exige que a vida toda seja consagrada ao serviço de Deus.
 4. A Vocação: Um Chamado ao Serviço – No pensamento reformado, convocação para a participação na vontade e obra de Deus em Cristo, em meio à história humana,

vem diretamente ao povo de Deus. Barth disse: “A ordem de Deus exige genuinamente vida ativa, isto é, que o homem tome uma decisão e realize o que decidiu. Para Calvino, o chamado era real e a vocação do cristão centraliza-se, essencialmente, no chamado a servir a Deus, aqui e agora, neste mundo. Perkins dizia: “Vocação é um tipo de vida, ordenado e imposto ao homem por Deus, para o bem comum.”

5. Mordomia: Administrando Responsavelmente os Recursos de Deus – os destaques deste ponto, já foram mencionados no Capítulo II, quando tratamos da perspectiva histórico-teológica do Mandato Cultural.

A teologia bíblica nos aponta para uma grande vinculação entre a criação e a salvação, ampliando o conceito de missão integral, pois este não se desconecta do evangelho, tópicos tais como: a dignidade humana, direitos humanos, responsabilidade social e ecológica, compromisso com a justiça e todos os aspectos da reconciliação que consigam produzir o SHALOM de Deus, conceito este que, no mundo hebreu, vai muito além de paz, mas alcança todas as esferas da vida.

Quando reduzimos em nossa mente e pregações o alcance da morte e ressurreição de Jesus, aplicando-as somente ao ser humano, a criação fica de fora daquele que foi e continua sendo o grande projeto de Deus, reconciliar em Cristo todas as coisas, pois todo o universo é dele por direito de criação e redenção.

Stam entende que esse distanciamento e distorção têm as seguintes causas:

1. Concentração de Gênesis 1-3, isolado dos demais ensinamentos sobre a promessa da nova criação;
2. Mau entendimento de criação como conceito estático

- e não como realidade dinâmica;
3. Interpretar Gênesis 1-3 dentro da nossa moderna mentalidade científica;
 4. Interpretar Gênesis 1-3 exclusivamente como polêmica antievolucionista;
 5. Divorciar a criação da salvação (STAM, p. 54, 1995).

Se lermos os relatos de Gênesis 1-3, em seu contexto histórico, veremos que eles revelam um claro sentido salvífico da criação são também é a preparação para o cenário da futura história da salvação.

A matéria usada na criação é fundamental para a execução do projeto salvífico, visto que, em Cristo: na encarnação Ele se fez *matéria*; morreu em sua carne e ressuscitou com novo corpo (nova matéria), símbolo e fonte para toda compreensão de como será a matéria corporal dos salvos, na eternidade.

A salvação, da mesma maneira que a criação, que ao ser avaliada recebeu nota de “*bom*” e “*muito bom*” quando da criação do ser humano, também recebe a nota de “*muito bom*”, em Cristo, porque restaura os aspectos: ético, estético e lúdico.

Porque a humanidade foi criada “*boa*”, à imagem e semelhança do Criador mesmo, valemos muito! Por isso Deus desejou redimir-nos pelo sacrifício de seu próprio Filho. Porque a condição humana enquanto criada é intrinsecamente muito boa. Deus, o Filho, pode optar por assumi-la em sua encarnação. E porque a criação material é boa, Deus não quer destruí-la nem nos livrar dela, senão, redimir-nos junto com ela em uma nova criação que há de vir. O material é a mediação da sua obra redentora. Por isso, nenhuma adequada teologia da salvação e da evangelização pode construir-se sobre a premissa errada (platônica e cósmica) de que a matéria, o físico e o ser humano são inerentemente maus. Só uma apreciação bíblica da

criação pode fundamentar uma acertada teologia da salvação e da missão do povo que Deus criou (STAM, p. 23, 1995).

Sabemos que há profecias específicas e outras que podem ter momentos diferentes para seus cumprimentos e, uma delas, é a de Isaías 65.16-25, que tanto se refere à restauração de Israel como também, numa perspectiva escatológica, ao resultado da reconciliação plena, realizada por Cristo:

Assim que aquele que se bendisser na terra, se bendirá no Deus da verdade; e aquele que jurar na terra, jurará pelo Deus da verdade; porque já estão esquecidas as angústias passadas, e estão escondidas dos meus olhos.

Porque, eis que eu crio novos céus e nova terra; e não haverá mais lembrança das coisas passadas, nem mais se recordarão.

Mas vós folgareis e exultareis perpetuamente no que eu crio; porque eis que crio para Jerusalém uma alegria, e para o seu povo gozo.

E exultarei em Jerusalém, e me alegrarei no meu povo; e nunca mais se ouvirá nela voz de choro nem voz de clamor.

Não haverá mais nela criança de poucos dias, nem velho que não cumpra os seus dias; porque o menino morrerá de cem anos; porém o pecador de cem anos será amaldiçoado.

E edificarão casas, e as habitarão; e plantarão vinhas, e comerão o seu fruto.

Não edificarão para que outros habitem; não plantarão para que outros comam; porque os dias do meu povo serão como os dias da árvore, e os meus eleitos gozarão das obras das suas mãos.

Não trabalharão debalde, nem terão filhos para a perturbação; porque são a posteridade bendita do SENHOR, e os seus descendentes estarão com eles.

E será que antes que clamem eu responderei; estando eles

ainda falando, eu os ouvirei.

*O lobo e o cordeiro se apascentarão juntos, e o leão
comerá palha como o boi; e pó será a comida da serpente.
Não farão mal nem dano algum em todo o meu santo monte,
diz o SENHOR.*

A introdução a este momento novo se estabelece com as seguintes afirmações:

16b: As primeiras angústias serão esquecidas;

16c: Serão encobertas dos meus olhos;

17 a: Porque eu criarei novos céus e nova terra;

17b: Do primeiro momento não haverá lembrança;

17c: Nem mais virá ao meu pensamento.

Os detalhes deste novo momento, *novos céus e nova terra*, devem nos despertar para não mais deixarmos a criação fora da pregação do evangelho:

18: Haverá gozo na criação e na comunidade;

20: Haverá vida e longevidade, como nos tempos antediluvianos. Não mais se morrerá criança;

21-23: Os trabalhadores não estarão alienados dos seus trabalhos, nem por guerra, nem por morte inesperada e nem por exploração econômica;

24: Haverá comunhão com Deus;

25: Haverá harmonia entre toda a criação, voltando à prática do vegetarianismo, como antes do pecado.

Stam cita Raymond Fung, que descreve a agenda de Deus da seguinte maneira:

1. Fim da mortalidade infantil;
2. Vida com dignidade;
3. Vida para todos;
4. Trabalho para todos (STAM, p. 36, 1995).

Não há como não se render à narrativa de Stam, ao interpretar essa profecia do Antigo Testamento:

O estado final é uma realização da vida e da comunidade, ou nesta terra ou em terra nova, mais do que em um céu espiritual, sem terra (conceito platônico). Para o profeta, a vida perfeita não poderia ser concebida sem uma nova unidade, nem esta comunidade sem um novo contexto, um novo mundo físico e real. Toda a nova criação estará ordenada culticamente, com os ritmos e melodias da adoração. Será uma comunidade de adoração e gozo. Virão de todas as nações, trarão suas ofertas e adorarão ao Criador. Como a primeira criação terminou em um culto no sétimo dia, a nova criação será uma liturgia contínua ao Criador da vida, da justiça e da alegria, quando os injustos serão destruídos para sempre (STAM, p. 36, 1995).

As perspectivas neotestamentárias ampliam ainda mais a relação entre a criação e a salvação. Em relação a Cristo, pode-se dizer que Ele foi e é: Divino, Humano, Histórico e Cósmico, pois, desde seu nascimento, toda a criação esteve envolvida: estrelas, animais e seres humanos de todas as classes sociais.

O apóstolo João, no início do seu evangelho, evoca a criação, relacionando-a a Cristo, sem equívoco: “*No princípio era o verbo, o verbo estava com Deus e o verbo era Deus... e o verbo se fez carne e habitou entre nós e vimos a sua glória, glória como a do unigênito do Pai*” (Jo 1.1 e 18).

Fica claro que o *berishith* (princípio), de Gênesis, está presente na pregação de João aos gnósticos, conforme análise de Stam:

O mesmo *Logos* foi o criador do material e de todas as coisas sem exceção;

O *Logos* chegou ao extremo de se fazer carne (matéria). A humanidade física de Jesus, *sárx*, é a mediação da máxima revelação de Deus (STAM, P. 42, 1995).

Os textos de 1 João 4.2 e 2 João 7 afirmam que o anticristo é quem afirma que Cristo não veio em carne.

Na teologia paulina, este conceito de que Deus se encarnou, se fez carne, matéria, é imprescindível para se compreender o alcance da salvação:

O que era impossível para a lei, reduzida à impotência pela carne, Deus havendo enviado o seu próprio filho em carne, semelhante à do pecado, condenou o pecado na carne (Rm 8.2-4);

Cristo nos reconciliou abolindo em sua carne as inimizades, para criar um novo homem (Ef 2.15);

Dando graças ao Pai que nos fez idôneos para participar da herança dos santos na luz, o qual nos tirou da potestade das trevas, e nos transportou para o reino do Filho do seu amor; em quem temos a redenção pelo seu sangue, a saber, a remissão dos pecados; o qual é imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação; porque nele foram criadas todas as coisas que há nos céus e na terra, visíveis e invisíveis, sejam tronos, sejam dominações, sejam principados, sejam potestades. Tudo foi criado por ele e para ele. E ele é antes de todas as coisas, e todas as coisas subsistem por ele. E ele é a cabeça do corpo, da igreja; é o princípio e o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a preeminência.

Porque foi do agrado do Pai que toda a plenitude nele habitasse. E que, havendo por ele feito a paz pelo sangue da sua cruz, por meio dele reconciliasse consigo mesmo todas as coisas, tanto as que estão na terra, como as que estão nos céus. A vós também, que noutro tempo éreis estranhos, e inimigos no entendimento pelas vossas obras más, agora, contudo vos reconciliou.

No corpo da sua carne, pela morte, para perante ele vos apresentar santos, e irrepreensíveis, e inculpáveis, Se, na verdade, permanecerdes fundados e firmes na fé, e não vos moverdes da esperança do evangelho que tendes ouvido, o qual foi pregado a toda criatura que há debaixo do céu, e do qual eu, Paulo, estou feito ministro. Regozijo-me agora no que padeço por vós, e na minha carne cumpro o resto das aflições de Cristo, pelo seu corpo, que é a igreja; da qual eu estou feito ministro segundo a dispensação de Deus, que me foi concedida para convosco, para cumprir a palavra de Deus; o mistério que esteve oculto desde todos os séculos, e em todas as gerações, e que agora foi manifesto aos seus santos; aos quais Deus quis fazer conhecer quais são as riquezas da glória deste mistério entre os gentios, que é Cristo em vós, esperança da glória; a quem anunciamos, admoestando a todo o homem, e ensinando a todo o homem em toda a sabedoria; para que apresentemos todo o homem perfeito em Jesus Cristo; E para isto também trabalho, combatendo segundo a sua eficácia, que opera em mim poderosamente (Cl 1.12-29).

A Cristologia, em relação à criação, pode ser assim analisada:

1. Tudo foi criado por meio de Cristo (passado);
2. Tudo subsiste em Cristo (presente);
3. Tudo culminará em Cristo (futuro);

4. A ação de Cristo como criador e sustentador do universo é a base para a interpretação da obra redentora;
5. A Bíblia começa e termina com a criação.

Em Romanos 8, o apóstolo Paulo nos apresenta as *dores de parto da criação*, entendendo que na glória vindoura quem haverá se de manifestar em nós não o será como um céu, mas como uma nova criação:

Porque para mim tenho por certo que as aflições deste tempo presente não são para comparar com a glória que em nós há de ser revelada. Porque a ardente expectativa da criatura espera a manifestação dos filhos de Deus. Porque a criação ficou sujeita à vaidade, não por sua vontade, mas por causa do que a sujeitou, na esperança de que também a mesma criatura será libertada da servidão da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus. Porque sabemos que toda a criação geme e está juntamente com dores de parto até agora. E não só ela, mas nós mesmos, que temos as primícias do Espírito, também gememos em nós mesmos, esperando a adoção, a saber, a redenção do nosso corpo (Rm 8.18-23).

Os nossos gemidos se unem com os da criação que, por sua vez, vão se unir com os *gemidos inexprimíveis do Espírito Santo* (v.26). A vitória final do Espírito Santo tem os seguintes estágios:

- A vitória foi inaugurada na ressurreição de Jesus;
- A vitória se manifesta na vida do cristão;
- A vitória se concretizará na nova criação.

Nossa compreensão reducionista de pecado individual precisa ser reavaliada para se entender também as dimensões

cósmicas e coletivas. Uma teologia meramente individualista, com uma escatologia só para a alma individual, produzirá inevitavelmente uma evangelização também individualista. Uma teologia bíblica, ao contrário, produzirá uma evangelização integral (STAM. p. 51, 1995).

A teologia petrina, nos aponta em 2 Pedro 3.1-3, para as seguintes conclusões:

Este mundo atual terá fim;

Este fim do mundo terá um caráter de juízo e de purificação;

Seguirá uma nova criação;

Nós esperamos, segundo as suas promessas, novos céus e nova terra, nos quais mora a justiça (3.13).

Em Apocalipse 4 e 5, encontramos a Liturgia da Criação, quando as forças da natureza desempenham um papel dramático, juntamente com as forças angelicais.

A visão do trono produz uma liturgia celebrativa ao Deus criador e soberano do universo. Sobre o trono, um arco-íris, recordação do pacto no qual a natureza foi envolvida; ao lado do trono, quatro seres: leão, bezerro, um ser humano e uma águia.

Apesar disso, a angústia do vidente de Patmos, arrebatado, é desesperadora, pois não havia ninguém para abrir o livro da vida, até que o Cordeiro de Deus se apresenta para fazê-lo e com isso explode um maravilhoso hino de adoração, que culmina com a manifestação de toda a criação: *E ouvi toda a criatura que está no céu, e na terra, e debaixo da terra, e que está no mar; e a todas as coisas que neles há, dizer: Ao que está assentado sobre o trono, e ao Cordeiro, sejam dadas ações de graças, e honra, e glória, e poder para todo o sempre (Ap 5.13).*

João amarra os tópicos bíblicos, relacionando: criação, história e salvação!

Por fim, chegamos a Apocalipse 21 e 22, onde todas as coisas são feitas novas: Há uma nova criação (céu e terra); há uma Nova Jerusalém e há um Novo Paraíso!

Sem dúvida que, dezenove séculos de tradição europeia nos fizeram acostumar a pensar em categorias mais filosóficas que bíblicas, mais abstratas que concretas. Atrever-me-ia a dizer que a maioria dos leitores de hoje pressupõe, a priori, que tudo o que é realidade material deverá desaparecer, quando Deus nos levar para os céus, onde seremos puros espíritos etéreos, libertados para sempre das travas do corpo e da matéria (STAM, p. 53, 1995).

Deveríamos prestar mais atenção no verbo que João usa em relação à Nova Jerusalém, pois ele a vê descendo em direção à nova terra. O Deus da Bíblia não joga nada fora e nem admite derrota. Por isso, em Cristo, Ele reconciliou consigo todas as coisas. A linguagem apocalíptica não é de fim, mas de um novo começo.

René Padilha, ao iniciar sua palestra em Lausanne 1974, afirmou:

O Evangelho de Jesus Cristo é uma mensagem pessoal: revela um Deus que chama a cada um dos seus pelo nome. Porém, é uma mensagem cósmica: revela um Deus cujo propósito alcança o mundo inteiro. Não se dirige ao indivíduo por si, senão ao homem como membro da velha humanidade em Adão, marcado pelo pecado e a morte, a quem Deus chama a integrar-se à nova humanidade em Cristo, marcada pela justiça e a vida eterna (PADILHA, p. 1, 1982).

CONCLUSÃO

A conclusão de que a teologia da criação é uma chave indispensável para a compreensão final da mensagem bíblica e, portanto, também da

salvação e da missão da Igreja foi nosso objetivo neste trabalho, tendo em vista os conceitos de Missão Integral.

O Mandato Cultural aqui definido, bem como com outras tantas definições em outros tratados, está diretamente relacionado com o Mandato Missional.

As questões ecológicas e socioambientais dos nossos dias devem nos levar a agir.

“Muitos da comunidade científica mundial afirmam que a nossa biosfera corre grande perigo devido a diversos fatores, partindo dum consumismo desenfreado de produtos nocivos, e tudo aumenta geometricamente com o crescimento populacional. A Igreja de Jesus Cristo hoje não pode fechar os olhos, especialmente diante do nosso papel bíblico dado por Deus, de sermos não só mordomos como toda a população, mas agentes de redenção especificamente como povo de Deus. Da mesma forma que gastamos os últimos 50 anos procurando entender a nossa missão em termos da relação entre o nosso papel evangelístico e o nosso papel como agentes de transformação social – o debate redito que nas próximas décadas procuraremos entender como tudo isso se relaciona com uma possível missão sócio ambiental” (CARRIKER, p.11, 2014).

Quando entendemos que o Mandato Cultural pode e deve ser o ponto de partida para a missão integral da Igreja, bem como a profunda interação existente entre a teologia da criação com a escatologia, passando pelo ministério da reconciliação, somos desafiados a viver a dinâmica da teologia do JÁ e do AINDA NÃO.

De fato, em Cristo, todas as coisas JÁ estão reconciliadas, porém, AINDA NÃO, do nosso ponto de vista, pois ainda estamos vivendo no corpo desta morte. Compreender esta dimensão é muito importante para se estabelecer nossa missiologia, pois a única evangelização autêntica é a que se orienta pela restauração de todas as coisas. A teologia evangélica deve estar em constante disposição para redescobrir verda-

des cristãs que foram esquecidas em algum momento da história.

“No Novo Testamento, a visão apocalíptica da criação não só pressupõe o seu julgamento (2 Pedro 3.1-12), como também e ultimamente a sua renovação (2 Pedro 3.13; Apocalipse 21). Lemos que haverá novos céus e nova terra – não “outros” céus e “outra” terra – uma visão que serve de paradigma e motivação para a igreja assumir seu papel como parte da sua missão o “primeiro mandato”. A redenção final da Igreja, mesmo por caminhos angustiantes e como incumbência inicial da humanidade toda, se encontra intimamente vinculada à sua fidelidade no cuidado da criação (Romanos 8.18-25) (CARRIKER, p. 18, 2014).

Devemos olhar para todo o projeto de Deus, na criação, sem a presença do pecado, e procurar, em Cristo, reconciliar todas as coisas que o pecado atingiu com suas consequências funestas.

A vinda de Cristo em carne significa também que o Reino de Deus há chegado à terra, precisamente em forma de carne e criação. Como acertadamente comenta Karl Barth, Jesus Cristo veio a terra em poder da nova criação. Ao tomar a carne e nela vencer a morte, Jesus Cristo inaugura os últimos tempos. Com a encarnação, ressurreição e pentecostes a nova criação irrompeu em meio do presente mundo. Porém, há uma dimensão esquecida: a regeneração, diretamente relacionada com a nova criação. A linguagem de 2 Cor 5.17 é correta quando se expressa: “*Se alguém está em Cristo, é nova criação. As coisas velhas já passaram e tudo se fez novo*” (STAM, p. 64, 1995).

O que se fez novo?

1. A Igreja é uma nova criação e uma nova humanidade;

2. Em nosso novo nascimento, recebemos a promessa de um novo corpo;
3. A regeneração – nova criação, nos desafia a viver um novo estilo de vida (santificação);
4. A regeneração é um sinal, antecipando a nova criação que Deus realizou em Cristo e a realizará plenamente quando voltar a terra em poder e glória;
5. Passamos a ter novos valores e critérios. Uma verdadeira revolução;
6. Uma nova visão escatológica: o retorno de Cristo à terra para reinar em glória e poder; a ressurreição do corpo; o juízo final e o fim desta criação com a inauguração ou chegada da nova criação: Novos céus e nova terra!

Stam, ao concluir sua obra, que foi básica e fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, propõe que, se levarmos em conta a criação como ponto de partida para a missão integral da igreja, alguns capítulos da teologia atual precisam ser trabalhados com maior profundidade:

1. Criação e dignidade humana;
2. Criação e mordomia ambiental;
3. Criação e Justiça;
4. Criação e Reconciliação.

Que Deus nos ajude a redescobrir verdades que foram esquecidas ao longo do caminho e que encontre, em nós, disposição para reavaliar conceitos até aqui desenvolvidos e ampliar nossa compreensão de Missão Integral, tendo como base a reconciliação plena realizada em Cristo e o ministério da reconciliação dado à Igreja. Amém!

“Assim, se alguém está em Cristo, é nova criação; as coisas antigas já passaram; eis que se fizeram novas. Ora tudo provém de Deus que nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo, e nos deu o ministério da reconciliação, a saber, que Deus estava em Cristo, reconciliando consigo o mundo” (2Co 5.17-19).

Bibliografia

- ASSMANN, H., *Ecoteologia: Um Ponto Cego do Pensamento Cristão?* Edições Loyola, 1997.
- BARRO, A. C., *Criação e Redenção*, apostila.
- BARRO, Jorge H, *De Cidade em Cidade*, Editora Descoberta, 2002;
- BAVINK, Hermann, *Teologia Sistemática*, SOCEP, 2001;
- BERKHOF, H., *Deus como Criador e o Mundo como Criação*, capítulo do livro: “Grandes Temas da Tradição Reformada”, Edições Pendão Real, 1999;
- BÍBLIA SAGRADA – Várias Traduções
- BIÉLER, A., *O Humanismo Social de Calvino*, Edições Oikoumene, 1970.
- BLOOMFIELD, Arthur E, *O Futuro Glorioso do Planeta Terra*, Editora Betânia, 1985.
- BOFF, L., *Ética da Vida*, Editora Letra Viva, 1999.
- BORTOLLETO FILHO, Fernando, *A Ressurreição de Cristo e a Redenção da Criação*, Caderno de *O Estandarte*, março de 2002;
- CALVINO, João, *Institucion de la Religion Cristiana*, Fundación Editorial de Literatura Reformada, 1967.
- CARRIKER, T., *Missão Integral - Uma Teologia Bíblica*, Editora SEPAL, 1992.
- CARRIKER, T., *Missões na Bíblia*, Editora Vida Nova, 1992.
- CARRIKER, T., *Teologia Bíblica da Criação*, Editora Ultimato, 2014.
- CIMOSA, M., *Gênesis 1-11, A Humanidade na sua Origem*, Edições Paulinas, 1987.
- CLAI 2000 - *Missão, Unidade e Identidade* – Caderno Preparatório para o Congresso;
- COMBLIN, José, *Teologia Da Missão*, Editora Vozes, 1983.
- COSTAS, Orlando, *La Iglesia y Su Misión Evangelizadora*, Editorial La Aurora, 1971.
- DE LA PEÑA, Juan L. Ruiz, *Teologia da Criação*, Editorial Loyola, 1989.
- FERNANDO, Ajith, *Deus: A Fonte, A Origem e o Fim da Missão*, artigo incluso no livro: *Missiologia Global para o Século XXI*, Editora Descoberta 2001.
- FREIRE-MAIA, Newton, *Criação e Evolução - Deus, o acaso e a necessidade*, Editora Vozes, 1986.
- GALILEIA, Segundo, *Responsabilidade Missionaria da América Latina*, Edições Paulinas, 1983.
- GIRARD, Marc, *A Missão da Igreja na Aurora de um Novo Milênio*, Edições Paulinas, 2000.
- GREEN, Michael, *Evangelização na Igreja Primitiva*, artigo incluso no livro: “A Missão da Igreja no Mundo de Hoje”, ABU Editora, 1982.
- GREENWAY, Rogelio S, *Una Estrategia Urbana para Evangelizar a América Latina*, C. Bautista de Publicaciones, 1977.
- KIDNER, D, *Gênesis, Introdução e Comentário*, Editora Vida Nova e Cultura Cristã, 1997.
- LANE, William Lacy, *O Mandato Cultural e a Missão da Igreja: uma reflexão bíblico-teológica da missão no Antigo Testamento*, Edições Vox Scripturae, São Bento do Sul, v. 11, n.2, p. 22-41, 2003.
- LEITH, J. H, *A Tradição Reformada*, Edições Pendão Real, 1997.
- LÉONARD, E.G, *O Protestantismo Brasileiro*, Editora ASTE, 1981.
- LUCAS, Ernest, *Gênesis Hoje*, Editora ABU, 1994.
- MCHARGUE, L.T, *O Cristão e a Ciência Natural*, Editora CPAD, 2001.
- MESTERS, C., *Paraíso Terrestre - Saudade ou Esperança?* Editora Vozes, 1999.
- MOLTMANN, J, *Deus na Criação – Doutrina Ecológica da Criação*, Editora Vozes, 1993.
- MORRIS, H., *Criação ou Evolução*, Editora Fiel, 1984.
- MÜLLER, Karl, *Teologia da Missão*, Editora Vozes, 1995.
- NICHOLLS, Bruce J, *Contextualização: Uma Teologia do Evangelho e Cultura*, Vida Nova, 1983.
- OLIVEIRA, Paulo F., *Uma Sinfonia para a Vida*, ABU Editora, 1994.
- PADILHA, C. René, (editor), *Bases Bíblicas de la Misión - Perspectivas latinoamericanas*,

A ECOLOGIA E O MINISTÉRIO DA RECONCILIAÇÃO

Editora Nueva Creación, 1998.

PALMER, M, *Panorama do Pensamento Cristão* (editor), Edições CPAD, 2001.

PETERS, George W, *Teologia Bíblica de Missões*, Edições CPAD, 2000.

ROHDEN, Huberto, *Filosofia Cósmica do Evangelho*, União Cultural Editora Ltda, Primeiro Volume (sem informação de ano de publicação).

SCHAEFFER, Francis, *Poluição e a Morte do Homem – Uma perspectiva Cristã da Ecologia*, Edições JUERP, 1976.

SNYDER, Howard A, *La Comunidad Del Rey*, Editorial Caribe, 1985.

SNYDER, Howard, *A Igreja como Agente de Deus na Evangelização*, artigo incluso no livro: “A Missão da Igreja no Mundo de Hoje”, ABU Editora, 1982.

SOUZA, Mathias Q, *O Mandato Cultural*, trabalho apresentado na área de Teologia Bíblica de Missão, no Centro Evangélico de Missões (CEM), Viçosa, 1991.

STAM, J. B, *Las Buenas Nuevas de la Creación*, Editora Nueva Creación, 1994.

STOTT, J, *La Fé Cristiana Frente a Los Desafíos Contemporaneos*, Editora Nueva Creación, 1991.

STOTT, John, *A Base Bíblica da Evangelização*, artigo incluso no livro: A Missão da Igreja no Mundo de Hoje, ABU Editora, 1982.

Vários Autores, *Vida, Clamor e Esperança*, Edições Loyola, 1992.

VON ALLMEN, J. J., *Vocabulário Bíblico*, Editora ASTE, 1972.

VON RAD, G. *Teologia do Antigo Testamento*, Volume I, Editora ASTE, 1973.

SÉRIE LAUSANNE, *Evangelização e Responsabilidade Social*, Volume II, Editora ABU e Visão Mundial, 1983.